

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JATAÍ (UFJ)
UNIDADE ACADÊMICA DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANNA LÍGIA ALVES COELHO

**Experiências de luta e trabalho na terra: o papel da mulher
no Projeto de Assentamento Café Abelha no município de
Doverlândia-GO**

JATAÍ
2022

**Experiências de luta e trabalho na terra: o papel da mulher
no Projeto de Assentamento Café Abelha no município de
Doverlândia-GO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Unidade Acadêmica de Estudos Geográficos, da Universidade Federal de Jataí (UFJ), como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço nos Domínios do Cerrado Brasileiro

Linha de pesquisa: Organização e Gestão do Espaço Rural e Urbano do Cerrado Brasileiro

Orientador: Professor Doutor Evandro César Clemente

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFJ.

Coelho, Anna Lígia Alves

Experiências de luta e trabalho na terra : o papel da mulher no
Projeto de Assentamento Café Abelha no município de
Doverlândia-GO / Anna Lígia Alves Coelho. - 2022.
140 f.

Orientador: Prof. Dr. Evandro César Clemente.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Jataí, Unidade
Acadêmica Especial de Estudos Geográficos, Jataí, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, Jataí, 2022.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, fotografias, abreviaturas, gráfico, tabelas, lista de
figuras, lista de tabelas.

1. Mulheres camponesas. 2. Assentadas . 3. Luta pela terra. I.
Clemente, Evandro César, orient. II. Título.

CDU 911.37

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 10 da sessão de Defesa de Dissertação de **Anna Lígia Alves Coelho**, que confere o título de Mestra em **Geografia**, na área de concentração em **Organização do Espaço nos Domínios do Cerrado Brasileiro**.

Aos **doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois**, a partir das **14h**, no Auditório do Prédio da Pós-Graduação - Campus Jatobá / UFJ de forma presencial e remota pelo link meet.google.com/epj-exwe-any, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "EXPERIÊNCIAS DE LUTA E TRABALHO NA TERRA: O PAPEL DA MULHER NO PROJETO DE ASSENTAMENTO CAFÉ ABELHA NO MUNICÍPIO DE DOVERLÂNDIA-GO". Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor **Evandro César Clemente (UFJ/UAEGEO)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora **Patrícia Francisca de Matos (UFCAT)**, membro titular externo, com participação por meio de vídeo-conferência; Professora Doutora **Mainara da Costa Benincá (Rede Privada)**, membro titular externo. Durante a arguição, os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Evandro César Clemente (UFJ/UAEGEO)**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **EVANDRO CESAR CLEMENTE, Professor do Magistério Superior**, em 12/09/2022, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mainara da Costa Benincá, Usuário Externo**, em 12/09/2022, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **PATRICIA FRANCISCA DE MATOS, Usuário Externo**, em 12/09/2022, às 15:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufj.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0061895** e o código CRC **990AABC4**.

A todas que lutaram e lutam por nossos direitos, do campo e da cidade...
Sigamos juntas!

*Meus deveres
caminham com meu canto.
Sou e não sou:
é esse meu destino.
Não sou,
se não acompanho as dores
dos que sofrem:
são dores minhas.
Porque não posso ser
sem ser de todos,
de todos os calados
e oprimidos.
Venho do povo
e canto para o povo.
Minha poesia
é cântico e castigo.
Me dizem:
“Pertences à sombra”.
Talvez, talvez,
porém na luz caminho.
Sou o homem
do pão e do peixe,
e não me encontrarão
entre os livros,
mas com as mulheres
e os homens:
eles me ensinaram o infinito.
Assim é minha vida – Pablo Neruda*

RESUMO

A figura da mulher é comumente relacionada aos aspectos de cunho sexual, reprodutivo e, como um ser inferior ao homem. No Brasil a dominação da mulher se dá pela hegemonia do patronato empresarial e do patriarcado, que se imbricam nesse processo de dominação das mulheres trabalhadoras. Vinculado a isso, a dominação masculina perpassa por longos, históricos e incansáveis anos. Foi a partir de organizações de grupos que as mulheres conseguiram adquirir certos direitos e algumas melhorias na sociedade, tanto no âmbito social, como no político e no econômico. A atuação de luta destas mulheres representa uma ruptura com a visão patriarcal imposta durante muito tempo, passando de uma consciência ingênua para uma consciência crítica. Na conjuntura atual percebemos que a luta feminista segue na contramão das amarras impostas pelo modelo patriarcal dominante. Apesar do avanço nos debates, abordagens e discussões a respeito de igualdade de gêneros, ainda é claro na sociedade a desigualdade salarial entre homens e mulheres, casos de feminicídio e violência – seja, física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral, além de discursos que menosprezam a figura feminina, baixa representatividade das mulheres na política, entre outros aspectos da sociedade machista. No campo, a luta pela terra se configura em um processo político, social e econômico, e sua trajetória conta com a participação ativa e corajosa das mulheres trabalhadoras do campo, sem-terra, militantes, acampadas e assentadas pelas políticas de reforma agrária. A divisão sexual de papéis na realidade camponesa, não aparece apenas na questão do trabalho, mas no conjunto do cotidiano, ou seja, nas relações sociais que se estabelecem nos territórios. Sendo assim, a pesquisa tem como principal objetivo analisar os conflitos, contradições e trajetórias existentes a partir do trabalho e da luta das mulheres do Projeto de Assentamento Café Abelha, localizado no município de Doverlândia-GO, a fim de apreender seus avanços e desafios durante esse processo. A pesquisa contou com a participação de 14 assentadas entrevistadas, que relataram suas trajetórias dentro da luta pela terra, desde a fase de acampamento até o assentamento das famílias. Tendo como base metodológica a discussão acerca de conceitos que envolvem o estudo de gênero, luta pela terra, expansão da agricultura capitalista a resistência dos movimentos sociais e socioterritoriais e o papel da mulher neste contexto de luta pelo acesso e permanência na terra. A pesquisa campo teve como base as entrevistas semiestruturadas. A partir desses relatos foi possível estruturar discussões a respeito de gênero na luta pelo acesso à terra, sobre a expansão da agricultura capitalista e em contrapartida a resistência dos povos camponeses. Percebe-se que as assentadas se organizam enquanto movimento, porém, não possuem de fato uma estrutura organizativa, como por exemplo, uma associação de mulheres. Mesmo com as limitações impostas a partir da divisão sexual do trabalho, as mulheres participam de ações significativas, como cursos profissionalizantes, palestras, eventos de confraternização e partidas de futebol entre as assentadas da região. Muitas dessas mulheres se sentem invisibilizadas em função dos papéis impostos a partir do gênero. Cada uma dessas mulheres traz consigo suas territorialidades e encontros, mas, em algum ponto da trajetória de luta, elas se encontram e percebe-se que o sonho de acesso à terra é pelo direito, acima de tudo, de sobreviver.

Palavras-chave: Mulheres camponesas. Assentadas. Luta pela terra.

ABSTRACT

The figure of the woman is commonly related to aspects of a sexual and reproductive nature, and as a being inferior to men. Linked to this, male domination runs through long, historic and tireless years. It was through group organizations that women managed to acquire certain rights and some improvements in society, both in the social, political and economic spheres. The struggle of these women represents a break with the patriarchal vision imposed for a long time, moving from a naive conscience to a critical conscience. In the current conjuncture, we realize that the feminist struggle goes against the constraints imposed by the dominant patriarchal model. Despite the progress in debates, approaches and discussions about gender equality, it is still clear in society the wage inequality between men and women, cases of femicide and violence - whether physical, psychological, sexual, patrimonial or moral, in addition to speeches who despise the female figure, low representation of women in politics, among other aspects of sexist society. In the countryside, the struggle for land is configured in a political, social and economic process, and its trajectory counts on the active and courageous participation of women working in the countryside, landless, militants, encamped and settled by agrarian reform policies. The sexual division of roles in the peasant reality does not appear only in the matter of work, but in everyday life, that is, in the social relations that are established in the territories. Therefore, the research has as main objective to analyze the conflicts, contradictions and existing trajectories from the work and the struggle of the women of the Café Abelha Settlement Project, located in the municipality of Doverlândia-GO, in order to apprehend their advances and challenges during this process. The research had the participation of 14 interviewed settlers, who reported their trajectories within the struggle for land, from the encampment phase to the settlement of the families. Having as a methodological basis the discussion about concepts that involve the study of gender, struggle for land, expansion of capitalist agriculture, the resistance of social and socio-territorial movements and the role of women in this context of struggle for access and permanence on land. The field research was based on semi-structured interviews. Based on these reports, it was possible to structure discussions about gender in the struggle for access to land, about the expansion of capitalist agriculture and, on the other hand, the resistance of peasant peoples. It is noticed that the settlers organize themselves as a movement, however, they do not actually have an organizational structure, such as a women's association. Even with the limitations imposed by the sexual division of labor, women participate in significant actions, such as professional training courses, lectures, fraternization events and soccer matches among the settlers in the region. Many of these women feel invisible due to the roles imposed by gender. Each of these women brings with them their territorialities and confrontations, but, at some point in the trajectory of struggle, they meet and it is perceived that the dream of access to land is for the right, above all, to survive.

Keywords: Peasant women. seated. Fight for the land.

LISTA FIGURAS

Figura 1: Assentada cuidando dos animais no Projeto de Assentamento Padre Nilo, município de Iporá-GO

Figura 2: Ponte caída no município de Palestina de Goiás

Figura 3: Marcha das Margaridas – edição de 2019

Figura 4: Grupo de mulheres do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)

Figura 5: Grupo de mulheres na primeira Marcha das Mulheres Indígenas - 2019

Figura 6: Semeadura de amendoim, no Projeto de Assentamento Oziel Alves, no município de Baliza-GO

Figura 7: Primeira reunião no Projeto de Assentamento Café Abelha, no município de Doverlândia-GO

Figura 8: Casal de assentados plantando em seu lote, no Projeto de Assentamento Café Abelha, município de Doverlândia-GO

Figura 9: Modelo de cartão entregue junto com uma muda de rosa para as assentadas no Projeto de Assentamento Café Abelha

Figura 10: Localização da Microrregião Geográfica Sudoeste de Goiás

Figura 11: Mosaico de imagens: 1) Rua dos Democratas, 2) Prefeitura Municipal de Doverlândia, 3) Colégio Estadual Rui Barbosa, 4) Hospital São Marcos, em 1983

Figura 12: Sede do assentamento, também chamado de “barracão”, no Projeto de Assentamento Café Abelha, município de Doverlândia-GO

Figura 13: Parte interna do barracão

Figura 14: Mosaico de fotos: 1) Igreja Católica Santa Luzia 2) Igreja evangélica

Figura 15: Entrada Festa Camponesa, Projeto de Assentamento Café Abelha, no município de Doverlândia-GO (2019)

Figura 16: Momento de acolhida realizado em uma das parcelas do Projeto de Assentamento Café Abelha, município de Doverlândia-GO

Figura 17: Caminhada em direção a sede do Projeto de Assentamento Café Abelha, município de Doverlândia-GO

Figura 18: Atrações culturais na Festa Camponesa (2019)

Figura 19: Número de ocupações de terra e retomadas (Brasil 1988-2019)

Figura 20: Número de assentamentos rurais no Brasil – assentamentos criados entre 1985 – 2019

Figura 21: Marcha das Margaridas (2019)

Figura 22: Horta agroecológica de umas das parcelas do Projeto de Assentamento Café abelha, no município de Doverlândia-GO

Figura 23: Quintal agroecológico de umas das assentadas no Projeto de Assentamento Café Abelha, no município de Doverlândia –GO

Figura 24: Flores de uma das parcelas das entrevistadas no Projeto de Assentamento Café Abelha, município de Doverlândia-GO

Figura 25: Casal de assentados plantando arroz, Projeto de Assentamento Café Abelha, em Doverlândia-GO

Figura 26: Assentada alimentando um dos bezerros de sua parcela

Figura 27: Partida de futebol no Projeto de Assentamento Café Abelha, município de Doverlândia-GO

Figura 28: Produção de doces no Projeto de Assentamento Café Abelha, no município de Doverlândia

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Períodos do movimento feminista no Brasil

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Estado de Goiás – Agricultura Familiar e Não familiar

Tabela 2: Estado de Goiás – Principais Produtos Agrícolas (2018)

Tabela 3: Principais Produtos Exportados – Goiás – 2017

Tabela 4: Estado de Goiás – Uso de agricultura orgânica ou pecuária orgânica por tipologia de gênero

Tabela 5 – Dados populacionais da Microrregião do Sudoeste de Goiás (2010)

Tabela 6: Estrutura Fundiária da Microrregião Sudoeste de Goiás – 2017

Tabela 7: Projeto de Assentamentos Rurais na Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás

Tabela 8: Município de Doverlândia – Agricultura Familiar e Não Familiar

Tabela 9: Município de Doverlândia – estrutura fundiária (2017)

Tabela 10: Município de Doverlândia – Efetivo de rebanho bovino (1975-2020)

Tabela 11: Projetos de Assentamento no município de Doverlândia-GO

Tabela 12: Taxa de participação na força de trabalho para pessoas de 15 anos ou mais de idade, na semana de referência, por sexo, com indicação do coeficiente de variação, segundo cor ou raça e grupos de idade – 2019

Tabela 13 - Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, em trabalho por tempo parcial, por sexo, com indicação do coeficiente de variação, segundo cor ou raça e as Grandes Regiões – 2019

Tabela 14 - Rendimento habitual de todos os trabalhos e razão de rendimentos das pessoas ocupadas de 14 anos ou mais de idade, por sexo, com indicação do coeficiente de variação, segundo Grupos de Idade e Grandes Grupos Ocupacionais – 2019

LISTA DE ABREVIATURAS

AEGRE: Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia
ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural
CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COMIGO: Cooperativa Mista de Produtores do Sudoeste Goiano Ltda
CONDRAF: Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável -
CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT: Comissão Pastoral da Terra
CUT: Central Única dos Trabalhadores
FCO: Fundo Constitucional do Centro Oeste
FENAFRA: Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária –
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IMB: Instituto Mauro Borges
INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
JURA: Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária
MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário
MMC: Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil
MRG: Microrregião Geográfica de Goiás
MST: Movimento dos Trabalhadores rurais sem-terra
PAA: Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNDTR: Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PPIGRE: Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia
PRODECER: Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento Agrícola dos Cerrados
PRODOESTE: Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste
PRODUZIR: Programa de Desenvolvimento Industrial
PROFIR: Programa de Financiamento da Irrigação
PRONAF: Programa Nacional Agricultura Familiar
PRONATER: Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
SPM: Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres

Sumário

APRESENTAÇÃO: A POESIA QUE INSPIRA ESTA PESQUISA.....	13
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1.....	30
ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO AGRÁRIO GOIANO: ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE DOVERLÂNDIA-GO	30
1.1 A tecnificação e expansão da agricultura capitalista no Cerrado goiano.....	31
1.2 Microrregião Geográfica Sudoeste de Goiás	41
1.3 O Projeto de Assentamento Café Abelha: desafios, experiências e outras conquistas.....	51
CAPÍTULO 2.....	60
PRIMAVERAS REGADAS POR LUTAS FEMININAS: BREVE HISTÓRICO DAS CONQUISTAS E AVANÇOS DAS MULHERES NO BRASIL	60
2.1 Relação de gênero e a dominação masculina: breve histórico das lutas e reivindicações das mulheres brasileiras	61
2.2 A situação das mulheres no Brasil contemporâneo: reflexos da disseminação da extrema direita e a divisão sexual do trabalho.....	72
2.3 Território e Gênero	80
CAPÍTULO 3.....	82
MOVIMENTOS SOCIAIS E SOCIOTERRITORIAIS NO CAMPO, LUTA PELA TERRA E A CONDIÇÃO DA MULHER NESSES ESPAÇOS	82
3.1 Trajetórias dos movimentos sociais e socioterritoriais no Brasil	83
3.2 Representatividade feminina na luta pela terra e divisão sexual do trabalho no campo	87
3.3 A implementação e o acesso a políticas públicas específicas para as mulheres do campo	96
CAPÍTULO 4.....	102
ARANDO A LUTA, SEMENADO A RESISTÊNCIA E COLHENDO OS FRUTOS DA TERRA: FORÇA E TRABALHO DA MULHER CAMPONESA NO PROJETO DE ASSNETAMENTO CAFÉ ABELHA.....	102
4.1 Troca de saberes, lidas e trajetórias: as assentadas do Café Abelha	102
4.2 Da cerca ao lote: lutar não foi em vão.....	107
4.3 O cultivo da resistência: a conquista da terra, a rotina das assentadas e as práticas agroecológicas	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123

REFERÊNCIAS.....	126
ANEXOS	133

AGRADECIMENTOS

Agradecer, do latim “*gratus*”, significa “*ser acolhido de forma agradável*” e explica bem a experiência e vivência desta pesquisa. A mesma é resultado do apoio e colaboração de muitos, os quais merecem meus agradecimentos.

Agradeço então...

Em primeiro lugar, às assentadas do Projeto de Assentamento Café Abelha, a inspiração e motivação desta pesquisa. Mulheres que compartilharam suas histórias, sonhos, saberes. Aproveito para agradecer também a tantas outras assentadas e acampadas que tive a honra de conhecer durante esta trajetória. Por vocês e para vocês, exemplos de luta, meu muito obrigada!

Ao meu orientador, Prof. Dr. Evandro César Clemente, agradeço por ter aceito o desafio, pela paciência nesta caminhada, compreensão e dedicação de sempre.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo apoio financeiro por meio da bolsa de estudos.

A Comissão Pastoral da Terra – Regional São Luís de Montes Belos, por me permitir voluntariar e proporcionar experiências transformadoras. Em especial a pessoa do Lindomar Neres, agente pastoral com quem compartilhei as andanças pelos assentamentos e acampamentos da região. Ele que um é exemplo de liderança, sabedoria e resistência. Obrigada!

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí. Desde o quadro acadêmico, secretariado e coordenação.

Aos professores do curso de graduação Licenciatura em Geografia que tive a oportunidade de cursar na Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Iporá. Obrigada por me mostrarem uma Geografia possível, transformadora, crítica e afetiva. Em especial ao Prof.º Dr. Ricardo Gonçalves com quem pude acompanhar os primeiros conhecimentos a respeito da Geografia Agrária e ao Prof.º Dr. Antônio dos Anjos, que também me orientou com muita dedicação durante minha pesquisa neste período. Obrigada!

Aos meus amigos e companheiros de vida, risadas, sonhos e de afeto. Aqueles que acompanharam e tornaram a caminhada mais leve. Afinal, “*nem todo irmão é um companheiro, mas todo companheiro é um irmão*”. Em especial ao meu primo e grande amigo, Ingo San Thiago, que me acompanhou nas visitas ao assentamento e sempre me incentivou. E também aos novos colegas que a pós-graduação me

proporcionou, em especial a minha amiga Antônia, que compartilhou as doçuras e os desafios desta caminhada. Obrigada!

Por último, mas não menos importante, a minha luz e inspiração de vida, minha mãe. Sem ela nenhuma conquista seria possível. Ao meu pai, meu exemplo de força, humildade e que, infelizmente, me deixou durante esta caminhada. Para vocês, com todo amor, dedicação, respeito, admiração e minha eterna saudade.

A seguir, as minhas mais sinceras experiências geográficas, científicas e afetivas...

APRESENTAÇÃO: A POESIA QUE INSPIRA ESTA PESQUISA

*Vive dentro de mim
a mulher roceira.
- Enxerto da terra,
meio casmurra.
Trabalhadeira.
Madrugadeira.
Analfabeta.
De pé no chão.
Bem parideira.
Bem criadeira.
Seus doze filhos.
Seus vinte netos.¹*

Me atrevo a começar citando poesia e, mais especificamente, a de Cora Coralina. Poesia goiana, do povo, do campo, da cozinha e das flores... Para Cora a poesia é vasta e, ora sentida e palpável, ora cantada e habitável, está nos becos da cidade onde “as casas cochicham”. Está presente nos detalhes e, também, de forma abstrata. Cora revela em sua poesia as várias mulheres que a tornaram a cabocla, lavadeira, cozinheira, proletária, a mulher sem preconceitos...

Mas afinal, qual poesia inspira esta pesquisa? Aquela que envolve força, resistência feminina, sonhos e a luta pelo direito de produzir. Está refletida no aroma do café fresco, acompanhado do amanhecer de mais um dia de trabalho, ao fundo o canto dos pássaros e o galo anunciando o despertar, logo as camponesas se preparam para a lida com a terra, com os animais, com os afazeres de casa, com o cuidado com o quintal. Essa mesma poesia também está presente nas marcas e no desgaste da lida de todos os dias. A luta pelo acesso à terra e permanência nela revela a resistência e as histórias de acampadas, assentadas, povos ribeirinhos, quilombolas, integrantes de comunidades tradicionais. Essas que são, em grande maioria, desassistidas, repreendidas e enfrentam as contradições sociais diariamente. Então, a poesia que inspira esta pesquisa não busca “romantizar” a luta pela terra e as condições de vida que, na maioria das vezes, são precárias, mas sim reconhecer o trabalho e a força desses sujeitos.

Ainda no período de graduação, na Universidade Estadual de Goiás – Câmpus Iporá, surgiu a oportunidade de iniciar o projeto de Iniciação Científica e Extensão:

¹ Poema Todas as Vidas, do livro Poema dos becos de Goiás e estórias mais.

“Luta Pela Terra, Território e Reforma Agrária na Região Oeste Goiano, Goiás”, que era coordenado pelo Prof. Dr. Ricardo Gonçalves. O projeto buscava conhecer a questão agrária da região, fortalecendo diálogos com os acampados e assentados, oferecendo momentos de aprendizagem e troca de saberes. Com o objetivo de entender a luta e as estratégias construídas pelos camponeses em defesa da terra, encaminharam-se visitas de campo em acampamentos e assentamentos rurais localizados na região. Um fato essencial nesta trajetória é a oportunidade de voluntariar junto a Comissão Pastoral da Terra (CPT) – Regional Goiás. A partir desta parceria foi possível acompanhar de perto a questão agrária em alguns municípios goianos, como Iporá, Jaupaci, Piranhas, Caiapônia, Doverlândia, Baliza, entre outros.

Um momento sempre marcante a seu modo eram as reuniões que a CPT organizava com os assentados e acampados. Essas experiências eram direcionadas por seus representantes e contavam com uma programação rotineira, que era inicialmente um momento místico e de celebração à terra, água e sementes e, após esse momento os direcionamentos dependem do tema da reunião e pauta do dia. Nos momentos de diálogo era nítido que os assentados e acampados sempre estavam dispostos a responder perguntas, explicar, ajudar e ensinar. Além disso, os encontros eram finalizados com comunhão e a fartura de lanches compartilhados por todos.

Destaco aqui, com carinho e admiração, o Projeto de Assentamento Padre Nilo, localizado no município de Iporá, um dos primeiros que tive oportunidade de conhecer e estreitar laços., principalmente com as assentadas, como representado na Figura 1. Nas rodas de conversa os assentados expuseram suas histórias e quais as principais dificuldades enfrentadas no projeto de assentamento, dentre estas o escoamento da produção, a questão dos recursos hídricos e o acesso a políticas públicas. Essas são as dificuldades comumente presentes nesses espaços de luta, trabalho e resistência.

Figura 1: Assentada cuidando dos animais no Projeto de Assentamento Padre Nilo, município de Iporá-GO



Fonte: Trabalho de campo (2018) Autor: Anna Lgia Alves Coelho.

Com o intuito de expandir olhares geográficos e conhecer outras realidades locais, visitamos também alguns acampamentos nos municípios de Arenpolis, Piranhas e Caiapônia. Dentre eles os acampamentos “Eli Euclnio”, “Campo Belo”, “Torres do Rio Bonito” e “Torres do Taquary”. Nos municípios de Jaupaci e Aurilndia, visitamos os acampamentos “Garça Branca” e “Corrente”. Também os projetos de assentamentos “Conquista”, “Querência”, “Padre Ilgo”, “Morrinhos 2”, “Eldorados dos Carajás”, “Macaba”, “Flamboyant”, “Oziel Alves” e o “Café Abelha”, nos municípios de Doverlândia, Baliza e Caiapônia.

Durante nossos trajetos observou-se também figuras únicas, desde um trabalhador capinando sua horta e plantando, ao motorista de um caminhão que carregava produtos (provavelmente agrotóxicos) para a plantação de soja, milho, cana-de-açúcar. os contrastes são marcantes e trazem sentido quando analisamos os aspectos da região, em que a expansão do agronegócio se intensifica e os camponeses ainda procuram resistir. Um ponto importante a ser destacado é o acesso a esse acampamentos e assentamentos. São raros os caminhos que estão em boas condições, em algumas estradas pontes estão caídas ou extremamente desgastadas, colocando em risco quem passa por elas, conforme representado na Figura 2.

Figura 2: Ponte cada no município de Palestina de Goiás



Fonte: Trabalho de campo (2021) Autor: Anna Lígia Alves Coelho.

Em todos os acampamentos e assentamentos foi possível identificar a resistência, desde as histórias de vida de cada um dos sujeitos, relatos de trabalhadores que estão há mais de décadas nesta luta, mulheres que refletem força em seus olhares, homens que vivem do sonho da terra e trazem marcas do trabalho nas mãos. Essas pessoas lidam com preconceito, com a incerteza do amanhã, com abuso de autoridades, com a desinformação e com efeitos gerados pelo esquecimento das políticas públicas.

Sob este contexto, as mobilizações dos movimentos sociais e socioterritoriais são essenciais para reforçar o movimento e organização das suas estruturas. Um dos grandes exemplos de manifestação das mulheres do campo é a Marcha das Margaridas, representada na Figura 3, que acontece anualmente em Brasília, capital federal. A mesma é um símbolo da resistência feminina no campo e na busca pelos direitos das mulheres. O momento consiste em marchar juntas, cantando, tocando instrumentos ou dançando, constituindo-se numa oportunidade de ganhar visibilidade para estas que lutaram e lutam pelas águas, florestas e pela terra. O sol ainda apontava quando todas já estavam organizadas.

Figura 3: Marcha das Margaridas – edição de 2019



Fonte: Marcha das Margaridas (2019) Autor: Anna Lígia Alves Coelho.

O nome da marcha homenageia Margarida Maria Alves, sindicalista paraibana que lutava pelos direitos dos povos do campo, era uma importante líder do movimento pela terra. A mesma foi assassinada em 1983, aos 50 anos de idade, a mando de fazendeiros da região, não sendo apenas mais um caso isolado da violência contra os movimentos sociais.

Durante o evento são milhares de mulheres, agricultoras, camponesas, quilombolas, marisqueiras, quebradeiras de coco, integrante de movimentos feministas e sindicais, de todos os cantos do país, marchando em busca do seu lugar de fala. Me recordo que as cores, os sotaques, as músicas e a movimentação de tantas mulheres juntas, em busca de um propósito em comum, foi o tocante neste dia. Mulheres que atravessaram o país, viajaram durante dias para se encontrarem com outras que compartilhavam da mesma luta. Um grupo de mulheres do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – Maranhão, Pará, Piauí, Tocantins, como está representado na Figura 4, com cartazes escritos: “Nós queremos território livre para nascer, viver, germinar, parir e morrer! ”. Este mesmo grupo de mulheres atraiu atenção de todos ao cantarem o trecho:

“Somos mulheres

*Somos guerreiras
Não naufragaremos
Seremos um mar de bandeiras”*

Figura 4: Grupo de mulheres do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB)



Fonte: Marcha das Margaridas (2019) Autora: Anna Lígia Alves Coelho.

Um dia antes da Marcha das Margaridas aconteceu outra importante mobilização para as mulheres, que foi a primeira Marcha das Mulheres Indígenas, conforme representado na Figura 5, com o lema “Território: nosso corpo, nosso espírito”. O movimento é fruto de uma intensa luta na busca por visibilidade das ações das mulheres indígenas e por seus direitos enquanto povos originários. A luta dos povos do campo engloba uma movimentação de ribeirinhos, assentados, acampados, indígenas, ou seja, os povos das florestas, das águas e da terra. As experiências com essas organizações e eventos proporcionou novos olhares a respeito da luta feminina.

Figura 5: Grupo de mulheres na primeira Marcha das Mulheres Indígenas - 2019



Fonte: Marcha das Mulheres Indígenas (2019) Autor: Anna Lígia Alves Coelho.

A Marcha das Margaridas 2019 foi a última que aconteceu de forma presencial, pois devido a pandemia de COVID-19, as demais edições dos anos 2020 e 2021 aconteceram de forma virtual.

A pandemia restringiu o contato com as mobilizações dos movimentos sociais. No campo, a única visita possível durante este período, além da visita ao assentamento tema desta pesquisa, foi ao Assentamento Oziel Alves Pereira, conhecido também como “Bandeirantes”. O mesmo é resultado da mobilização do MST no município de Baliza-GO e abriga 553 famílias. O Assentamento possui uma área social grande, onde se localizam áreas comerciais e templos religiosos, além das duas unidades escolares: a Escola Municipal Bandeirante e a Escola Estadual Oziel Pereira. A primeira atende estudantes que cursam as séries do Ensino Fundamental e a segunda é direcionada aos estudantes do Ensino Médio. Ainda nesta visita foi possível conhecer algumas famílias e lideranças locais, conforme representado na Figura 6. Ressalto aqui uma parcela em especial, em que o assentado optou por manter maior parte da vegetação e desmatou apenas o espaço para a construção de sua residência. O mesmo, por opção própria, vive sem acesso à energia elétrica ou sinal de telefone. O assentado relata que esse modo de vida, minimalista, representa aquilo que o mesmo acredita que é necessário para viver. Além disso, o mesmo

coordena um projeto de criação de mudas de espécies nativas do Cerrado e compartilha as mesmas com os outros assentados. Dentre as espécies, estão mudas frutíferas ou árvores que auxiliam na preservação do Cerrado.

Figura 6: Semeadura de amendoim, no Projeto de Assentamento Oziel Alves, no município de Baliza-GO



Fonte: Trabalho de campo realizado pela CPT (2021) Autor: Anna Lígia Alves Coelho.

A visita a este projeto de assentamento teve a intenção de iniciar a mobilização para a realização da próxima edição da Festa Camponesa de 2022, afim de estudar a possibilidade de realizá-la de modo presencial, atendendo a todas as exigências em relação à pandemia.

Durante as visitas aos assentamentos e acampamentos da região, diálogos e ao observar o modo de vida dos assentados e acampados, sempre busquei um olhar especial para as mulheres deste meio, de onde surgiu a motivação e inspiração para esta pesquisa, além da participação na Marcha das Margaridas e também na observação da organização das camponesas nesses espaços.

A escolha do Projeto de Assentamento Café Abelha surgiu a partir das reuniões cujo objetivo era a organização da Festa Camponesa que ocorreu em 2019, conforme representado na Figura 7. A visita foi direcionada pela CPT e por meio de trocas de

diálogos com as assentadas e, sobretudo, pelo interesse das mesmas em tornar suas histórias reconhecidas, por acreditarem ser exemplos de luta. É claro que cada uma possui suas territorialidades e vivências únicas, porém, o sonho da concretização do acesso à terra e um sentimento mutuo entre elas.

Figura 7: Festa Camponesa no Projeto de Assentamento Café Abelha, em Doverlândia-GO



Fonte: Trabalho de campo realizado pela CPT (2019) Autor: Anna Lúcia Alves Coelho.

O trabalho de campo e os laços criados com as assentadas foram fundamentais para a execução desta pesquisa e então, cumprindo todas as exigências de combate a pandemia, puderam ser realizadas visitas aos lotes, em que a maioria cuida de seus quintais agroecológicos. A lida com terra é uma das características principais percebidas durante esses momentos. O produzir, viver e compartilhar integram a rotina do assentamento. As hortas, pomares e flores tornam refletam o trabalho das assentadas. A imagem representada na Figura 8 reflete a parceria e comunhão dos assentados no Café Abelha, ver as mulheres plantando e cultivando à frente de seus companheiros nos remete a pensar na autonomia e liberdade de trabalho que cada uma delas possui dentro de seus lotes.

Figura 8: Casal de assentados plantando em seu lote, no Projeto de Assentamento Café Abelha, Doverlândia-GO



Fonte: Trabalho de campo (2021) Autor: Anna Lúcia Alves Coelho

A oportunidade do convívio e de conhecer a realidade e histórias das assentadas foi ponto principal da pesquisa. Essas mulheres trazem em seus rostos e suas mãos as marcas da lida com a terra. É a respeito delas e para elas que pretendo falar. Hoje a pesquisa “EXPERIÊNCIAS DE LUTA E TRABALHO: O PAPEL DA MULHER NO PROJETO DE ASSENTAMENTO CAFÉ ABELHA NO MUNICÍPIO DE DOVERLÂNDIA-GO”, é resultado de, não apenas dois anos do curso de Mestrado, mas de experiências adquiridas e vivenciadas, primeiramente por meio da Geografia enquanto curso superior e então, a partir das experiências geográficas singulares que me foram apresentadas.

Entende-se que todas essas experiências contribuíram para a execução desta pesquisa, em que os processos que englobam a questão agrária precisam ser estudados, analisados e expostos para a sociedade, como uma forma de legitimar a luta e resistência no campo, além de buscar a concretização dos direitos.

INTRODUÇÃO

Minha própria geração, posterior à Segunda Guerra Mundial, cresceu numa época em que as mulheres eram infantilizadas e tratadas como propriedade. Elas eram mantidas como jardins sem cultivo... mas felizmente sempre chegava alguma semente trazida pelo vento. Embora o que escrevessem fosse desautorizado, elas insistiam assim mesmo. Embora o que pintassem não recebesse reconhecimento, nutria a alma do mesmo jeito. As mulheres tinham de implorar pelos instrumentos e pelo espaço em árvores, cavernas, bosques e armários.

A dança mal conseguia ser tolerada, se é que o era, e por isso elas dançavam na floresta, onde ninguém podia vê-las, no porão ou no caminho para esvaziar a lata de lixo. A mulher que se enfeitava despertava suspeitas. Um traje ou o próprio corpo alegre aumentava o risco de ela ser agredida ou de sofrer violência sexual. Não se podia dizer que lhe pertenciam as roupas que cobriam os seus próprios ombros.

Era uma época em que os pais que maltratavam seus filhos eram simplesmente chamados de “severos”, em que as lacerações espirituais de mulheres profundamente exploradas eram denominadas “colapsos nervosos”, em que as meninas e as mulheres que vivessem apertadas em cintas, amordaçadas e contidas eram consideradas “certas”, enquanto aquelas que conseguiam fugir da coleira uma ou duas vezes eram classificadas de “erradas”.

Por isso, igual a muitas mulheres antes e depois de mim, passei minha vida como uma criatura disfarçada. À semelhança da parentela que me precedeu, andei cambaleante em saltos altos e fui à igreja usando vestido e chapéu. No entanto, minha cauda fabulosa muitas vezes aparecia por baixo da bainha do vestido...²

Em sua obra, *Mulheres que correm com lobos*³, Clarissa Pinkola Estés nos encoraja a refletir e, quem sabe, inspirar sobre uma versão escondida no instinto feminino, o “arquétipo da Mulher Selvagem”. Quando fala de feminino não se refere aos órgãos genitais, mas sim com a desconexão do corpo que o transcende. E neste contexto a autora não utiliza o termo “selvagem” em seu sentido pejorativo, mas em seu sentido original, de uma vida natural, fazendo com que as mulheres se lembrem “de quem são e o que representam”. A Mulher Selvagem não tem nome, por ser vasta. Expressa-se através dos sons, vibrações, palavra escrita e falada, às vezes um

² Trecho do livro *Mulheres que correm com lobos* escrito por Clarissa Pinkola Estés.

³ A obra é resultado do conjunto de 19 contos de fadas, histórias e experiências, acerca do instinto feminino. É um livro que nos convida a pensar sobre ancestralidade feminina, sagrado feminino, a relação da mulher com a natureza, a liberdade de seu corpo, a intensa troca de saberes a respeito de curas, etc.

poema. Ela é amiga e mãe de todos. Não consegue habitar a atmosfera do “politicamente correto”. Ela viceja em visões novas e integridade individual. Floresce com sua própria natureza. Líder, aliada e intuitiva como uma noite estrelada: fitamos o mundo com milhares de olhos. A Mulher Selvagem também lida com a terra – planta, cultiva, rega, colhe, alimenta. Ela se habita perfeitamente à natureza, à chuva, aos ventos aos animais e, traz consigo as raízes da terra e tem sua vida enraizada nela. Terra que conduz ao aprendizado e que a devolve a sua verdadeira vida de selvagem. Essa mesma mulher cuida do quintal, da família, do fogão, da sabedoria e da luta. É uma força inimitável e inefável. Ela pertence a todas as mulheres. (ESTÉS, 2018).

Quando compreendemos, mesmo que de forma folclórica, a força do feminino e a representatividade das mulheres do campo, percebemos a força delas na luta pelo acesso à terra. Elas que reivindicam seu direito de plantar, colher, trabalhar e morar, sejam assentadas, acampadas, quilombolas, ribeirinhas ou participantes de comunidades tradicionais, trazem consigo os saberes da natureza, a força e resistência da mulher do campo. Compreender suas ações, reivindicações e conquistas é essencial para a construção da discussão acerca do papel das camponesas e o que o trabalho delas representa.

Sabemos que a conjuntura atual tem sido marcada por um contexto histórico-geográfico de uma sociedade capitalista assentada no patriarcado e na divisão sexual do trabalho desfavorável à mulher, que recorrentemente se encarrega dos serviços domésticos, reprodução e cuidados com a prole, além de jornadas em emprego fora do lar ou no caso das camponesas, em atividades produtivas dentro de seus espaços. Este trabalho, via de regra, é desvalorizado social e financeiramente, visto que no seio familiar, comumente, a mulher é oprimida e não toma ou participa das principais decisões, além de não ser paga de forma justa pelos seus trabalhos, relegando a ela uma função subalterna.

Quando abordamos o papel da mulher na luta pela terra, vem à luz as relações de subjugação e desigualdade. As diferenças sexuais sempre foram barreiras valorizadas ao longo do tempo, associando à figura feminina a ideia da fragilidade maior que a colocasse em situação de total dependência da figura masculina, seja do pai, do irmão, ou do marido, dando origem e reproduzindo uma sociedade patriarcal e machista, limitando-as apenas às tarefas do lar. Com a visibilidade e o crescimento do movimento feminista na luta por direitos e reconhecimento das mulheres, tanto no campo quanto na cidade e, em contrapartida, frente ao machismo estrutural presente

na sociedade, observamos como reflexo o acirramento dos conflitos sociais e entre os gêneros, os quais acentuam dissensos e contradições que devem ser analisados.

A pesquisa tem como principal objetivo analisar os conflitos, contradições e trajetórias existentes a partir do trabalho e da luta das mulheres no contexto do Projeto de Assentamento Café Abelha, localizado no município de Doverlândia-GO. Especificamente, objetiva-se:

- a) Investigar o histórico da formação e estruturação do município de Doverlândia, bem como seu território agrário e como se deu a mobilização e a luta pela terra neste;
- b) Compreender o papel desempenhado pelas mulheres no processo de luta pela terra e na estruturação do Assentamento, identificando quais são os espaços (político, social, econômico, cultural) produzidos e organizados exclusivamente por e para elas, tendo em vista a relação desta com os homens na esfera interna do Projeto de Assentamento como a divisão sexual do trabalho, a distribuição do poder entre eles;
- c) Conhecer e narrar as trajetórias de lutas e o dia a dia das assentadas, como organizam seu espaço no lote, como funciona a produção dos alimentos e, se comercializados, como se realiza o processo;
- d) Investigar se a luta das mulheres no assentamento obteve alguns resultados positivos no território;
- e) Averiguar a relação das mulheres com os homens e os possíveis conflitos ocasionados por conta da luta feminista e os principais desafios enfrentados.

Para consecução dos objetivos da pesquisa baseou-se na utilização de uma metodologia qualitativa e quantitativa, em vista de que a investigação dialogará com os sujeitos sociais, teorias e dados de fontes primária e secundárias e também empíricos.

Com a intenção de compreender as conquistas e os desafios das mulheres camponesas sob o ponto de vista da sua inserção no território do Projeto de Assentamento, evidenciando a luta pelo empoderamento feminino no processo de luta pela terra e reforma agrária, levantamos algumas questões: quais são os espaços que as mulheres assentadas possuem/constroem para abordar as questões que dizem respeito ao universo feminino? Qual é o papel atribuído às mulheres durante o

processo de territorialização da luta pela terra? Elas se sentem invisibilizadas pelos homens, pela sociedade e pelas instituições do Estado? Quais são as ações/estratégias criadas para superar esta invisibilização? Exercem alguma liderança dentro do Assentamento? Como essas mulheres produzem e organizam o espaço do lote/Assentamento?

As bases teórico-metodológicas que subsidiaram a execução da pesquisa foram selecionadas a partir do entendimento da categoria de análise território enquanto um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder estabelecidas entre distintos agentes e sujeitos no decorrer de um processo histórico (RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2009; SAQUET, 2006; FERNANDES, 2009). A abordagem condicionou subsídios à análise e compreensão das realidades geográficas investigadas, das lutas enfrentadas pelas assentadas pelo fato de serem mulheres num sistema patriarcal. Realizou-se levantamentos bibliográficos para a discussão e reflexão sobre os seguintes temas: reforma agrária, território, assentamentos rurais, Geografia e Gênero, luta pela terra, papel da mulher camponesa.

Nesse contexto, pesquisas desenvolvidas por Raffestin (1993), Souza (1995), Haesbaert (2009) e Fernandes (2009) abordam reflexões e conceitos a respeito do território, suas características e aspectos, suas nuances, críticas e observações que contribuem para a análise do estudo. Sobre as contribuições a respeito de assentamentos rurais, luta pela terra e reforma agrária, as obras Martins (1983), Oliveira (1991), Hespanhol (2008), Fabrini (2001), Fernandes (2000), Clemente (2011), trazem uma importante contribuição com a discussão e abordagem do tema. Já as pesquisas desenvolvidas por Rua e Aramovay (2000), Valenciano e Thomaz Júnior (2002), Franco García (2004), Boni (2013), Schwendler (2015), analisaram a importância e o protagonismo das trabalhadoras rurais e militantes de movimentos sociais na organização das lutas e resistências urdidas no espaço agrário brasileiro e balizarão as reflexões construídas neste estudo.

No que tange a análise do papel da mulher na luta pela terra, o conceito abarca e evidencia as particularidades e identidades específicas das assentadas, mas também por outro lado, essa categoria assume também um papel crucial no que diz respeito a certo padrão de denúncia, conflitos, contradições e crítica dos impactos e efeitos sociais produzidos pelo avanço de frentes de acumulação capitalista.

Dentre os procedimentos metodológicos destacam-se, além da revisão bibliográfica, o levantamento e organização de dados de fonte secundária, que serão compilados e analisados, obtidos em trabalhos acadêmicos e também de instituições como o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Rede DATALUTA, Instituto Mauro Borges (IMB), CPT e Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, a partir da observação direta acompanhada das entrevistas semiestruturadas e dos formulários aplicados às mulheres assentadas.

O advento da pandemia de Covid-19 a partir de março de 2020 gerou profundas incertezas na vida e também no espaço acadêmico. Devido à necessidade de adoção de medidas necessárias para evitar a disseminação do vírus, como isolamento e o distanciamento social, as visitas a campo ficaram suspensas por meses. As mesmas passaram por avaliações mais restritas pelo Comitê de Ética e Pesquisa – CEP – em Pesquisa da Universidade Federal de Jataí – UFJ, antes de serem realizadas. Após correções na estrutura da metodologia usada para execução da pesquisa campo, como a descrição de ideias de logística para garantir a segurança da saúde dos entrevistados e também dos pesquisadores. Foram disponibilizados máscaras e álcool gel, além de respeitar o distanciamento social.

A partir disso, organizou-se juntamente com a CPT a ida ao Projeto de Assentamento. Foram programados um período de seis dias junto às assentadas. Sempre muito receptivas, os dias em companhia destas mulheres, interagindo com seu modo de vida são o verdadeiro alicerce desta pesquisa. Foram realizadas 14 entrevistas semi-estruturadas com as assentadas do Projeto de Assentamento Café Abelha. A proximidade com tais reforçou o sentido de luta no meio camponês que, a alguns anos, tem sofrido com as ações neoliberais e de cunho neofascista dos governantes atuais. Algumas optaram por não participar e outras não estavam presentes nos dias da visita.

Como forma de demonstrar afeto, respeito e lembrança, as assentadas receberam mudas de rosas e um cartão personalizado, como demonstrado na Figura 9. Esse ato também integrou a metodologia da pesquisa, afinal, o objetivo é, também, fazer com que essas mulheres se sintam reconhecidas. A surpresa de receber algo que possa ocupar o lote foi muito bem recebida por todas, algumas aproveitando para plantar suas mudas enquanto mostravam suas outras plantações.

Figura 9: Modelo de cartão entregue junto com uma muda de rosa para as assentadas no Projeto de Assentamento Café Abelha



Fonte: Folder criado em aplicativo. Autor: Anna Lígia Alves Coelho.

Entre diálogos, trocas de saberes, conselhos das mulheres, lanches regados a café e pão de queijo, passeios por quintais ocupados pela produção agroecológica, muitas se emocionaram ao recordarem o período de acampamento, o que nos remete a pensar nas contradições existentes no movimento de luta pela terra e o quanto as condições das acampadas são difíceis e desgastantes. Percebe-se que o sonho de acesso à terra é pelo direito, acima de tudo, de sobreviver. Todas essas observações contribuíram para uma percepção a respeito das assentadas no Café Abelha, essas que possuem suas trajetórias individuais, mas também conjunta em busca dos direitos do povo do campo e em particular da mulher camponesa. Essas experiências estão, de alguma forma, refletidas nestas linhas.

A dissertação está organizada em quatro capítulos. No CAPÍTULO 1: “ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO AGRÁRIO GOIANO: ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE DOVERLÂNDIA –GO”, que tem como objetivo compreender o processo de ocupação do Cerrado goiano, observando a expansão da agricultura capitalista no

país, com ênfase para o município de Doverlândia e a Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás, que integra a área de estudo proposta na pesquisa. É importante ressaltar que essa expansão se depara com a resistência e mobilização camponesa, refletida nos acampamentos e Projetos de Assentamento da região. Além disso, analisa-se a estrutura fundiária e a luta pela terra neste território, atentando-se para os dados referentes ao município, em que se localiza o Projeto de Assentamento Café Abelha.

No CAPÍTULO 2: “PRIMAVERAS REGADAS POR LUTAS FEMININAS: BREVE HISTÓRICO DAS CONQUISTAS E AVANÇOS DAS MULHERES NO BRASIL”, o qual descreve alguns aspectos históricos que influenciaram na organização dos movimentos sociais de reivindicação dos direitos das mulheres no país, com ênfase na condição destas na conjuntura atual brasileiras. Partimos da análise dos conceitos que envolvem inerentemente as relações de poder existentes, ou seja, a partir do Gênero e Território. Afim de compreender a respeito da imposição dos papéis de gênero, aborda-se também questões relativas à divisão sexual do trabalho, que é um ponto fundamental na discussão a respeito da participação das mulheres na sociedade, mercado de trabalho e política.

No CAPÍTULO 3: “MOVIMENTOS SOCIAIS E SOCIOTERRITORIAIS, LUTA PELA TERRA E A CONDIÇÃO DAS MULHERES NESSES ESPAÇOS”, busca analisar, além da história dos movimentos sociais e socioterritoriais, a situação das mulheres no campo, a partir das políticas públicas direcionadas para esse grupo e, também, a respeito da divisão sexual do trabalho no meio camponês, procurando identificar seus aspectos e desdobramentos, a partir da realidade vivida por elas.

No CAPÍTULO 4: “ARANDO A LUTA, SEMEANDO A RESISTÊNCIA E COLHENDO OS FRUTOS DA TERRA: FORÇA E TRABALHO DA MULHER ASSENTADA”, objetiva-se compreender as experiências, lutas e trajetórias das assentadas. As informações contidas neste capítulo são resultado do trabalho de campo, o qual foi possível conhecer parcelas, histórias, receitas de remédios, conhecimentos sobre criação de animais, etc.

Compreender estas ações encoraja o debate e a reflexão crítica, dialógica e dialética sobre suas experiências de vida, seus avanços e desafios, para que se possa então ser apropriado imaterialmente por elas para conhecer melhor sua realidade.

CAPÍTULO 1

ESTRUTURAÇÃO DO TERRITÓRIO AGRÁRIO GOIANO: ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE DOVERLÂNDIA-GO

*Verdes paisagens de tempos perdidos
Troncos retorcidos com os pés na terra
Um sinal expresso diz que o progresso lhes
declara guerra
Troncos perfilados verdes pelotões
Capitães tombados Cedros Anões
Sucupira viúva Angico a chorar
Vinhático raquítico Peroba sem par
Emcurussu ferrado no atrito da serra agoniza
cerrado na dor do Pau-terra
Ipê amarelo estéril sem flor
Faveiras Favas ordena o trator
O cerrado é fogo é dor é solidão
O cerrado é um risco de carvão
Aroeira insisti, Mangabeira não
Pequizeiro desiste, Chichá vai ao chão
Desidratada magra Pindaíba
Sem sombra sem copa cai a Copaíba
Desaba em pranto o velho Jatobá
Baru destroncado adeus Jacarandá
Tambu tomba tenso
Gameleira já morta
Pororoca aflita
Barriguda aborta
Caraíba é fumaça
Chora Jequitibá
Embaúba se lasca Alicá é pra já
Simbaíba secando lá vai Tamboril
A Malva ardendo é brasa é Brasil
O cerrado é fogo é dor é solidão
O cerrado é um risco de carvão.⁴*

Neste capítulo serão abordados os reflexos do crescimento da agricultura capitalista no Cerrado Goiano por meio da análise do processo de expansão do grande capital na região, analisando os principais fatores que influenciaram nesse processo.

⁴ Música “Cerrado”, de Marcelo Barra e Hamilton Carneiro.

A partir disso, procura-se descrever aspectos gerais a respeito da Microrregião Geográfica Sudoeste de Goiás, que é reconhecida pela elevada produção de grãos, principalmente a soja, no formato empresarial capitalista com destaque para os municípios de Rio Verde e Jataí. A expansão do cultivo de soja trouxe consigo contradições em relação ao trabalhador do campo, ocasionando e acirrando as disputas territoriais. E então, em contrapartida a essa exploração intensa da terra pelo modo capitalista, percebe-se uma região com a presença de Projetos de Assentamentos Rurais.

O Assentamento Café Abelha, que é o recorte espacial da pesquisa, está localizado no município de Doverlândia-GO. O mesmo foi criado em 1996, conta com 31 famílias assentadas e segue sendo um exemplo de resistência e organização na região. A partir de diálogos e trocas de saberes, foi possível conhecer a história e o modo de estruturação do assentamento, contribuindo para uma análise da luta pela terra local.

1.1 A tecnificação e expansão da agricultura capitalista no Cerrado goiano

O Cerrado é um dos seis biomas do Brasil e sua área cobre 25% do território brasileiro, se estendendo por alguns estados, como Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, sul do Mato Grosso, oeste de Minas Gerais, Distrito Federal, oeste da Bahia, sul do Maranhão, oeste do Piauí e porções do estado de São Paulo, concentrando principalmente no Planalto Central Brasileiro (ICMBIO). A grandiosidade do Cerrado se mostra desde suas árvores de troncos tortuosos, espécies de animais como o lobo-guará, arara-azul, pato mergulhão ou de frutos como o pequi, cajuzinho-do-Cerrado, buriti, dentre outros.

Ab'Sáber (2007) descreve que:

O domínio dos chapadões recoberto por cerrado e penetrados por florestas-galeria de diversas composições constitui-se em um espaço físico ecológico e biótico, de primeira ordem de grande, possuindo de 1,7 a 1,9 milhão de quilômetros quadrados de extensão. [...] O domínio dos cerrados, em sua região nuclear, ocupa predominantemente maciços planaltos de estrutura complexa, dotados de superfícies de cimeira, e um conjunto significativo de planaltos sedimentares compartimentados, situados em níveis que variam entre 300 e 1700 m de altitude. As formas de terrenos são, grosso modo, similares tanto nas áreas de terrenos cristalinos aplainados como nas áreas sedimentares sobrelevadas e transformadas em planaltos típicos. No detalhe,

entrementes, as feições morfológicas são muito mais diversificadas, fato bem testemunhado pelo caráter compósito dos padrões de drenagem das sub-bacias hidrográficas, ainda que, em conjunto, chapadões sedimentares e chapadões de estrutura complexa e de velhos terrenos tenha o mesmo comportamento na estruturação de paisagens físicas e ecológicas no domínio dos cerrados (AB'SÁBER, 2007, p. 117-118).

O Cerrado também concentra nascentes de importantes rios brasileiros, como: Rio São Francisco, Araguaia e Tocantins. Ab'Sáber (2007) acrescenta que:

O domínio dos cerrados possui drenagens perenes para os cursos d'água principais e secundários, envolvendo, porém, o desaparecimento temporário dos caminhos d'água de menor grandeza por ocasião do período seco do meio do ano. Dessa forma, coexiste uma perenidade geral para a drenagem dos cerrados, com um efeito descontínuo de intermitência sazonal para os caminhos d'água das vertentes e interflúvios, a par com a atenuação dos fluxos d'água nos canais de escoamento das pequenas sub-bacias de posição interfluvial. O ritmo marcante da tropicalidade regional, com estações muito chuvosas alternadas com estações secas que inclui um total de precipitações anuais de três a quatro vezes aquele ocorrente no domínio das caatingas, implica uma preservação extensiva dos padrões de perenidade dos cursos d'água regionais. Mesmo nos canais de escoamento laterais aos chapadões e muita pequena extensão, permanece uma espécie de linha de molhamento d'água sub-superficial, durante toda a estação seca de meio ano. O lençol freático sofre variações ao longo do ano, desde um a 1,5 m até 3 a 4 m no subsolo superficial dos cerrados, continuando, porém, em posição sub-superficial à topografia, alimentando as raízes da vegetação lenhosa dos cerrados (AB'SÁBER, 2007 p. 119).

Chaveiro e Barreira (2010) descrevem o Cerrado como:

“Região do pau torto”, “lugar de vegetação feia, solo pobre, povo rude”, “região letárgica”, “sertão inóspito”, “espaço opaco e vazio”, “floresta de cabeça para baixo”. Ou: “celeiro do Brasil”, “caixa d'água do planeta”, “corredor produtivo”: eis duas modalidades de representação do Cerrado goiano, uma negativa e outra positiva, enunciadas por diferentes atores em momentos históricos distintos (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010, p. 15).

Em Goiás, esses aspectos e características naturais se alinharam a sua localização geográfica e aos incentivos financeiros, resultando na expansão da agricultura capitalista, por meio da elevada exploração da terra. Esse processo se constituiu em uma região que já representava elevada concentração de terras, uma alta produção agropecuária, disputas territoriais e relações desiguais. Oliveira (2007) ressalta que:

Todos procuram de uma forma ou de outra, entender o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção em sua etapa monopolista. Essa etapa, por sua vez, apresenta traços típicos como a presença de grandes complexos industriais a integra a produção agropecuária. Esse

processo contínuo de industrialização do campo traz na sua esteira transformações nas relações de produção na agricultura, e, conseqüentemente, redefine toda a estrutura socioeconômica e política do campo (OLIVEIRA, 2007, p. 08).

Com a chegada dos trilhos da Estrada de Ferro em Goiás, nos primeiros anos do século XX, a pecuária e a agricultura goiana passaram a se destacar, não apenas no mercado interno, mas também em outros mercados do país. Estevam e Campos Jr. (2012) apontam que:

O prolongamento dos trilhos até Goiás revigorou o processo de transmissão mercantil de propriedades na área meridional deste território, atraiu imigrantes de Minas Gerais e São Paulo, estimulou o surgimento de pequenos centros urbanos ao longo das estações ferroviárias e possibilitou o incremento da produção de alimentos, principalmente do arroz que tornou-se, depois do gado, importante produto na pauta de exportação do Estado. Assim, foi com o apito da locomotiva que se anunciou, aos quatro cantos, a chegada do novo, do moderno, do progresso e da riqueza neste Estado. O seu barulho servia para dar conhecimento a todos das alterações regionais da frente de expansão em Goiás para a frente pioneira, provida esta de relações capitalistas de produção onde o trem de ferro foi o seu grande instrumento na direção de uma acumulação econômica em níveis que pudessem justificar todos os investimentos realizados nesse meio de transporte na região (ESTEVAM; CAMPOS JR., 2012, p. 82).

O processo de tecnificação do campo brasileiro, teve como base a adoção do pacote da Revolução Verde, a expansão da fronteira agrícola com a incorporação de novas áreas, sobretudo do Cerrado, a criação de políticas públicas para colonização das regiões Norte e Centro-Oeste e a distribuição de terras com base no latifúndio. Chaveiro e Barreira (2010) apontam que:

Por conseguinte, no bojo desse imaginário foram costuradas as operações que fundaram as políticas territoriais, desde a criação da Fundação Brasil Central que projetou o plano “Marcha para o Oeste”, assim como a construção da Estrada de Ferro, a elaboração do projeto de Colônia Agrícola – CANG, a construção de Goiânia e, posteriormente, de Brasília, além da enormidade de vias estabelecidas pelo PND I e PND II. Além disso, outras importantes iniciativas no campo da pesquisa funcional e economicista foram desenvolvidas, como a criação da ACAR (1948) – Associação de Crédito e Assistência Rural; do IEA (1960) – Instituto de Economia Agrícola; da SUDECO (1967) – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste; do PIN (1970) – Programa de Integração Nacional; do PRODOESTE (1971) – Programa de Desenvolvimento do Centro-oeste e da EMBRAPA (1973) (CHAVEIRO; BARREIRA, 2010, p. 26).

Hespanhol (2000) ressalta que:

Os sucessivos governos militares (período 1964/1985) sempre tiveram a preocupação em ocupar o Centro e o Norte do país. Os incentivos fiscais

repassados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a partir de 1966 para projeto na chamada Amazônia Legal (que abrange uma parcela da região Centro-oeste) e pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) a partir de 1967 para investimentos nos distritos industriais da capital amazonense. Bem como os incentivos fornecidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, a partir de 1967 concorreram para o deslocamento de atividades econômicas e de população em direção ao Norte e a Centro-Oeste do país (HESPANHOL, 2000, p. 12).

As áreas cerradeiras se tornaram importantes zonas de produção da agricultura. Hespanhol (2000) define esse processo em duas fases: a primeira, final de 1960 a meados de 1970, foi caracterizada pela melhoria nas técnicas de desenvolvimentos de sementes adaptadas à região, como por exemplo, a soja e, também, pela melhoria na questão da infraestrutura, por meio do Programa de Corredores de Exportação do Governo Federal, em 1971. A segunda fase, em 1975, foi marcada pela implantação do Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (POLOCENTRO), que tinha como objetivo o [...] “desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias na região, mediante a ocupação racional de áreas com características de cerrados e seus aproveitamentos em escala empresarial” (HESPANHOL, 2000, p. 15-16).

Silva e Souza (2012) ressaltam:

Dentre os fatores que contribuíram para efetivação da região enquanto produtora de grãos está a proximidade com o mercado consumidor do Centro-Sul brasileiro; a construção de rodovias a construção de Brasília; as características geomorfológicas da região, terras planas eu favoreceram a mecanização e a implantação de políticas públicas para fomentar a produção como o Programa de Desenvolvimento da Região Centro Oeste (Polocentro), o Programa de Desenvolvimento Industrial (Produzir) e o Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO) do Ministério da Integração Nacional (SILVA; SOUZA, 2012 p.2).

Para Pessôa (2020) a década de 1970 pode ser considerada um período “áureo” para o processo de tecnificação da agricultura no Cerrado goiano, em razão dos grandes investimentos de capital para consolidação desse projeto. Porém, na primeira metade da década de 1980, houve um enfraquecimento nesse processo, devido à redução de investimentos e incentivos de créditos e, também, ao caráter desigual e excludente do processo de modernização entre agricultores e regiões, a partir da incorporação das novas tecnologias. A respeito desta crise, Hespanhol (2000) ressalta que:

A despeito da crise, durante a década de 1980 foram lançados alguns projetos visando modernizar a agricultura do cerrado, como o PRODECER (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) e o PROFIR (Programa de Financiamento da Irrigação). Deve-se considerar, entretanto, que os resultados de tais programas foram muito modestos, fato que se deve, em parte, à crise fiscal que passou a assolar o Estado brasileiro (HESPANHOL, 2000, p. 20-21).

O PRODECER⁵, o qual estabelecia um acordo com o Japão para a ocupação do Cerrado ocasionou uma ampliação da fronteira agrícola. A respeito da territorialização das grandes empresas no Cerrado goiano, Clemente e Cleps Jr. (2020) apontam que:

A forte atuação do Estado favoreceu a chegada e a territorialização de grandes empresas no cerrado goiano, que nos anos 1980, com a diminuição do crédito oficial farto e barato, passaram a comandar a expansão do capital, ocupando em grande parte funções antes efetuadas pelo Estado, porém, que a partir daquele momento se tornaram lucrativas. As *Tradings* passaram a financiar diretamente a produção agrícola de seus fornecedores, o que permitiu aumentar seus lucros e as formas de controle e subordinação da produção agrícola e dos produtores (CLEMENTE; CLEPS JR, 2020, p.10)

Mendonça (2004) aponta que, a partir de pesquisa a respeito das condições físicas do solo cerradeiro, constatou-se que a baixa produção e a pouca produtividade das áreas de Cerrado não eram decorrentes da falta de água, mas da acidez dos solos. O autor ainda destaca que:

Para reforçar a necessidade de um novo agricultor (o empresário rural), foram elaboradas através da educação formal, visões imbuídas de forte conteúdo ideológico, valorando os chegantes e suas culturas em detrimento dos *povos cerradeiros* e de suas manifestações sócio-culturais. Enalteceu-se como capacidades para a modernização a competência de gerenciamento associada ao nível de escolaridade e, dessa forma, eliminaram grande parte dos proprietários rurais tradicionais e, principalmente, os camponeses e *trabalhadores da terra*. Ainda, dentre os critérios utilizados para a escolha dos

⁵ Mendonça (2004) aponta que a primeira etapa do PRODECER, denominada PRODECER I, incorporou 70 mil hectares de Cerrado em Minas Gerais, nos municípios de Paracatu, Coromandel, Iraí de Minas e Unaí. A ocupação ocorreu entre 1979 e 1983, por meio de projetos de assentamento dirigido e de empresas rurais. A partir de 1986 teve início a implantação do PRODECER II, com a incorporação de uma área de Cerrado de 230 mil hectares, nos Estados de Mato Grosso, Bahia, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul, atingindo investimentos na ordem de US\$ 300 milhões. O governo japonês respondeu por US\$ 150 milhões e o governo brasileiro pela outra metade. Foram implementados 21 projetos nos estados de MG, GO, MS, MT, BA, MA e TO, totalizando 353.748 (trezentos e cinquenta e três mil e setecentos e quarenta e oito) hectares, beneficiando 758 (setecentos e cinquenta e oito) colonos, nas culturas de soja, milho, feijão, algodão, arroz, trigo, café, frutíferas e oleícolas. Existem 16.182 (dezesseis mil centos e oitenta e dois) hectares irrigados e 20.093 (vinte mil e noventa e três) irrigáveis. O Programa ocorreu em três fases distintas: PRODECER I – 1979 a 1984 – MG; PRODECER II – 1985 a 1993 – MG, MT, MS, GO e BA; PRODECER III – 1995 a 2001 – MA e TO. (MENDONÇA, 2004, p. 204)

beneficiários priorizaram médios empresários rurais (colonos) com experiência e/ou disposição para o cooperativismo, capacidade de adoção das inovações tecnológicas e espírito empreendedor e inovador. Alijaram os *trabalhadores da terra* e os camponeses, construindo no imaginário social a noção de que eles teriam as condições plenas de manterem suas terras e, aqueles que não possuísem terras exerceriam o trabalho assalariado, melhorando as suas condições de vida. (MENDONÇA, 2004, p. 207-208)

A partir disso, as condições para o acesso ao crédito continham exigências que excluía os camponeses da parcela de pessoas que poderiam obtê-lo, tendo como consequência a intensificação da concentração de terras. Com as transformações territoriais e a intensa expansão da agricultura empresarial capitalista, o Cerrado vem sofrendo consideráveis impactos ambientais⁶. “Diante desse quadro, a agricultura, em vez de produzir para alimentar, produziu para vender e gerou consequências econômicas, sociais e ambientais (PESSÔA, 2020, p.10).

Chaveiro (2010) aponta que:

A terra ferida, a água contaminada, a população distribuída desigualmente, a renda fraturada, a economia diferenciada nas regiões, o sujeito desenraizado são características que demonstram um contraste: pelo critério das cifras e dos índices de produtividade, o território cerradoeiro é um dos mais promissores economicamente no país. Isso exige que se pense o modelo de desenvolvimento que o dinamiza e que igualmente destrói sua biodiversidade. Ou então, que o proclama por meio de imagens que ressaltam a sua importância vital, mas o abate na forma de usá-lo. Em síntese: quanto mais o Cerrado se afirma enquanto território, mais é destruído enquanto Bioma (CHAVEIRO, 2010, p. 27).

Várias mudanças ocorreram no território agrário goiano, a tecnificação do campo chegou e tem se espalhado com o slogan “O Agro é pop!”⁷. Essas iniciativas

⁶ Os impactos ambientais no Cerrado são inúmeros, de acordo com o INPE, em setembro de 2021 quatro estados e o Distrito Federal ultrapassaram a média histórica de queimadas, contabilizada desde 1998. A atividade agropecuária tem sido a principal responsável pelas emissões de gases de efeito estufa no Brasil registradas em 2016. É o que mostra o mais recente inventário das emissões brasileiras de gases de efeito estufa realizado pelo SEEG – Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa), lançado no final de 2017 pelo Observatório do Clima. Ela respondeu por 74% das emissões nacionais, somando as emissões diretas da agropecuária (22%) e as emissões por mudança de uso da terra (51%). Disponível: <https://climainfo.org.br/2017/10/26/agro-responde-por-74-das-emissoes-de-gases-de-efeito-estufa-do-brasil/>; outra informação importante é que a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás identificou a degradação de áreas nativas do Cerrado, totalizando 2,5 mil hectares desmatados no município de Cavalcante, localizado na região da Chapada dos Veadeiros, uma das áreas com maior biodiversidade do mundo, por exemplo. Ao menos 29 áreas legalmente protegidas, públicas e privadas, compõem a região, o que faz da localidade um espaço estratégico para a conservação do Cerrado, que somente em 2019 perdeu quase 410 mil hectares de vegetação nativa, conforme dados do MapBiomas publicado em maio deste ano. Disponível em: <https://ciclovivo.com.br/planeta/meio-ambiente/desmatamento-em-goias-gera-impactos-de-norte-a-sul-do-pais/>

⁷ “Agro é Pop, Agro é Tech, Agro é tudo”, corresponde a uma propaganda de tv, A campanha intitula-se “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil”. O qual tenta transmitir a imagem de que a expansão do agronegócio é interessante para todos escondendo a concentração do poder nas mãos de poucos.

vêm favorecendo o padrão latifundiário, afrouxando as leis que envolvem questões ambientais, agrárias e também o fortalecimento da liberação do uso de agrotóxicos, que em outros países são severamente proibidos.

A agricultura capitalista em Goiás teve seu processo de expansão de forma desigual. Para Arrais (2002) o estado pode ser dividido em duas partes: o Sul com maior dinamismo econômico e um Norte com menor. Isso porque a região sul, geograficamente localizada próximo a região Sudeste do país, mais especificamente São Paulo, portanto, está mais próxima do maior mercado consumidor, o que interfere diretamente no escoamento da produção. Enquanto a região Norte, em relação à parte Sul, teve suas limitações do processo de expansão capitalista, porém, nota-se destaque na extração de minérios e, atualmente, o agronegócio tem avançado nessa porção, como por exemplo, nos municípios de Niquelândia, Porangatu, Uruaçu e Minaçu

A região Sudoeste do estado então se destaca por ser uma porção em que o denominado agronegócio está consolidado, com destaque expressivo para a produção de soja, resultando em um “mar verde” na paisagem local. Batista e Mattos Júnior (2007) descrevem que:

Quanto mais próximo da cidade de Rio Verde, mais era perceptível a mudança na paisagem, agora caracterizada por uma diversificação. De uma paisagem que se perdia de vista, somente com pastagens durante quase todo o trajeto, mudou-se radicalmente para outra paisagem, mais diversificada, com novos tons de cores, dependendo da cultura plantada (BATISTA; MATTOS JÚNIOR, 2007, p. 37).

Com o avanço da produção monocultora fortaleceu-se o agronegócio, o qual pautado nos meios capitalistas, explora desde a mão de obra da classe trabalhadora à sua biodiversidade (CLEMENTE; CLEPS JR., 2020). Esse modo de produção que tem seus próprios ideais políticos, econômicos, ideológicos e sociais marcam o território nacional.

Analisando a estrutura fundiária do estado de Goiás, percebe-se que a mesma é extremamente concentrada. Quanto ao número de estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar e a área ocupada por ambos, pode-se observar que o território apresenta 62,9% de estabelecimentos direcionados a agricultura familiar, porém, ocupam apenas 13,8% da área. Enquanto a agricultura não familiar corresponde a 37,

1% os estabelecimentos, entretanto, correspondem a uma área de 86,2% do território agrário goiano, conforme representado na Tabela 1.

Tabela 1: Estado de Goiás – Agricultura Familiar e Não familiar

	Não familiar	%	Familiar	%	Total
N.º de Estabelecimentos	56.490	37,1	95.684	62,9	152.174
Área	22.646.274	86,2	3.628.971	13,8	26.275.245

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE (2017). Organização: Coelho (2022).

De acordo com o Instituto Mauro Borges (IMB), Goiás em 2018, foi o quarto produtor nacional de grãos com uma produção em torno de 22,815 milhões de toneladas anuais, o que representa 9,5% da produção de grãos brasileira. Na Tabela 2, é possível notar que a pauta agrícola é composta principalmente por: soja, sorgo, milho, cana-de-açúcar, feijão, tomate, entre outros produtos (IMB, 2018).

Tabela 2: Estado de Goiás – Principais Produtos Agrícolas (2018)

Produto	Quantidade (toneladas)	Participação Goiás/Brasil (%)
Cana-de-açúcar	76.082.607	11,08
Soja	11.369.134	9,74
Milho	8.691.532	10,73
Tomate	1.368.567	31,37
Sorgo	978.870	46,5
Feijão	325.100	10
Algodão herbáceo	100.802	2,11

Fonte: IBGE, resultados preliminares (2018). Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan – GO.

Segundo o IMB, a pecuária goiana também se destaca e posiciona o estado entre os maiores produtores do país. O rebanho bovino é o 2º no ranking brasileiro e é formado por 22,8 milhões de cabeças, com participação de 10,6% no efetivo nacional. A suinocultura e avicultura também se encontram consolidadas, principalmente no Sudoeste de Goiás. O estado se posiciona, em ambas, no 6º lugar

no ranking nacional, cuja produção representa 5,0% e 5,3% da produção brasileira, respectivamente (IMB, 2018).

O estado também tem se destacado na área de exportação. Em 2017, por exemplo, somaram US\$ 6,9 bilhões, sobretudo *commodities* agrícolas e minerais, como está demonstrado na Tabela 3.

Tabela 3: Principais Produtos Exportados – Goiás – 2017

Produtos	Em Milhões de US\$ FOB	Participação (%)
Exportação	6.905,34	100
Complexo soja	2.680,87	38,82
Complexo minério	1.424,04	20,62
Ferroligas	562,05	8,14
Sulfetos de minérios de cobre	429,23	6,22
Ouro	369,98	5,36
Amianto	53,82	0,78
Complexo carne	1.245,40	18,04
Carne bovina	803,57	11,64
Carne avícola	346,5	5,02
Carne de suínos	80,29	1,16
Milho e derivados	538,2	7,79
Açúcares	364,42	5,28
Couros	290,69	4,21
Demais produtos	361,73	5,24

Fonte: MDCl. Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan – GO.

Percebe-se o destaque para a exportação do complexo de soja, representando quase 39% de participação. Segundo o IBGE, a corrente de comércio chegou a US\$ 10,1 bilhões em 2017. Em 2005, por exemplo, era de US\$ 2,5 bilhões. China, Países Baixos, Índia, Rússia e Irã foram os principais destinos dos produtos goianos em 2017. No mesmo ano, Goiás comercializou com 154 países (IMB, 2017).

Analisando a presença feminina no campo no estado de Goiás pode-se observar que predomina a masculinização do mesmo na agricultura e pecuária orgânica, sendo que quase 85% de participação dos homens, conforme demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4: Estado de Goiás – Uso de agricultura orgânica ou pecuária orgânica por tipologia de gênero

Unidade da Federação	Classe de idade do produtor	Total	Homens	%	Mulheres	%
Goiás	Total	152.174	129.088	84,8	22.376	14,7%
	Menor de 25 anos	1.141	901	78,9	240	21%
	De 25 a menos de 35 anos	7.117	5.779	81,1%	1.338	18,8%
	De 35 a menos de 45 anos	21.226	18.114	85,3%	3.112	14,6%
	De 45 a menos de 55 anos	38.630	33.325	86,2%	5.035	13%
	De 55 a menos de 65 anos	41.839	35.899	85%	5.940	14%
	De 65 a menos de 75 anos	27.950	23.854	85,3%	4.096	14,6%
	De 75 anos a mais	13.561	11.216	82,7%	2.345	17,2%
	Não se aplica	710	-		-	

Fonte: Censo Agropecuário (2017).

Analisando esses dados percebe-se que esses 15% de mulheres que participam do meio camponês, convivem com uma maioria masculina, o que nos remete a pensar o quanto a cultura de base patriarcal se concentra nessa conjuntura. Para Costa, Matos e Valle (2015), a masculinização do campo se dá pela expansão conservadora da agricultura, sendo que no meio rural as desigualdades de gêneros são mais visíveis e mais acentuadas que no meio urbano, na medida em que as cidades propiciam maior acesso a informações, estudos e posições igualitárias em relação ao meio camponês.

A partir da análise do território agrário goiano percebe-se então o predomínio marcante do agronegócio e, acompanhando seus ideais, nota-se a estruturação de uma cultura baseada no patriarcalismo. Nota-se que a onda feminista e suas perspectivas têm sobressaído na zona urbana, o que nos remete a questionar: como as mulheres do campo estão nesse contexto? Isso porque percebe-se que o feminismo pode ser considerado ainda muito acadêmico e acessível somente para alguns grupos específicos de mulheres. É necessário entender como esse movimento se estende para o meio camponês e, se não se estender, é necessário fazer-se presente.

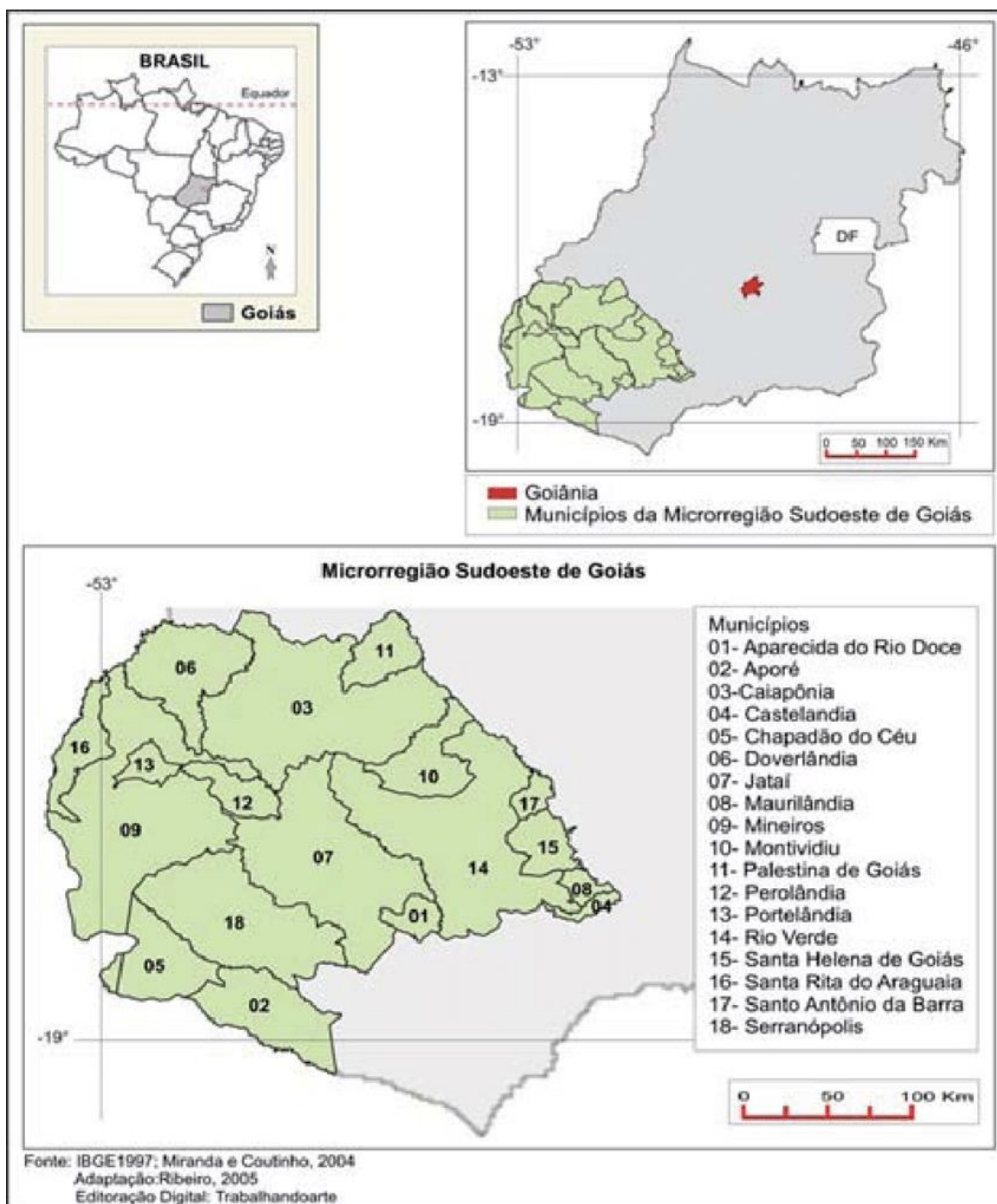
1.2 Microrregião Geográfica Sudoeste de Goiás

*Ó donos do agrobiz, ó reis do agronegócio
 Ó produtores de alimento com veneno
 Vocês que aumentam todo ano sua posse
 E que poluem cada palmo de terreno
 E que possuem cada qual um latifúndio
 E que destratam e destroem o ambiente
 De cada mente de vocês olhei no fundo
 E vi o quanto cada um, no fundo, mente.
 (...)
 Eu me alegraria se afinal morresse
 Esse sistema que nos causa tanto trauma.*⁸

A Microrregião Geográfica Sudoeste de Goiás possui 56.111,874 km² de área total e é formada pelos seguintes municípios: Aporé, Aparecida do Rio Doce, Caiapônia, Castelândia, Chapadão do Céu, Doverlândia, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Palestina de Goiás, Perolândia, Portelândia, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santa Rita do Araguaia, Santo Antônio da Barra e Serranópolis, como está representado na Figura 10. A paisagem da MRG é marcada por extensas plantações de soja, silos de armazenamento de grãos, maquinários de última geração, concomitante com a presença de pequenos agricultores, muitos assentados e acampados, com seus costumes tradicionais de lida com a terra.

Figura 10: Localização da Microrregião Geográfica Sudoeste de Goiás

⁸ Trecho da música “Reis do agronegócio”, de Chico César.



Fonte: Ribeiro (2005).

A MRG possui 446.583 habitantes e deste universo total da sua população, 89,71% vive em área urbana e apenas 10,29% em área rural, conforme representado na Tabela 5. A população masculina (51%) é levemente superior à feminina (49%) (IBGE, 2010).

Tabela 5 – Dados populacionais da Microrregião do Sudoeste de Goiás (2010)

Municípios	Área (km²)	População 2010	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
Aparecida do Rio Doce	602,13	2433	51,09%	48,91%	80,31%	19,69%
Aporé	2900,16	3811	52,74%	47,26%	66,81%	33,19%
Caiapônia	8637,87	16734	50,79%	49,21%	73,25%	26,75%
Castelândia	297,43	3638	52,72%	47,28%	91,92%	8,08%
Chapadão do Céu	2185,12	7004	52,26%	47,74%	83,94%	16,06%
Doverlândia	3222,94	7892	52,74%	47,26%	62,29%	37,71%
Jataí	7174,23	88048	49,97%	50,03%	92,05%	7,95%
Maurilândia	389,76	11516	52,33%	47,67%	96,53%	3,47%
Mineiros	9060,1	52964	51,35%	48,65%	91,24%	8,76%
Montividiu	1874,15	10576	52,00%	48,00%	81,24%	18,76%
Palestina de Goiás	1320,69	3382	52,60%	47,40%	64,46%	34,54%
Perolândia	1029,62	2950	53,22%	46,78%	63,02%	36,98%
Portelândia	556,58	3839	51,73%	48,27%	81,01%	18,99%
Rio Verde	8379,66	176502	51,00%	49,00%	92,70%	7,30%
Santa Helena de Goiás	1141,3	36459	50,22%	49,78%	95,48%	4,52%
Santa Rita do Araguaia	1361,77	6928	51,23%	48,77%	88,96%	11,04%
Santo Antônio da Barra	451,6	4430	53,05%	46,95%	76,39%	23,61%
Serranópolis	5526,73	7477	53,11%	46,89%	74,09%	25,91%
Microrregião do Sudoeste de Goiás	56111,9	446583	51,00%	49,00%	89,71%	10,29%

Fonte: Elaborado pelo Observatório a partir do Censo Demográfico do IBGE 2010/IBGE.

O crescimento industrial que surgiu na MRG Sudoeste de Goiás está relacionado com as políticas de atração de indústrias pelo governo do Estado por meio de incentivos fiscais e também de agroindústrias para o processamento da produção agrícola. Borges (2013) aponta que os incentivos e o preço baixo da terra provocaram uma migração de produtores das regiões do Sul e do Sudeste do país para o Sudoeste de Goiás, a partir disso e, por meio de arrendamento, adquiriram extensas propriedade de terras na região. O autor acrescenta que:

Esse movimento trouxe a modernização e a mentalidade empresarial/capitalista, bem como o cultivo de novos produtos agrícolas para o cerrado, dentre eles a soja. Esta, a partir da década de 1970, passa a figurar como um produto agrícola importante na região, transformando a dinâmica econômica e espacial (BORGES, 2013, p. 12).

Para Borges (2013), com essas ações a expansão da agricultura empresarial capitalista intensificou-se, sobretudo, a partir de 1975, observou a intensa produção nesta região, principalmente de soja. A partir disso, logo o cultivo de soja expandiu intensamente na MRG, atraindo investimentos e atuação de agroindústrias, com destaque para Caramuru Alimentos S/A, Cargil Agrícola S/A e Coimbra S/A e a Cooperativa Mista de Produtores do Sudoeste Goiano Ltda. (COMIGO). O autor aponta que:

Com o processo de modernização e inserção do cultivo de soja no Sudoeste de Goiás, dentro da nova fronteira agrícola nacional, várias agroindústrias começaram a atuar na microrregião. Algumas implantaram unidades de armazenagem e/ou processamento e outras, escritório de compra e venda de produtos, fundamentalmente, a soja. Neste grupo, pode-se destacar a atuação de grandes agroindústrias, como por exemplo: Caramuru Alimentos S/A, Cargil Agrícola S/A e Coimbra S/A e a COMIGO (Cooperativa Mista de Produtores do Sudoeste Goiano Ltda), cooperativa que surgiu por iniciativa de atores locais e contribuiu para a transformação do espaço microrregional. O grupo Caramuru iniciou suas atividades em 1964, no município de Maringá (PR), com a atividade de processamento de milho. Na década de 1990, ocorreu a transferência da administração da empresa e dos maiores investimentos para o estado de Goiás, consolidando a "opção" pelo território goiano. Em 1991, os proprietários transferiram a matriz da "Caramuru Alimentos de Milho", de Apucarana para Itumbiara. No ano seguinte, implantaram a refinaria de óleo de soja, completando o ciclo de beneficiamento deste grão (BORGES, 2012, p.4-5).

Clemente e Cleps Jr. (2020) ressaltam que:

No Sudoeste de Goiás o processo histórico de ocupação e as condições geográficas presentes concorreram para estabelecer uma elevada concentração da propriedade da terra, possibilitando uma posterior expansão geográfica do capital materializada na agricultura empresarial capitalista a partir dos anos 1970, que por sua vez, contribuiu para intensificar tal concentração (CLEMENTE; CLEPS JR., 2020, p.304).

Silveira (2016) aponta dois períodos para a expansão da soja na região:

No sudoeste goiano houve dois períodos importantes, a consolidação da soja na década de 1980, possibilitando a atração de agroindústrias para o território a partir de 1990, e a entrada da cana-de-açúcar em 2000, que trouxe as agroindústrias do setor de energia. O município de Jataí é um grande produtor de grãos e cana-de-açúcar, tendo como principais agroindústrias a BRF, Raízen, Nestlé e Comigo. Quanto ao município de Rio Verde, este é um grande produtor de soja, e as principais empresas instaladas em seu território são a BRF, Grupo Orsa, Videplast, Brasilata, Kowalski, COMIGO, Cargill e Caramuru (SILVEIRA, 2016, p. 123-124).

A partir disso, atualmente a MRG se destaca na produção agropecuária e, conforme a produção de grãos e sucroalcooleira avançaram, a estrutura fundiária ficou mais desigual, como demonstrado na Tabela 6.

Tabela 6: Estrutura Fundiária da Microrregião Sudoeste de Goiás – 2017

Estratos/hectares	Nº de estabelecimentos	Porcentagem %	Áreas dos estabelecimentos	Porcentagem %
0 a menos de 10	1.601	12,3	6.746	0,2
10 a 50	4.500	34,6	122.589	3,1
50 a 100	1.502	11,5	107.446	2,7
100 a 200	1.337	10,3	191.864	4,9
200 a 500	1.749	13,4	577.976	14,7
500 a 1.000	987	7,6	700.044	17,8
1.000 e mais	1.042	8,1	2.216.405	56,5
Produtor sem área	284	2,2	-	-
Total	13.002	100	3.923.070	100

Fonte: Censo Agropecuário (2017). Organização: Coelho (2022).

Em contrapartida ao avanço e predomínio da agricultura empresarial capitalista, existem (e resistem) os Projetos de Assentamentos Rurais, onde trabalhadores do campo obtiveram a conquista da terra e, por meio dela, o acesso ao trabalho, moradia, renda, dentre outros avanços. Na MRG Sudoeste de Goiás, mesmo com aos altos números referentes a expansão do agronegócio, observa-se a presença de assentamentos em alguns municípios, como representado na Tabela 7.

Tabela 7: Projeto de Assentamentos Rurais na Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás

Assentamento	Município	Capacidade de Famílias	Famílias Assentadas	Área	Data Criação
Lagoa Da Serra	Caiapônia	107	105	5113,6049	13/08/1999
Morrinhos	Caiapônia	21	20	936,7389	22/12/1999
Nossa Senhora Da Abadia	Caiapônia	41	39	2442,0619	21/05/2002
Cachoeira Bonita	Caiapônia	64	64	3266,4386	21/05/2002
Conquista	Caiapônia	40	34	2269,9612	10/12/2002
Dom Carmelo Scampa	Caiapônia	40	30	1721,2331	17/11/2005
Eldorado Dos Carajás	Caiapônia	29	29	1160,042	01/08/2007
Keno	Caiapônia	59	46	3953,0565	04/03/2009
Vale Da Boa Vista	Caiapônia	44	44	2468,4	29/04/2009
Padre Ilgo	Caiapônia	120	118	7557,1142	19/08/2010
Pratinha	Chapadão do Céu	40	40	1477,4437	11/08/1998
Lebre	Doverlândia	103	103	3892,4082	13/12/1991
Azes Do Araguaia	Doverlândia	107	106	4065,764	15/09/1995

Nossa Senhora Aparecida	Doverlândia	33	32	1032,012	25/03/1996
Café Abelha	Doverlândia	31	31	1125,1831	12/12/1996
Recanto Sonhado	Doverlândia	17	17	603,3405	14/05/1997
Boa Vista II	Doverlândia	5	5	197,989	06/11/1997
Flamboyant	Doverlândia	19	19	1453,1725	12/12/1997
Três Marias	Doverlândia	43	43	2373,2149	05/03/1998
Araúna	Doverlândia	9	8	378,3426	15/09/1998
Nova Esperança	Doverlândia	34	33	1433,8627	16/09/1998
Aleluia	Doverlândia	5	5	251,0827	29/12/1998
Primavera	Doverlândia	53	51	2498,5862	29/06/1999
Talismã	Doverlândia	7	7	297,7794	20/08/2001
Monte Sinai	Doverlândia	29	29	2071,007	20/12/2007
Macaúba	Doverlândia	25	25	2352,24	16/03/2010
Rio Paraíso	Jataí	176	172	5565,093	27/12/1989
Santa Rita	Jataí	23	23	961,201	04/05/1998
Rio Claro	Jataí	17	17	639,6084	20/08/2001
Nossa Sra. De Guadalupe	Jataí	61	57	1235,5883	30/04/2007
Romulo Souza Pereira	Jataí	62	61	1932,7419	16/08/2007
Terra E Liberdade	Jataí	85	85	2926,8041	31/10/2007
Babilônia	Mineiros	27	17	3177,2589	10/11/1998
Serra Das Araras	Mineiros	22	21	1354,608	30/11/2005
Formiguinha	Mineiros	20	16	1414,7405	30/11/2005
Pouso Alegre	Mineiros	8	8	373,5804	08/08/2006
São Domingos	Morrinhos	86	86	3448,5671	27/01/1999
Tijuqueiro	Morrinhos	20	19	370	10/11/1999
Tijuqueiro II	Morrinhos	15	15	298,6488	23/10/2002
Padre José	Palestina de Goiás	21	20	1336,8903	01/12/2009
Lagoa Do Bonfim	Perolândia	63	63	2139,6179	10/06/1998
Três Pontes	Perolândia	43	43	1873,9494	17/03/2000
Ponte De Pedra	Rio Verde	117	113	4951,9581	20/06/1997
Água Bonita	Rio Verde	22	21	1080,4651	03/03/1998
Pontal Do Buriti	Rio Verde	105	103	5977,7631	07/05/1998
Vaianópolis	Rio Verde	36	36	889,3968	20/03/1998
Vale Do Sonho/Rio Preto	Rio Verde	25	23	1113,1883	27/01/1999
Rio Verdinho	Rio Verde	27	27	655,8454	03/02/1999
Vale Do Cedro	Rio Verde	25	23	692,2551	10/08/2000
Rio Doce	Rio Verde	14	14	520,5544	28/05/2002
Fortaleza II	Rio Verde	16	16	457,7921	21/10/2002
Hidrocilda	Sta. Helena de Goiás	21	20	503,7417	22/09/1998
Bauzinho	Sta. Helena de Goiás	18	18	418,6629	23/10/1998
São Gabriel	Sta. Helena de Goiás	17	17	444,0737	22/12/1999
Chico Moleque	Sta. Rita do Araguaia	11	9	402,4922	01/11/2006
Dois Saltos	Sta. Rita do Araguaia	19	19	968,0804	01/10/2007

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – Superintendência Regional (2017).

É importante ressaltar que os últimos assentamentos implantados foram em 2010, o Macaúba, Doverlândia e Padre Ilgo, em Caiapônia. O município de Doverlândia é o que tem o maior número de assentamentos, são 15 no total, seguido por Caiapônia e Rio Verde, com 10 e 9 assentamentos, respectivamente. O primeiro

assentamento criado na MRG foi o Rio Paraíso, no município de Jataí e conta, teoricamente, com 172 famílias assentadas.

Nos últimos anos, com a quase paralisação das implantações de projetos de assentamentos e a criminalização dos movimentos sociais, percebe-se a luta pela terra cada vez mais prejudicada e complicada.

1.1 Estrutura fundiária do município de Doverlândia-GO

De acordo com a Prefeitura de Doverlândia, o município – localizado na MRG Sudoeste e Goiás, faz divisa com o estado de Mato Grosso. Foi criado pela Lei Estadual n.º 7.215, de 13-11-1968, e desmembrado em 1982 do município de Caiapônia. Sendo elevado à categoria de município com a denominação de Doverlândia, pela Lei Estadual n.º 9.186, de 14-05-1982. O nome do município é em homenagem a um dos pioneiros e líder político da cidade, Sr.º Dovercino Borges.

O senhor Manoel Ribeiro Campos e sua esposa Dona Zulmira Maria Campos, vindos da cidade baiana de Correntina, deram início à cidade. Eles casaram-se no Mato Grosso do Sul e foram morar no município de Baliza, aproximadamente 90 quilômetros de Doverlândia, na fazenda Pedra Branca nas proximidades do Ribeirão das Perdizes (IBGE CIDADES, 2019).

Em 1948, vieram para a região e cultivaram uma lavoura de milho e arroz. No dia 18 de julho de 1949, Manoel Ribeiro Campos adquiriu propriedade de 250 alqueires de terras, na qual se deu o marco histórico do município. Essa terra foi adquirida de Dona Maria Vitória de Carvalho. A área inicial do então povoado do Rio Peixe foi retirada da fazenda Faustino, de 5000 alqueires, propriedade esta de dona Maria Vitória de Carvalho, que por motivo de viuvez dispôs de parte de seus bens. As primeiras estradas foram abertas a facão e machado lideradas pelo Sr.º Manoel Ribeiro Campos, que em 18 de Dezembro de 1950 construiu sua casa às margens do Rio do Peixe onde passou a residir com sua família, atual casa da esposa do Sr.º José Ferreira, ao lado da Laticínio Catupiry. (IBGE, CIDADES, 2019)

Naquele lugar, antes mesmo da vinda e estruturação da família baiana, se encontrava um ponto de repouso de viajantes que passavam pela região, sendo também um importante elemento para a fundação da cidade, conforme ilustrado na Figura 11 (IBGE, CIDADES, 2019).

Figura 11: Mosaico de imagens: 1) Rua dos Democratas, 2) Prefeitura Municipal de Doverlândia, 3) Colégio Estadual Rui Barbosa, 4) Hospital São Marcos, em 1983

1)



2)



3)



4)



Fonte: IBGE CIDADES (1983).

A partir disso, os habitantes passaram a organizar o povoado que, até hoje, é considerada uma cidade tida como interiorana e majoritariamente de base camponesa. Analisando a estrutura fundiária do município de Doverlândia percebe-se que o número de estabelecimentos voltados para a agricultura familiar corresponde a 70% do total, em que 30% são direcionados para a agricultura familiar, porém, assim como acontece em esfera estadual, a área destinada para a não familiar corresponde 87%, revelando então uma estrutura fundiária concentrada, conforme demonstrado na Tabela 11.

Tabela 8: Município de Doverlândia – Agricultura Familiar e Não Familiar

	Não familiar	%	Familiar	%	Total
N.º de Estabelecimentos	294	29,5	703	70,5	997
Área	263.860	87,0	39.342	13,0	303.202

Fonte: Censo Agropecuário (2017).

Na Tabela 9 nota-se que os estabelecimentos de até 200 hectares perfaziam em número de 714 ou 71,6% do total, porém, ocupavam somente 36.855 hectares, que representava apenas 12,1% da área total. Os estabelecimentos entre 200 e 1000 hectares, por sua vez eram 200 estabelecimentos ou 20%, que ocupavam 96.650 hectares da área total, sendo então 31,87%.

Tabela 9: Município de Doverlândia – estrutura fundiária (2017)

Município	Estratos/Hectares	Nº de estabelecimentos	%	Área dos estabelecimentos	%
Doverlândia	0 a menos de 10	14	1,4	65	0,2
	10 a 50	525	52,6	18.619	6,1
	50 a 100	94	9,4	6.392	2,1
	100 a 200	81	8,1	11.779	3,8
	200 a 500	128	12,8	43.641	14,3
	500 a 1.000	72	7,2	53.009	17,4
	1.000 a mais	83	8,3	159.689	52,9
	Produtor sem área	-	-	-	-
	Total	997	100,0	303.202	

Fonte: Censo Agropecuário (2017).

Em contrapartida, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares são 83 em número, apenas 8,3% do número total, mas ocupam 159.689 de hectares em área, que representam 52% do total. Assim, constata-se que a propriedade da terra no município de Doverlândia é fortemente concentrada, prevalecendo médias e grandes propriedades rurais.

Destaca-se o predomínio da pecuária bovina, conforme representado na Tabela 10, em que se percebe nos últimos anos um aumento na quantidade deste.

Tabela 10: Município de Doverlândia – Efetivo de rebanho bovino (1975-2020)

Ano	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015	2020
Qtde.	-	-	115.000	162.000	230.000	199.787	254.000	275.830	268.300	272.600

Fonte: IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal.

No município de Doverlândia há 15 Projetos de Assentamentos Rurais implantados. Conforme demonstrado na Tabela 11. De acordo com relato de moradores, a mobilização de sindicatos e movimentos sociais, como Sindicato dos trabalhadores Rurais (STR), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF), foram fundamentais para o processo de luta pela terra no município.

Tabela 11: Projetos de Assentamento no município de Doverlândia-GO

Projeto de Assentamento	Nº de famílias assentadas	Área	Data de criação
Lebre	103	3892,4082	13/12/1991
Azes Do Araguaia	106	4065,764	15/09/1995
Nossa Senhora Aparecida	32	1032,012	25/03/1996
Café Abelha	31	1125,1831	12/12/1996
Recanto Sonhado	17	603,3405	14/05/1997
Boa Vista II	5	197,989	06/11/1997
Flamboyant	19	1453,1725	12/12/1997
Três Marias	43	2373,2149	05/03/1998
Araúna	8	378,3426	15/09/1998
Nova Esperança	33	1433,8627	16/09/1998
Aleluia	5	251,0827	29/12/1998
Primavera	51	2498,5862	29/06/1999
Talismã	7	297,7794	20/08/2001
Monte Sinai	29	2071,007	20/12/2007
Macaúba	25	2352,24	16/03/2010

Fonte: Incra 2017.

O primeiro criado foi o Projeto de Assentamento Lebre no ano de 1991, que conta com 103 famílias assentadas, o segundo maior no município em número de famílias, sendo que o primeiro é o Assentamento Azes do Araguaia com 107 famílias

assentadas e implementado em 1995. Os menores, em número de famílias, são Boa Vista II e Aleluia, ambos com 5 famílias cada, criados em 1997 e 1998, respectivamente. O último assentamento criado no município foi em 2010, o Assentamento Macaúba, com 25 famílias (INCRA).

A luta pela terra no município é resultado de fortes mobilizações em busca de reivindicações. É importante ressaltar o trabalho da própria CPT na região, que oferece apoio aos acampados e assentados, seja por meio de projetos de incentivo à produção agroecológica, atividades de recuperação de nascentes, técnicas para o cultivo, ideias a respeito de associativismo e cooperativismo.

1.3 O Projeto de Assentamento Café Abelha: desafios, experiências e outras conquistas

*Arroz deu cacho e o feijão floriô,
milho na palha
coração cheio de amor
povo sem-terra faz a guerra por justiça,
visto que não tem preguiça este povo de pegar:
cabo de foice, também cabo de enxada
pra poder fazer roçado e o Brasil se alimentar.
Com sacrifício debaixo da lona preta,
inimigo faz careta mas o povo atravessou,
romperam cercas que cercam a filosofia,
de ter paz e harmonia para quem plantar o amor.
Erguendo a fala, gritando Reforma Agrária,
porque a luta não para quando se conquista o chão,
fazendo estudo, juntando a companheirada,
criando cooperativa, pra avançar a produção.⁹*

O Projeto de Assentamento denominado Café Abelha está localizado no município de Doverlândia. De modo semelhante ao que ocorre invariavelmente no país, é resultado da resistência e luta pela conquista da terra de acampados e acampadas da região que se organizaram e reivindicaram seu direito à terra e hoje conta com 31 famílias assentadas.

O processo de assentamento das famílias costuma ser longo e árduo. De acordo com relatos dos assentados, a princípio os trabalhadores e trabalhadoras se organizaram no Acampamento Nossa Senhora Aparecida, aproximadamente 50

⁹ Música “Floriô”, escrita por Zé Pinto, voz de Chico César.

famílias, ficaram o período de três anos e após se organizaram no espaço que eles chamam de “Recanto”. Esse lugar fica mais próximo à sede da fazenda.

A criação do Assentamento Café Abelha, no município de Doverlândia, teve início quando os sindicatos e os movimentos sociais organizados, descobriram que aquela terra estava nas mãos de latifundiários da região e famílias tradicionais do município usando as terras sem compromisso nenhum...

Inclusive, um pedaço da terra era devoluta, do Estado e também o restante teve o laudo como sendo fazenda improdutivo. Os sindicatos então recorreram para que a terra cumprisse a sua função social. Foram muitas lutas com ordens de despejos e o pessoal insistia e voltava na luta pela terra e conseguiram no final serem assentados.

(Informação verbal, João¹⁰, 53 anos, pesquisa campo, 2021).

Após todo o processo de luta pelo acesso à terra, outra fase impactante foi o assentamento dessas famílias. Muitas foram direcionadas para assentamentos em outras áreas da região, outras para assentamentos vizinhos, como o Projeto de Assentamento Macaúba e o Projeto de Assentamento Flamboyant.

Uma estrutura importante no espaço dos assentamentos é o local em que são realizadas reuniões e que costuma ser compartilhado entre todos os assentados. O Projeto de Assentamento Café Abelha possui o “barracão”, como está apresentado na Figura 12, a estrutura chama a atenção logo o início das terras. É neste lugar que costumam realizar os encontros dos assentados, muitas palestras, cursos, eventos e confraternizações entre os mesmos. É um espaço dedicado aos moradores e seus familiares.

Figura 12: Sede do assentamento, também chamado de “barracão”, no Projeto de Assentamento Café Abelha, município de Doverlândia-GO

¹⁰ Optou-se pela utilização de nomes fictícios para as entrevistadas e entrevistados na pesquisa.



Fonte: Trabalho de campo (2021) Autor: Anna Lgia Alves Coelho.

A construção da sede se deu a partir do esforço dos assentados, que juntos construíram uma estrutura coberta e de madeira, conforme representado na Figura 13. O barracão possui banheiros, cozinhas, acesso a água e também possui rede *wifi* para acesso de todos. Durante a pesquisa campo muitas assentadas que são mães pontuaram que no ensino por meio digital, devido ao isolamento que a pandemia de COVID-9 ocasionou, o espaço serviu de apoio para muitos estudantes que não possuem acesso à internet em suas casas. A mesa de sinuca é sempre utilizada para momento de descontração entre os moradores, que acontecem costumeiramente aos finais de semana, que é quando muitos se reúnem para confraternizar.

Figura 13: Parte interna do barracão



Fonte: Trabalho de campo (2021) Autor: Anna Lígia Alves Coelho.

Outros espaços compartilhados e que fazem parte da rotina dos assentados são as igrejas, conforme representado na Figura 14. As mesmas foram construídas pelos assentados e com a cooperação dos frequentadores da região.

Figura 14: Mosaico de fotos: 1) Igreja Católica Santa Luzia 2) Igreja evangélica

1)



2)



Fonte: Trabalho de campo (2021) Autor: Anna Lígia Alves Coelho.

Esse espaço onde estão o barracão e as igrejas, no começo, foram abrigo para os barracos de lona do acampamento, até porque são mais próximos do acesso a água, mesmo que de maneira precária.

O primeiro contato com o Café Abelha ocorreu no mês de março de 2019, acompanhando a CPT. Na reunião, foi proposto a organização de mais uma edição da Festa Camponesa, conforme representado na Figura 15, desta vez o assentamento seria a sede. O convite foi prontamente aceito por todos. De acordo com a CPT, a festa tem como objetivo manter as tradições culturais do homem e da mulher do campo, que serve como motivação para continuar na luta. É um movimento que começou na década de 1960 no estado de Goiás, com o tema “Agricultura Familiar: povo organizado defende a vida e a diversidade”, por acreditarem na defesa dos direitos, da cultura camponesa, do direito de produzir e trabalhar. O evento aconteceu no mês de setembro de 2019 e reuniu centenas de assentados, estudantes, professores e integrantes de movimentos sindicais e sociais.

Figura 15: Entrada Festa Camponesa, Projeto de Assentamento Café Abelha, no município de Doverlândia-GO (2019)



Fonte: Trabalho de campo (2019) Autor: Anna Lúgia Alves Coelho

A festa camponesa idealiza um momento de confraternização e de celebração da luta pela terra. Nesse contexto, uma afetuosa acolhida foi o ponto inicial do evento, conforme está representado na Figura 16. As reuniões costumam ter um “momento místico”, que seria uma celebração, as vezes teatral ou com música. Nesta ocasião foi com baldes de água, simbolizando o direito a abundância. E simbolicamente, o elemento água tendo destaque pela sua importância para os povos do campo plantarem e produzirem na terra.

Figura 16: Momento de acolhida realizado em uma das parcelas do Projeto de Assentamento Café Abelha, município de Doverlândia-GO



Fonte: Trabalho de campo (2019) Autor: Anna Lígia Alves Coelho.

Após esse momento uma caminhada foi realizada por todos, até a sede do assentamento, conforme está representado na Figura 17. Um percurso de alguns metros, em que todos entoavam trechos e músicas que representam a cultura e luta pela terra. Nesta caminhada se encontraram assentados, acampados, professores, trabalhadores, representantes políticos, universitários, representantes de movimentos sociais e sindicais, uma reunião de pessoas que, de alguma forma, acredita na luta pela terra.

Figura 17: Caminhada em direção a sede do Projeto de Assentamento Café Abelha, município de Doverlândia-GO



Fonte: Trabalho de campo (2019) Autor: Anna Lígia Alves Coelho

Em seguida o bispo da Diocese de São Luís de Montes Belos, Dom Carmelo Scampa celebrou a missa de eucaristia. O espaço também esteve aberto para a comunidade em geral, professores tiveram a oportunidade de falar, além do acampados e assentados. A cerimônia contou com participações e apresentações culturais, como está representado na Figura 18, desde canto, danças e peças teatrais. Essas celebrações sempre são abertas para que todos possam participar e compartilhar.

Figura 18: Atrações culturais na Festa Camponesa (2019)



Fonte: Trabalho de campo (2019) Autor: Anna Lgia Alves Coelho

Uma marca da festa camponesa é a partilha dos alimentos, que consiste do lema de que “somar o pouco que se tem com o dos outros e assim ter fartura no compartilhar”. A comunidade Café Abelha preparou com muita organização um almoço e, a partir da as atrações prosseguiram com músicas, poesia, danças, troca de diálogos, etc. Para encerrar a celebração foi compartilhado um lanche com todos, com quitandas trazidas pelos visitantes. A tradição da festa Camponesa busca não deixar morrer os saberes e fazeres da cultura do homem e da mulher do campo e, sobretudo, celebrar suas conquistas.

A CPT acompanha alguns direcionamentos junto aos assentados do Café Abelha, como por exemplo, indicações de tratamentos e cuidados com as plantações e, também, a formação de construção de quintais agroecológicos nos lotes. A produção, neste caso, serve como principal fonte para autosconsumo e compartilhamento entre os assentados. A localização do assentamento dificulta o escoamento da produção o que prejudica o acesso as vias de asfalto e acesso a cidade. Este, inclusive,  um dos problemas vividos constantemente por assentados não apenas desta região. Outro problema é a dificuldade de acesso  água, no assentamento, constantemente, os assentados enfrentam a escassez hídrica, tendo reflexos diretos na produção de seus quintais e no consumo das famílias.

O assentamento se destaca na região devido a sua organização e comprometimento com a luta pela permanência na terra. Essas características foram essenciais para o destaque das mulheres assentadas, que sempre buscaram se organizar, buscando mais ações para os assentados no Café Abelha. A movimentação desse grupo foi essencial, inclusive, para a realização da Festa Camponesa, em 2019.

CAPÍTULO 2

PRIMAVERAS REGADAS POR LUTAS FEMININAS: BREVE HISTÓRICO DAS CONQUISTAS E AVANÇOS DAS MULHERES NO BRASIL

*Nós somos mulheres de todas as cores
De várias idades, de muitos amores
Lembro de Dandara, mulher foda* que eu sei
De Elza Soares, mulher fora da lei
Lembro Mariele, valente e guerreira
De Chica da Silva, Toda Mulher Brasileira
Crescendo oprimida pelo patriarcado
Meu corpo, minhas regras, agora mudou o quadro¹¹*

A figura da mulher é comumente relacionada aos aspectos de cunho sexual, reprodutivo e, como um ser inferior ao homem. Vinculado a isso, a dominação masculina perpassa por longos, históricos e incansáveis anos em que o Brasil se construiu ao longo dos séculos uma sociedade marcada pelo do patronato latifundiário empresarial plasmado no patriarcado. Muitas foram torturadas, oprimidas e abusadas apenas pelo simples fato de ser mulher. A história geográfica brasileira ficou marcada pela opressão e desigualdades de gêneros, o que acarretou em lutas, conflitos, protestos e desafios para as mesmas – e, como um ato de resistência e, também de rebelião, as mulheres se posicionaram e continuam em busca de condições e direitos iguais.

Foi a partir de organizações de grupos que as mulheres conseguiram algumas melhorias na sociedade, tanto no âmbito social, como no político e econômico. Elas têm se organizado em grupos para debater e formular pautas que as façam se sentirem de fato representadas, em todas as esferas da sociedade. As discussões a respeito de gênero têm ganhado visibilidade e alcançado novos espaços. Porém, todo esse processo passa por desafios e, inclusive, retrocessos. É importante ressaltar que essa desigualdade é refletida no acesso das mulheres ao mercado de trabalho,

¹¹ Trecho da música “Nós somos mulheres”, de Doralyce e Silvia Duffrayer.

posições políticas e na implantação de políticas públicas voltadas especificamente para elas.

Afim de aprofundar a este respeito, neste capítulo será apresentado brevemente a história de opressão, lutas e conquistas das mulheres no Brasil, de modo que estas duas últimas se acentuaram nos últimos anos. Trata-se também a questão da desigualdade de gênero, a qual faz com que certos papéis sociais sejam atribuídos “quase que automaticamente” aos sexos, ou seja, estereótipos são direcionados como um “padrão”. Inclusive, é possível perceber, mesmo que de maneira dissimulada, a divisão social e sexual do trabalho, em que determinadas tarefas são atribuídas quase que exclusivamente às mulheres. Acredita-se que a opressão de gênero ocasiona a desigualdade entre homens e mulheres, esta tem como base as relações de poder. Desta forma, analisamos essa conjuntura a partir da categoria *território*, na perspectiva geográfica, afim de trazer uma análise e discussão sobre as relações de poder entre homens e mulheres.

2.1 Relação de gênero e a dominação masculina: breve histórico das lutas e reivindicações das mulheres brasileiras

Historicamente, as mulheres foram subjugadas e direcionadas a ocuparem posições de subordinação e inferioridade em relação à figura masculina. No Brasil ocorreu a formação de uma sociedade bastante desigual e injusta marcada pela existência da escravidão até 1888, em que se formou uma elite interna fortemente e reunida sob um patronato composto por latifundiário e empresários marcado por relações acentuadamente patriarcais. A insatisfação, revolta e protesto contra os padrões estruturados na sociedade fez com que muitas fossem na contramão do que é destinado a elas, principalmente, no que diz respeito a liberdade e os direitos. Mesmo em pleno século XXI, a luta pela igualdade feminina permanece sendo um desafio ainda a ser superado. A partir dessa concepção de busca por paridade de direitos, o movimento feminista foi erigido e, que em muitos lugares e situações, tem sido um caminho novo e percorrido a passos lentos.

O movimento feminista costuma ser dividido em três “ondas” cronológicas e históricas: a primeira onda, data do final do século XIX até meados do século XX, em que as mulheres lutavam por direitos básicos como o voto e por mais

espaço na vida política. A segunda onda, de meados dos anos 1950 e se estendeu até os anos 1990 do século XX, as mulheres se aprofundaram em bases teóricas a respeito de sexo e gênero e a relação com a opressão masculina. E por fim, a terceira onda, dos anos 1990 em diante, que tem sido associado ao surgimento de movimentos *punk* femininos, cuja ideologia girava em torno da defesa do “faça você mesmo” (*do it yourself*) e na liberdade de escolha e dos seus corpos. Alguns estudiosos acreditam que vivemos uma nova onda, que se orienta com o impacto da ascensão das informações e organizações por meio das redes sociais e outras mídias (NOGUEIRA, 2001; COSTA, 2005).

No Brasil a estruturação do movimento feminista aconteceu de forma mais abrangente a partir da década de 1960 – não que as mulheres que lutaram antes não fizessem parte do movimento, mas levando em consideração a formação de um grupo de base estruturada. A partir de então, as mesmas passaram de fato a se interagir enquanto movimento feminista. A partir disso, quando foi identificada a ascensão da luta das mulheres brasileiras, por meio das ondas feministas, observa-se os seguintes momentos, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1: Períodos do movimento feminista no Brasil

PERÍODOS DO MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL			
I – CIDADANIA (por volta de 1827)	II – SEXUALIDADE (por volta da década de 1960)	III – INTERSECCIONALIDADE (por volta de 1980)	IV – CIBERATIVISMO (2013 até então)
Principais reivindicações			
Exercício da vida pública Voto feminino Acesso à educação sem limitações	Autonomia da mulher Liberdade sexual Direitos reprodutivos Descriminalização do aborto	Gênero, raça e classe Destaque para vertentes do feminismo negro Subjetividade da mulher	#ChegadeFiuFiu #MeuPrimeiroAssédio #MeuAmigoSecreto #PrimaveraFeminista #EleNão
Principais nomes			
Bertha Lutz Nísia Floresta Leolinda Figueiredo	Leila Diniz Therezinha Zerbrini Lélia Gonzalez	Flávia Birolli Joice Berth Márcia Tiburi Marielle Franco	Julia Tolezano Gabi Oliveira Maíra Medeiros Nataly Neri

Jerônima Mesquita Tereza Fabri	Maria Amélia de Almeida	Djamila Ribeiro	
--------------------------------------	----------------------------	-----------------	--

Fonte: Livro “Breve História do Feminismo no Brasil” (1993), de Maria Amélia de Almeida Teles; livro “Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e Contexto” (2019), Heloísa Buarque de Hollanda. Org.: a autora.

A mobilização das mulheres ganhou críticos, mas também muitos defensores, estudiosos e vertentes acadêmicas que discutem a respeito. Mesmo não tendo como objetivo central desta pesquisa a história do movimento feminista, se torna necessário compreender que os ideais e as lutas deste são responsáveis por grande parte das conquistas destas até então. A partir disso, grandes autoras e autores se manifestaram e acrescentaram conceitos na discussão das teorias do movimento feminista. Destaco aqui autoras e estudiosas que servem de inspiração e base teórica para esta pesquisa, como por exemplo, Simone Beauvoir, Virginia Woolf, Nísia Floresta, Bertha Lutz, Márcia Tiburi, Chimamanda Ngozi Adichie, Angela Davis, entre tantos nomes importantes.

No Brasil, a trajetória de conquistas das mulheres foi e continua sendo de luta e cercadas por desafios que ultrapassam gerações. Tiburi (2018, p. 34) atenta que [...] “no passado existiram lutadoras incomuns, pessoas que se tornaram exemplos, mulheres a quem devemos nosso lugar. Estamos unidas às feministas do passado e às do futuro”. A partir da mobilização de muitas mulheres e luta pela reivindicação dos seus direitos, as mesmas conquistaram alguns objetivos – mesmo estes sendo básicos, como por exemplo, o acesso às universidades, políticas públicas que defendem seus interesses, etc. A Figura 19 demonstra a trajetórias de algumas conquistas das mulheres brasileiras.

Figura 19: Linha do tempo de algumas conquistas das mulheres no Brasil

Conquistas das Mulheres no Brasil:

Uma linha do tempo



A obra “Direitos das Mulheres e Injustiças dos Homens”, de Nísia Floresta, é publicada

1827

Meninas são liberadas para frequentar a escola



1832

1879

Mulheres conquistaram o direito ao acesso às faculdades



O primeiro partido político feminino é criado

1910

1932

Direito ao voto feminino



Início da venda da pílula anticoncepcional e Fim da tutela dos maridos sobre as esposas

1962

1975

Ano Internacional da Mulher, declarado pela ONU e a Criação do Movimento Feminista pela Anistia



I Encontro da Mulher que Trabalha e a Lei do Divórcio é aprovada

1977

1978

I Congresso da Mulher Metalúrgica

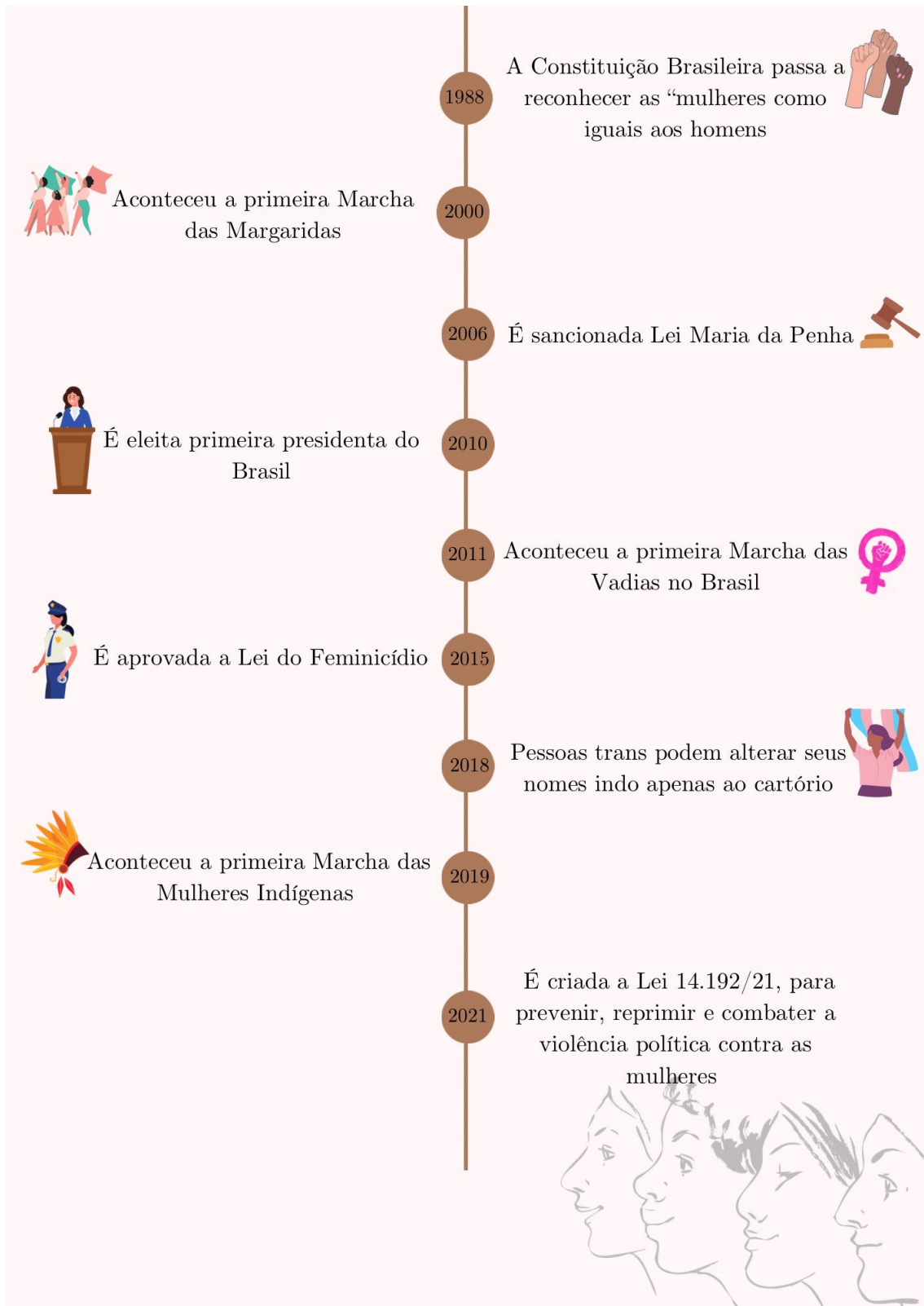


Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e

Criação da primeira Delegacia da Mulher – em São Paulo

1985





Fonte: Livro “Breve História do Feminismo no Brasil” (1993), de Maria Amélia de Almeida Teles; livro “Pensamento Feminista Brasileiro: Formação e Contexto” (2019), Heloísa Buarque de Hollanda. Org.: a autora.

Para Pinto (2010, p. 15), [...] “ao longo da história ocidental sempre houve mulheres que se rebelaram contra sua condição, que lutaram por liberdade e muitas

vezes pagaram com suas próprias vidas” e, entre a década de 1960 e 1990 os discursos feministas e lutas se intensificaram. A este respeito Miguel e Biroli (2014) apontam que:

Sobretudo no feminismo dos anos 1960 e 1970, o afeto, a sexualidade e o corpo foram politizados por meio de manifestações e de testemunhos que permitiriam levar a público as perspectivas das mulheres, em um processo que objetivou, ao mesmo tempo, redefinir as regras do jogo e conscientizar as próprias mulheres. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 41)

A partir da década de 1990 observou-se um posicionamento intenso do movimento de luta feminina pela busca da liberdade total de escolhas, donas de si e dos seus corpos. Também começaram a debater sobre o conceito de coletividade, a base para a união das mulheres como um movimento real. As mulheres brasileiras reivindicavam igualdade social e direitos, desencadeando as discussões sobre maternidade, mercado de trabalho e liberdade sexual (PEREIRA, 2010).

É importante salientar, que o movimento feminista não é aderido entre todas as brasileiras, mas é inegável que a representatividade fez e continua fazendo diferença na sociedade. A este respeito Rago (2003) aponta que:

[...] especialmente com as mais jovens, concluirá que não se consideram feministas e que nem mesmo conhecem a história do feminismo no Brasil, afinal este não é um país onde o sentido histórico seja predominante. De qualquer modo, esse desconhecimento não deve levá-la a concluir que o movimento feminista não tenha tido um forte impacto sobre as estruturas socioeconômicas, sobre as instituições políticas e principalmente sobre o modo de pensar no país e que não esteja em plena ebulição ganhando cada vez maior número de adeptas, militantes e associadas. (RAGO, 2003, p. 01)

Mesmo com todas as conquistas obtidas por meio da luta pelos direitos, muitas mulheres criticam o movimento feminista e se dizem “não feministas”. Todavia, dentre as conquistas alcançadas pelo movimento feminista no Brasil, podemos destacar a inserção da mulher no mercado de trabalho, o direito ao voto¹², o acesso à educação, a criação da Lei Maria da Penha¹³ e, de outras leis¹⁴ que

¹² Em 1932, o sufrágio feminino foi garantido pelo primeiro Código Eleitoral brasileiro. Essa conquista foi possível após a organização de movimentos de mulheres no início do século XX.

¹³ A Lei nº 11.340/2002 foi sancionada para combater a violência contra a mulher. Maria da Penha, a mulher que deu nome à lei, foi vítima de duas tentativas de homicídio e desde então luta pelos direitos das mulheres no Brasil.

¹⁴ No dia 9 de março de 2015, a Constituição Federal reconheceu a partir da Lei nº 13.104 o feminicídio como um crime de homicídio. E em 2018, A importunação sexual feminina passou a ser considerada crime – (Lei nº 13.718/2018).

resguardam os direitos desse grupo. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 43). A este respeito Tiburi (2018) destaca que:

O feminismo organiza um impulso perigoso à ordem dada como natural. Por isso, conservadores constantemente se apropriam do feminismo, tentam capturá-lo e transformá-lo em mercadoria. Na impossibilidade de fazer dele algo palatável ao mercado, o feminismo é transformado por seus detratores em uma excrescência inútil. Sabemos que o sistema econômico e político de nossa época, ao qual damos o nome de capitalismo, precisa transformar em excrescência e inutilidade tudo aquilo que o ameaça (TIBURI 2018, p. 27).

Sem dúvidas o acesso das mulheres ao voto e aos espaços políticos rompeu algumas barreiras na tomada de decisões de interesse delas e em conjunto com a sociedade. A este respeito Bester (2016) aponta que:

Assim, a extensão do voto às mulheres significava e significa, ainda hoje, o acesso aos canais de decisão, executivos ou legislativos e, nesses, a fundamental possibilidade de serem tratadas questões femininas, de serem legislados assuntos relativos às mulheres, a partir da ótica das mulheres, sejam referentes ao direito do trabalho, previdenciários, aos demais direitos sociais e culturais, da personalidade, de família, reprodutivos etc. Logo, para as mulheres, votar e poder eleger suas pares, ou mesmo candidatos homens comprometidos com as causas femininas, constituiu e constitui o direito político por excelência, aquele que lhes permite ter maior força e legitimidade no encaminhamento, na justificativa e na defesa de projetos atinentes às mulheres (direitos específicos) e à sociedade em geral (BESTER, 2016, p. 331).

A participação das mulheres no cenário político brasileiro segue num processo lento, porém firme e resistente. E, um marco disso, foi a eleição em 2010 de Dilma Rousseff, eleita a primeira presidente mulher do país. Dilma foge do padrão vivido no país até então – em que somente homens detinham do poder político e de tomada de decisões, dando espaço para as mulheres na política e, consequentemente, à pautas relacionadas com as reivindicações de cunho feminista. Conforme Silva (2020):

Contrariando esta linearidade de escolhas, a primeira Presidente do Brasil escolheu, no seu primeiro mandato (2011-2014), as seguintes mulheres para a acompanharem neste percurso: Gleisi Hoffmann na Casa Civil; Helena Chagas na Secretaria de Comunicação Social; Ana de Hollanda, Marta Suplicy e Ana Cristina Wanzeler no Ministério da Cultura; Tereza Campello no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Maria do Rosário e Ideli Salvatti na Secretaria de Direitos Humanos; Luiza Bairros na Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Izabella Teixeira no Ministério do Meio Ambiente; Ideli Salvatti no Ministério da Pesca e Aquicultura e na Secretaria de Relações Institucionais; Miriam Belchior no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Iriny Lopes e Eleonora Menicucci na Secretaria de Políticas para as Mulheres (SILVA, 2020, p. 36).

No segundo mandato (2015-2016), Dilma também escolheu um número significativo de mulheres e atingiu um dos seus objetivos, que era continuar e firmar a participação feminina à frente de ministérios e organizações sociais e governamentais/públicas. Ainda de acordo com a autora supracitada (2020):

Foram escolhidas desta vez Kátia Abreu no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Eva Chiavon na Casa Civil; Emília Maria Silva Ribeiro Curi no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; Inês da Silva Magalhães no Ministério das Cidades; Maria Fernanda Ramos Coelho no Ministério do Desenvolvimento Agrário; Tereza Campello no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ideli Salvatti e Nilma Lino Gomes na Secretaria de Direitos Humanos; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - Nilma Lino Gomes; Izabella Teixeira no Ministério do Meio Ambiente e Eleonora Menicucci na Secretaria de Políticas para as Mulheres (SILVA, 2020, p. 36-37).

Para Zdebskyi, Maranhão e Pedro (2015), os mandatos de Dilma Rousseff representaram que as mulheres podem e devem alcançar o campo político. Essa maior participação da mulher na política possibilita o debate de assuntos presentes na sociedade que estão relacionados à pauta feminista, como por exemplo, casos de violência contra a mulher, a legalização do aborto, programa de apoio psicológico àquelas que são abusadas, acesso a qualificação para o mercado de trabalho, entre outros. Toda essa representatividade feminina que os mandatos de Dilma carregavam, num espaço que é predominantemente ocupado por homens, incomodou os setores conservadores. Desde os primeiros meses de governo ela enfrentou ataques não só políticos, mas também misóginos da mídia, dos partidos e parlamentares de oposição ao governo.

O machismo estrutural enraizado na sociedade brasileira, atingiu as redes sociais e a mídia do país, agindo como grandes influenciadores de opinião, com narrativas tendenciosas e ataques misóginos constantes à presidente. A este respeito Zdebskyi, Maranhão e Pedro (2015) apontam que:

Um exemplo dos ataques misóginos-midiáticos se expressa na capa da revista ISTOÉ, que infere: “Em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados, xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País”. O discurso desse texto perpetua as ideias da “teoria da incapacidade da mulher” esboçada anteriormente, colocando Dilma como emocionalmente instável e por isso inapta a ocupar uma função na vida pública, a de dirigir o país como presidenta. (ZDEBSKYI; MARANHÃO; PEDRO, 2015, p. 230-231).

Além dos ataques midiáticos, da população e de representantes políticos, Dilma sempre expressou publicamente as repercussões psicológicas negativas que as torturas¹⁵ sofridas no período da Ditadura empresarial militar causaram em sua vida e, diversas vezes presenciou falas de apoio e exaltação à muitos de seus torturadores. O governo Dilma ainda foi marcado pelo golpe sofrido em 2016, que deu origem ao período em que Michel Temer, seu vice, assumiu a presidência do país. O ardil foi baseado num conjunto de ações do Senado e Congresso, mídia, agentes dos setores financeiros e as manifestações nas ruas. Dilma sempre foi duramente criticada e, a partir da análise desses acontecimentos, percebemos que a crítica sobressai a Dilma enquanto mulher e não enquanto ser político (ZDEBSKYI; MARANHÃO; PEDRO, 2015).

Na conjuntura atual percebe-se que a luta feminista segue na contramão das amarras impostas pelo modelo patriarcal dominante. Apesar do avanço nos debates, abordagens e discussões a respeito de igualdade de gêneros, ainda é claro na sociedade a desigualdade salarial entre homens e mulheres, sucessivos casos de feminicídio e violência – seja, física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral, discursos que menosprezam a figura feminina, baixa representatividade das mulheres na política, entre outros aspectos da sociedade machista. A luta então, representa a tentativa dar fim a visão e estrutura patriarcal, passando de uma consciência ingênua para uma perspectiva crítica, ainda que não seja claramente expressa na sociedade.

Para pensar e discutir a respeito das lutas vividas e construídas pelas mulheres, é necessário a abordagem a respeito do conceito que envolve o gênero. Para Scott (1995), o mesmo é tido como componente base das relações sociais, determinadas aqui entre homens e mulheres. Isso parte de um processo social e histórico, a qual pode definir, por exemplo, o sentido de masculinidade e feminilidade, que resulta nos padrões comportamentais existentes na sociedade. Esses mesmos são seguidos e aclamados ou muitas vezes, debatidos. Daí a busca pela “igualdade entre gêneros”.

Para Miguel e Birolli (2014) não é exagero dizer que essa percepção e discussão a respeito dos gêneros é que funda o feminismo contemporâneo, ou seja,

¹⁵ Dilma Rousseff enfrentou a ditadura militar e era uma das líderes da Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, e foi presa em janeiro de 1970. Ela sempre relatou as torturas que sofreu durante este período e da crueldade de seus torturadores. As torturas aplicadas foram o pau de arara, palmatória, choques e socos, que causaram problemas em sua arcada dentária. Fonte: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-resistencia/dilma-rousseff/>

o corpo é determinante nas relações sociais, porém, por si só não é capaz de definir alguém enquanto homem, ou enquanto mulher.

Beauvoir (2016) traz uma famosa frase e analisa a construção da identidade e particularidade da mulher, baseada no sentido político e social:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 2016, p.09).

Além disso, para Beauvoir (2016), um aspecto fundamental para essa diferenciação entre homem e mulher são as doutrinas religiosas. Essas exercem influência direta na idealização e padronização do que deve ser o comportamento feminino – aqui é importante analisar o reflexo que a instituição do casamento tem na forma como a mulher é vista na sociedade, esse padrão se remete ao lar, cuidado com a prole e ao papel reprodutivo.

Com estes papéis sociais delimitados pelo gênero, os quais constituem a dominação masculina, na condição de que o homem tem a “força” e o “poder” sobre a mulher, a violência se torna evidente nessas relações. Conforme salientam Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019):

Profissionais da área de pesquisa estimam que, em termos globais, mais de uma a cada três mulheres vivenciou alguma forma de violência de gênero ao longo da vida. Muitos dos perpetradores são parceiros íntimos, responsáveis por 38% dos assassinatos de mulheres. Podendo ser física, emocional, sexual ou todas elas, a violência por parceiros íntimos acontece em toda a sociedade capitalista – em todo país, toda a classe e todo grupo étnico-racial. Longe de ser acidental, ela está enraizada na estrutura institucional básica da sociedade capitalista (ARRUZZA, BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 58).

Cotidianamente e de maneira quase imperceptível, a desigualdade de gênero, assim como outros tipos de segregação social, mantém-se como um fenômeno estrutural e cultural, o qual é difundido por instituições como escola, família, empresas privadas e igrejas. Inclusive a opressão contra a mulher existe também no meio camponês Bourdieu (2002), por sua vez, demonstra que:

A dominação masculina que constitui as mulheres como objetos simbólicos (...) tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis.

Delas se esperam que sejam 'femininas', isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa 'feminilidade' muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento do ego. Em consequência, a dependência em relação aos outros (e não só aos homens) tende a se tornar constitutiva do seu ser (BOURDIEU, 2002, p. 82).

Todo esse projeto visa a manutenção da estrutura machista na sociedade, o lugar da mulher é constantemente confinado ao ambiente doméstico, ao lar e aos cuidados dos filhos e da família. A manutenção desses papéis ocasiona incontáveis desvantagens para as mulheres, conforme apontam Miguel e Birolli (2014):

Há uma série de desvantagens sociais associadas ao fato de as mulheres assumirem as responsabilidades na esfera familiar e doméstica, nos arranjos convencionais. A interrupção da carreira, a opção por empregos de menor carga horária, porém mal remunerados e amabilidade social negativa associada às duas primeiras podem derivar da responsabilização das mulheres pelos cuidados com os filhos pequenos, mesmo em sociedades nas quais não há impedimento formal para que desempenhem trabalho remunerados. Nesse caso, salários mais baixos e menos oportunidade de acesso a recursos previdenciários quando atingem idade avançada definem, no longo prazo, uma situação relativa e maior vulnerabilidade para as mulheres. Há assim, risco crescente de exposição à pobreza e às formas de vulnerabilidade que decorrem da dependência dos recursos materiais provenientes do trabalho remunerado do marido e/ou de outros homens. (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 58)

Na sociedade de base capitalista e patriarcal, o trabalho doméstico permanece, na maioria das vezes, sob a responsabilidade das mulheres. É preciso pensar que a sociedade brasileira se originou a partir das relações que foram estabelecidas nos engenhos de açúcar no Nordeste e depois nas grandes fazendas escravistas, em que o senhor de engenho e, mais tarde, o fazendeiro eram as figuras poderosas numa sociedade patriarcal-escravista fortemente opressora. As atividades não remuneradas que são realizadas pelas mulheres dentro de suas casas compõem a reprodução da força de trabalho, porque, além de muitas terem o compromisso com o trabalho assalariado fora de casa, existe a responsabilidade das tarefas domésticas, ocasionando uma dupla ou até tripla, jornada de trabalho. Nesse sentido, podemos perceber que a mulher é duplamente explorada pelo capital, tanto no que se refere à realização do seu trabalho assalariado, como na jornada realizada dentro do lar.

Portanto, observa-se que as relações de gênero e os papéis sociais estão sendo ainda reconstruídos, a cada geração, a cada novo grupo que debate a respeito dos direitos das mulheres. Assim, por mais que o discurso ideológico defina a mulher

como tendo que ser passiva e submissa, existem ações efetivas de mulheres que rompem com esses limites impostos pelo machismo. Todas as conquistas das mulheres brasileiras são especiais. Todavia, é necessário pensar que em pleno ano 2022, muitas ainda tenham que lutar por direitos básicos. Na conjuntura atual, as mulheres lutam sob a investida de movimentos extremamente machistas, os quais têm como base ideais de extrema direita, mas também lutam para reafirmar seu lugar, força e influência no processo democrático brasileiro.

2.2 A situação das mulheres no Brasil contemporâneo: reflexos da disseminação da extrema direita e a divisão sexual do trabalho

O movimento de luta por direitos e, neste caso, os que estão relacionados às mulheres, caminha concomitante ao processo democrático do país¹⁶. Os levantes sociais encabeçados e representados por mulheres, evidenciam a força histórica do movimento e, ao mesmo tempo, demonstra que existem experiências de luta feminina no âmbito da política e na luta por direitos no Brasil.

Um dos recentes movimentos de mulheres e que teve destaque nacional nas últimas eleições foi o coletivo *Mulheres unidas contra Bolsonaro*. O mesmo se adaptou aos novos caminhos da ascensão da internet e das redes sociais e, foi criado a partir de um grupo da rede social *Facebook*¹⁷. Araújo (2019) ressalta que:

Esse coletivo trata-se de um grupo fechado do Facebook, com mais de 2 milhões de participantes. Destinado a manifestação de mulheres (cis ou trans), o grupo foi criado em 30.08.2018, tendo como denominação anterior a escrita do nome do grupo somente de forma extensa, posteriormente, adotou a sigla como forma de identificação. De acordo com a descrição do grupo no seu perfil na rede social, encontramos: “Grupo OFICIAL destinado a união das mulheres de todo o Brasil (e as que moram fora do Brasil) contra o avanço e fortalecimento do machismo, misoginia, racismo, homofobia e outros tipos de preconceitos (ARAÚJO, 2019, p. 4).

¹⁶ De acordo com o relatório "The Global State Of Democracy 2021" (Estado da Democracia Global), publicado no mês de novembro de 2021 pela organização International IDEA, o país vive um momento de retrocesso ou “declínio da democracia brasileira”. Entre os destaques, o documento aponta que a situação foi afetada principalmente por: a gestão da pandemia, escândalos de corrupção, protestos antidemocráticos e ameaças às instituições democráticas.

¹⁷ *Facebook* é uma rede social que possibilita interagir com outras pessoas por meio de troca de mensagens instantâneas, compartilhamento de conteúdo e também é possível participar de grupos de acordo com seus interesses.

De acordo com o jornal El País Brasil, o movimento foi criado em meio aos ataques absurdos do, até então, candidato à presidência, como descreve:

Na plataforma da rede social, as postagens do grupo contra Bolsonaro criticam não apenas as propostas do candidato, como a flexibilização do acesso a armas, mas principalmente suas declarações em relação à brecha salarial de gênero —o candidato acredita que a equiparação no sistema privado não é competência política do Estado e seu gabinete, conforme adiantou o Valor Econômico, paga menos às mulheres— e seus comentários violentos contra repórteres e colegas políticas. "Um país sério de verdade jamais permitiria que esse cidadão falasse as barbaridades que falou. Cadê o Ministério Público? Cadê os órgãos de defesa das mulheres?", questiona Teixeira em relação à frase "não te estupraria porque você não merece", dita à deputada Maria do Rosário (EL PAÍS, 2018, p.01).

A página foi *hackeada* duas vezes e sofreu diversos ataques vindos de perfis e pessoas contra a mobilização. Atualmente, em 2022, o grupo conta com 2,3 milhões de membros, mesmo após a eleição de 2018, na qual elegeu Jair Messias Bolsonaro. O mesmo tinha como *slogan* principal da campanha: "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos" e com propostas voltadas à "integridade da família tradicional", da propriedade privada, que buscava "libertar o país de toda a corrupção, mentira e do marxismo cultural", enfrentamos um momento de retrocesso no que diz respeito a tomada de iniciativas que interessam aos movimentos de mulheres (MARTINS; SANTOS; DINIZ, 2020).

Presencia-se então, claramente, um governo que se articula para combater os movimentos sociais e os ideais dos grupos tidos como "minorias", entre eles, os grupos de cunho feminista. A partir disso, uma das primeiras decisões políticas do governo de Jair Bolsonaro, após assumir o cargo da Presidência da República, foi a renomeação do Ministério dos Direitos Humanos para Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos. A partir disso, em 06 de dezembro de 2018, o Governo Federal optou pela indicação da pastora e advogada Damares Alves para comandar o ministério. A escolha reflete o padrão de "uma mulher ideal", que é [...] "ideologicamente alinhada com as bandeiras do neoconservadorismo: defesa da vida a partir da concepção, da família nuclear tradicional e dos valores cristãos. " (SOARES, 2019, p. 08). A este respeito, Alves e Cavenaghi (2019) salientam que:

O Brasil está em um ponto de inflexão, pois todos os progressos que vinham sendo obtidos, durante décadas, rumo a uma maior igualdade nas relações de gênero podem ser paralisados ou mesmo sofrer retrocessos. A recessão econômica, seguida de lenta recuperação, estagnação e crise social e política, estancou os ganhos de maior equidade entre homens e mulheres,

dificultando a progressão e a equiparação nos indicadores de empoderamento e bem-estar entre os sexos (ALVES, CAVENAGHI, 2019, p. 23-24).

Os discursos de ódio, sejam de cunho machista, racista ou misógino, que incitam e disseminam a homofobia e a violência, infelizmente, se tornaram peça chave no “projeto de estruturação” do processo “democrático” brasileiro, o que traz em pauta discussões, protestos e manifestações encabeçados por grupos e movimentos sociais, por homens e mulheres, tanto do campo quanto da cidade. A busca pelo empoderamento feminino necessita percorrer todos os espaços sociais, como escola, família, igreja, universidade e mercado de trabalho. Porém, baseado no padrão tradicionalista, ainda na infância somos preparados para exercer determinados papéis e então, por meio de estereótipos de gênero, são estabelecidas as reações sociais que idealizam, muitas vezes, a submissão da mulher ao homem.

Afim de compreender a situação das mulheres no país atualmente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicou a segunda edição do estudo “*Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*”¹⁸, que traz importantes dados a respeito das condições de vidas das brasileiras. O informativo de indicadores de monitoramento do mercado de trabalho revela desigualdades expressivas entre homens e mulheres no país. Como por exemplo, a taxa de participação na força de trabalho, que está representada na Tabela 12, os indicadores são separados por grupos de idade, sexo, segundo cor ou raça e com indicação do coeficiente de variação. De acordo com a publicação, em 2019, a taxa de participação das mulheres com 15 anos ou mais de idade foi de 54,5%, enquanto entre os homens foi de 63,6%, uma diferença expressiva e que aponta maior dificuldade de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Essa desigualdade permaneceu tanto entre homens e mulheres brancos, quanto entre homens e mulheres pretos. A intensidade da discrepância retratada no documento se torna ainda maior, se levarmos em consideração que as mulheres constituem a maioria da população em relação ao quantitativo de homens.

¹⁸ Para desenvolvimento deste informativo, no âmbito da produção pelo IBGE, foram utilizadas a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua, a Projeção da População por Sexo e Idade, as Estatísticas do Registro Civil, a Pesquisa Nacional de Saúde - PNS e a Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - Estadic e Municipais - Munic. A essas somaram-se as fontes de dados do Ministério da Saúde (Datasus), Presidência da República, Congresso Nacional, Tribunal Superior Eleitoral - TSE e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Tabela 12: Taxa de participação na força de trabalho para pessoas de 15 anos ou mais de idade, na semana de referência, por sexo, com indicação do coeficiente de variação, segundo cor ou raça e grupos de idade – 2019

Grupos de Idade	Taxa de participação na força de trabalho					
	Total		Sexo			
			Homens		Mulheres	
	Média	CV (%)	Média	CV (%)	Média	CV (%)
15 anos ou mais	63,6	0,2	73,7	0,2	54,5	0,3
15 a 24 anos	57,0	0,5	63,0	0,6	50,8	0,8
Branços						
15 anos ou mais	64,2	0,3	74,1	0,3	55,7	0,5
15 a 24 anos	58,4	0,8	63,5	1,0	53,4	1,2
Pretos ou pardos						
15 anos ou mais	63,1	0,3	73,4	0,3	53,5	0,4
15 a 24 anos	56,2	0,6	62,8	0,8	49,2	1,0

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019).

A exploração do trabalho feminino, o qual é constantemente direcionado aos afazeres domésticos, revela uma expressiva desigualdade na jornada de horas de trabalho. De acordo com o IBGE, no Brasil em 2019 as mulheres dedicaram aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos quase o dobro de tempo que os homens - 21,4 horas contra 11,0 horas semanais.

Importante ressaltar, que mesmo entre as mulheres, também há diferenças por rendimento domiciliar *per capita*, pois o documento demonstra que, há uma média maior de horas trabalhadas nas atividades de cuidados e afazeres domésticos entre aquelas que fazem parte dos 20% da população com os menores rendimentos (24,1 horas), em comparação com as que se encontram no estrato de 20% das que possuem os maiores rendimentos (18,2 horas). Ainda segundo o IBGE, essa diferença mostra que a renda é um fator que interfere no nível da desigualdade também entre as mulheres e na execução do trabalho doméstico não remunerado, até porque influencia e cria condições para o acesso aos serviços de creches e contratação de trabalho doméstico remunerado, possibilitando a delegação das atividades de cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, que costuma ser à outras mulheres (IBGE, 2021, p. 01).

Lacerda (2020) assevera que:

Ainda hoje, de acordo com dados levantados pela OXFAM, as mulheres estão à frente de mais de 75% do trabalho não remunerado do mundo. Antes de alcançarem a maioria, elas já dedicam horas consideráveis de suas vidas a um mercado que garante a sustentação do capitalismo: são responsáveis pela formação das crianças e jovens, pela atenção aos idosos, pela manutenção do ambiente doméstico e até mesmo pelos cuidados básicos de maridos e companheiros (LACERDA, 2020, p. 01).

Duarte e Spinelli (2019) também apontam que:

Por conseguinte, é no campo familiar e, consequentemente, através do matrimônio, que se desenvolve o status inferior da mão de obra feminina, mais precisamente durante o processo de socialização, perpetuando o patriarcado como sistema social, especificamente por identificar a figura feminina apenas como reprodutora. Destarte, é por meio da divisão social do trabalho influenciada por diferenças sexuais, que as desigualdades são intensificadas e naturalizadas para maior exploração da classe trabalhadora, e, por decorrência, mediante a inferioridade social da mulher, coube a ela o trabalho mais degradante e invisível (DUARTE; SPINELLI, 2019, p. 140).

As atividades domésticas executadas pela mulher dentro do seu lar, são parte do processo existente na sociedade capitalista, o qual a torna também explorado e desvalorizado, ou seja, [...] “o sistema não apenas vive da exploração do trabalho assalariado; ele também vive à custa da natureza, dos bens públicos e do trabalho não remunerado [...]” (ARRUZZA, BHATTACHARYA; FRASER, p. 16, 2019). Com a consolidação do capitalismo, a inserção da mulher no mercado de trabalho por vezes foi encarada como ponto de libertação das mulheres, todavia, contraditoriamente Federici (2017), ressalta que:

Ao celebrar a indústria moderna por libertar as mulheres das cadeias tanto do trabalho doméstico como do regime patriarcal, e por tornar possível sua participação na produção social, Marx assumiu que: a) as mulheres nunca antes estiveram envolvidas na produção social, ou seja, o trabalho reprodutivo não deveria ser considerado um trabalho socialmente necessário; b) o que limitou no passado sua participação no trabalho foi a falta de força física; c) o salto tecnológico é essencial para a igualdade de gênero; d) o que é mais importante, em antecipação ao que os marxistas repetiriam por gerações: o trabalho fabril é a forma paradigmática da produção social, consequentemente, a fábrica, e não a comunidade, é o local da luta anticapitalista. (FEDERICI, 2017, p. 10)

A autora supracitada ainda reitera que:

Aí, mais uma vez, a perspectiva feminista é essencial para uma análise do capitalismo, pois demonstra que, assim como o racismo e o etarismo, o machismo é um elemento estrutural do desenvolvimento capitalista, uma força material a se interpor no caminho de qualquer transformação social

verdadeira, que não pode ser derrotada (como Marx acreditava) pela entrada das mulheres nas fábricas e pelo trabalho ao lado dos homens, mas exige, em vez disso, que as mulheres se rebelem contra a dominação masculina e suas bases materiais (FEDERICI, 2021, p. 17).

Neste sentido, Arruzza; Bhattacharya; Fraser (2019) apontam que:

O capitalismo certamente não inventou a subordinação das mulheres. Esta existiu de diversas formas em todas as sociedades de classe anteriores. O capitalismo, porém, estabeleceu outros modelos, notadamente ‘modernos’, de sexismo, sustentados pelas novas estruturas institucionais. Seu movimento fundamental foi separar a produção de pessoas da obtenção de lucro atribuir o primeiro trabalho às mulheres e subordiná-lo ao segundo. Com esse golpe, o capitalismo reinventou a opressão das mulheres e, ao mesmo tempo, virou o mundo de cabeça para baixo (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 51-52).

Portanto, a luta por uma divisão sexual do trabalho mais justa relaciona-se também a uma luta contra o próprio sistema capitalista e patriarcalista que domina a sociedade. Isso evidencia que o capital se opõe ao processo de emancipação da mulher, afinal, ele necessita, para a manutenção e execução do sistema de dominação, do trabalho feminino subordinado e explorado, tanto na produção quanto na reprodução.

Para as mulheres que tem o compromisso com o emprego assalariado, a jornada de trabalho é ainda mais cansativa e longa. De acordo com o IBGE, [...] “cerca de 1/3 das mulheres estavam ocupadas em tempo parcial (29,6%), quase o dobro do verificado para os homens (15,6%)”. Na Tabela 13 é possível observar que, quando analisadas e comparadas as regiões do país, o Norte e Nordeste apresentaram as maiores proporções de mulheres ocupadas em trabalho parcial, 39,2% e 37,5%, respectivamente. No caso da região Centro-Oeste percebe-se a proporção considerável, sendo que 27,6% das mulheres estão ocupadas trabalhando por tempo parcial, enquanto temos 11,7% dos homens na mesma situação (IBGE, 2021).

Tabela 13 - Proporção de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, em trabalho por tempo parcial, por sexo, com indicação do coeficiente de variação, segundo cor ou raça e as Grandes Regiões – 2019

Grandes Regiões	Proporção de ocupados trabalhando por tempo parcial					
	Total		Sexo			
			Homens		Mulheres	
	Proporção	CV (%)	Proporção	CV (%)	Proporção	CV (%)

Brasil	21,7	0,7	15,6	1,1	29,6	0,8
Norte	30,1	1,8	24,1	2,5	39,2	2,0
Nordeste	29,6	1,1	23,7	1,5	37,5	1,3
Sudeste	18,3	1,4	11,9	2,3	26,2	1,6
Sul	17,4	1,6	11,3	2,5	25,0	1,8
Centro-Oeste	18,7	1,9	11,7	3,1	27,6	2,2
Branco						
Brasil	19,2	1,1	13,5	1,8	26,0	1,3
Norte	27,3	3,4	21,6	4,9	34,8	4,3
Nordeste	27,0	2,1	21,4	3,3	33,9	2,4
Sudeste	17,9	2,0	12,3	3,2	24,5	2,3
Sul	17,1	1,8	11,2	2,9	24,2	2,0
Centro-Oeste	18,4	3,1	12,0	4,8	26,1	3,6
Preto ou pardo						
Brasil	23,7	0,9	17,2	1,3	32,7	1,0
Norte	30,7	2,0	24,7	2,8	40,3	2,1
Nordeste	30,4	1,2	24,3	1,6	38,9	1,4
Sudeste	18,8	1,9	11,5	3,0	28,2	2,1
Sul	18,0	3,0	11,5	4,9	27,2	3,4
Centro-Oeste	18,8	2,3	11,5	4,1	28,7	2,5

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios Contínua (2019).

Ainda sobre a situação das mulheres no mercado de trabalho, é importante destacar a desigualdade salarial existente. Com base nos dados do IBGE, em 2019 as mulheres receberam 77,7% ou pouco mais de $\frac{3}{4}$ do rendimento médio total dos homens. Essa desigualdade foi maior entre as pessoas que ocupam cargos como Diretores e gerentes e Profissionais das ciências e intelectuais, grupos nos quais as mulheres receberam, respectivamente, apenas 61,9% e 63,6% do rendimento médios total dos homens.

Se no mercado de trabalho as mulheres encontram barreiras para a sua inserção, na área educacional elas se destacam por serem mais instruídas que os homens. De acordo com o IBGE, entre a população com 25 anos ou mais, 40,4% dos

homens não tinham instrução ou possuíam apenas fundamental incompleto, enquanto essa taxa era de 37,1% entre as mulheres. Já a proporção de pessoas com nível superior completo foi de 15,1% entre os homens e 19,4% entre as mulheres.

Quando analisamos por idade, entre a população com 65 anos ou mais, acontece o oposto: as mulheres possuíam nível de instrução ligeiramente inferior ao dos homens, revelando as restrições mais severas enfrentadas por elas no acesso à educação em décadas passadas. Quando observadas as outras faixas etárias é revelado que as mulheres eram mais instruídas que os homens, com uma diferença mais acentuada na população mais jovem. No grupo entre 25 e 34 anos, 25,1% das mulheres possuíam nível superior completo, contra 18,3% dos homens, uma diferença de 6,8 pontos percentuais. Ainda que estejam em ampla vantagem em relação ao acesso ao ensino superior de forma geral, as mulheres enfrentam barreiras, como por exemplo, na integração ao mercado de trabalho.

Quanto à participação na vida política, os dados do IBGE revelam que o percentual de parlamentares mulheres em exercício nas câmaras baixas ou na Câmara dos Deputados Estaduais, passou de 10,5%, em dezembro de 2017, para 14,8%, em setembro de 2020. Apesar do aumento, o Brasil era o país da América do Sul com a menor proporção de mulheres exercendo mandato parlamentar na Câmara dos Deputados e encontrava-se na 142^a posição de um ranking com dados para 190 países. Segundo o IBGE (2021):

Desde 1995, o Brasil possui legislação que prevê cotas eleitorais, reservando um percentual de candidaturas em eleições proporcionais para as mulheres. Contudo, apenas com a Lei n. 12.034, de 29.09.2009, essas cotas tornaram-se obrigatórias, de modo que, em eleições proporcionais, haja no mínimo 30% e no máximo 70% de candidaturas de cada sexo, por cada partido ou coligação partidária. Em 2018, 32,2% das candidaturas para o cargo de deputado federal foram de mulheres, em comparação a 31,8%, em 2014, ainda próximo ao piso previsto em lei. (IBGE, 2021, p.8).

A participação de mulheres nos cargos ministeriais do governo Bolsonaro, em 25 de setembro de 2020, dos 22 ministros de Estado, apenas dois eram mulheres, ou 7,1%. Esse retrocesso da representatividade das mulheres no Governo Federal alerta para a atual conjuntura de desestabilização dos movimentos sociais e feministas brasileiros. A ausência das mulheres nas tomadas de decisões políticas interfere diretamente nos direcionamentos das políticas públicas voltadas especificamente para elas.

A conjuntura atual reflete que as mulheres tem avançado em alguns espaços, porém, em muitos pontos ocorrem atrasos ou até mesmo retrocessos. Para combater as desigualdades entre os gêneros são necessárias mudanças, que vão desde a esfera legislativa, política, social e econômica. Perceber os avanços da luta feminista é um avanço, porém, é notável que a trajetória tem sido longa e cansativa.

2.3 Território e Gênero

O conceito de território é um dos mais utilizados para os estudos, análises e discussões na Geografia. Com o objetivo de compreender as diferentes formas de apropriação do espaço, tanto seu uso ou sua ocupação, as relações de poder, conflitos e lutas e, assim, utilizamos também como principal partida de análise desta presente pesquisa.

Para Saquet (2007), o território corresponde a um recorte ou espectro do espaço geográfico, o qual é definido então por e a partir de relações de poder, apropriação ou/e uso. Para Raffestin (1993), as relações de poder estão na origem do território e pode projetar-se por meio dele e, assim, limitar seu poder sobre o espaço. Para Haesbaert (2009), ainda que espaço e território sejam distintos, eles não podem ser separados, na medida em que sem espaço não há território.

Para Silva (2005), a abordagem numa perspectiva feminina acerca da produção do espaço, é considerada, por muitos, de menor importância na análise e discussão do espaço geográfico. E a utilização do conceito de gênero na Geografia deve considerar o que este é [...] “dinâmico, que constrói e é construído pelas experiências e vivências cotidianas espaciais a partir de representações” (SILVA, 2005, p. 42).

Com o pensamento orbitando esta temática, é possível expandir as possibilidades desse campo da Geografia, adquirindo novos olhares e novas percepções sobre o papel da mulher nos processos de (re) produção no território. A este respeito, Martínez et.al (1995) ressaltam que:

Existem, em linhas gerais, três grandes áreas na Geografia onde é fundamental o enfoque de gênero. São elas: “1) as relações existentes entre gênero e conceitos chave na Geografia como são o espaço, o lugar e a natureza; o espaço enquanto construção social e de gênero, o conceito de lugar e a importância que em sua definição introduzem as diferenças de gênero, a relação entre gênero e natureza (o meio ambiente em seu sentido amplo); 2) as diferenças territoriais nos papéis e relações de gênero; 3) o uso

e experiência diferenciais do espaço entre homens e mulheres, em distintas escalas: desde a escala local (utilização do espaço cotidiano, por exemplo) a global (movimentos migratórios transnacionais)". (MARTÍNEZ et.al.1995, p.18).

Percebe-se, então, que as experiências de luta em torno das discussões acerca de gênero, feminismo, dominação masculina e do papel da mulher nas relações no território são impulsionadoras de transformações além de territoriais, mas também culturais, simbólicas e representacionais. Como aponta Franco García (2004):

Significa também que o gênero condiciona a maneira como as pessoas experimentam o mundo, como interagem com os outros e quais oportunidades ou privilégios são oferecidos e negados. Neste sentido, um dos elementos fundamentais das relações de gênero é a maneira como se concretizam as relações de poder numa determinada formação social através da opressão (exploração, discriminação, marginalização, violência) e do privilégio (o poder sobre os outros). Todo isso caminha em um único sentido: questionarmos a respeito da diferente posição que homens e mulheres têm ocupado nos processos de produção do conhecimento (GARCÍA, 2004, p. 35).

A este respeito, Valenciano e Thomaz Júnior (2002) reiteram que:

Algo que nos parece muito claro, é que quando a mulher se insere na luta política, passa a possuir uma consciência de classe e assume uma "identidade", ou seja, a ideia de pertencimento a um grupo que compartilhe dos mesmos valores, símbolos, discursos, etc. Essa nova conformação traz ao estudo dessas mulheres novos elementos, visto que em face da subjetividade intrínseca nessas relações, teremos uma série de transformações que buscam em certa medida, superar a concepção arcaica do que é ser mulher, e aquilo que a ela é atribuído. Esses sujeitos sofrem diariamente a influência do discurso, de práticas e valores que vão construindo suas identidades, arranjando e desarranjando seus lugares sociais, sua forma de ser, de pensar, de agir na sociedade, enfim sua sociabilidade (VALENCIANO; THOMAZ JÚNIOR 2002, p. 02).

O protagonismo feminino no campo político e nos movimentos sociais é algo essencial, mas ainda assim, muitas vezes, inviabilizado, o que nos remete a pensar nas contradições existentes entre a importância da mulher no trabalho, quase sempre não reconhecido e na luta por direitos, dentro de um sistema dominante, que se apresenta injusto e violento.

CAPÍTULO 3

MOVIMENTOS SOCIAIS E SOCIOTERRITORIAIS NO CAMPO, LUTA PELA TERRA E A CONDIÇÃO DA MULHER NESSES ESPAÇOS

*... A mulher foi conquistando
Na construção da história
Respeito, dignidade
Conhecimento e vitória,
Direito de liberdade
Cidadania, igualdade
Espaço, poder e glória.
... Margaridas combativas
Las Mariposas unidas
Dhoroty dos excluídos
Rosas, Marias sofridas
Combatem forte a cobiça
Defensoras da justiça
Olgas, Anitas queridas...¹⁹*

A canção descrita que inicia este capítulo destaca a importância e a força da mulher dentro da luta na terra e, pela terra, *sem medo de ser mulher!* A partir disso, argumenta-se aqui, primeiramente, a respeito dos conceitos e processos históricos que definem os movimentos sociais e, também na perspectiva dos movimentos socioterritoriais.

Além disso, abordamos alguns aspectos a respeito da luta pela terra no país e, também, a representatividade feminina nesses espaços. Quando se compreende a discussão a respeito da divisão dos papéis sob a perspectiva do gênero, identifica-se a divisão sexual do trabalho, também no meio camponês, ou seja, temos a figura da mulher inserida nesse contexto, que além dos cuidados com a produção do seu quintal/lote/parcela que, muitas vezes, gera renda familiar, ocupa seu tempo também com os cuidados e afazeres domésticos e também com os filhos. Ou seja, a opressão do patriarcado se reproduz, em geral, também no meio camponês.

Ainda analisando o tema que envolve luta feminina pela terra e por direitos no campo, ressalta-se acerca da relevância da implementação das políticas públicas

¹⁹ Poema em Homenagens às Mulheres, de José Mourão.

voltadas especificamente para as camponesas, que trouxeram nas últimas décadas consideráveis contribuições à luta das mulheres, além de possibilitar alguns avanços para a melhoria das condições de vidas destas.

3.1 Trajetórias dos movimentos sociais e socioterritoriais no Brasil

Os movimentos sociais interagem com o processo de democrático do país e na trajetória de lutas por direitos da sociedade. Perpassam por anos e a cada nova geração se reestruturam de acordo com as necessidades da conjuntura vivida. Para Lakatos (1985) os movimentos sociais surgem das insatisfações e das contradições existentes, apresentando organização e continuidade. Thompson (1984) por sua vez conceitua movimento social como uma mobilização e organização de determinadas pessoas em torno de uma ação coletiva.

Fernandes (2005) sugere um olhar geográfico a respeito das ações e organizações dos movimentos sociais, propondo o conceito de movimento socioterritorial. A este respeito o autor aponta que:

(...) movimento social e movimento socioterritorial são um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade. Portanto, não existem “um e outro”. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica (FERNANDES, 2005, p. 31).

A partir das relações de poder existentes no território, o mesmo é marcado por conflitos e experiências, onde se expressam os movimentos e as ações populares. “Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios” (FERNANDES, 2005, p. 31). Então, os movimentos sociais são aqueles grupos coletivos que lutam por direitos, como de mulheres, negros, operários, etc. Os socioterritoriais, apesar de também serem sociais, são aqueles que tem como objetivo a luta pelo território, como de camponeses, indígenas, quilombolas, sem tetos, dentre outros.

Com a apropriação social do espaço originam-se territórios, que muitas vezes podem estar em disputa, sendo que [...] “os interesses conflitantes sobre o uso e a

ocupação de um mesmo território geram as disputas territoriais” (CLEPS JÚNIOR, 2010, p. 36). A este respeito, Cardona e Filho (2016) apontam que:

Esta conflitualidade faz referência às diversas formas de apropriação e uso que fazem do território os sujeitos que o constituem em um processo histórico. Compreender a conflitualidade parte de entender as contradições e desigualdades que se configuram no sistema social dominante e o modelo de desenvolvimento que se promove a partir os centros de poder (CARDONA, FILHO, 2016, p. 159).

Para Gohn (2000) alguns aspectos históricos são essenciais para conhecer a trajetória dos movimentos sociais e socioterritoriais no Brasil, como por exemplo, a história de índios, negros, pobres, camponeses, entre outros grupos que sempre se organizaram contra a opressão. A partir dessas mobilizações surgiram diversos movimentos e lutas no país, conforme descreve Gohn (2000):

Eis uma lista das lutas mais famosas no Brasil Colônia e na fase do Império: Zumbi dos Palmares (1630-1695), Inconfidência Mineira (1789), Conspiração dos Alfaiates (Minas, 1798), Revolução Pernambucana (1817), Balaiada (Maranhão, 1830-1841), Revolta dos Malés (Bahia, 1835), Cabanagem (Pará, 1835), Revolução Praieira (Pernambuco, 1847-1849), Revolta de Ibicaba (Estado de São Paulo, 1851), Revolta de Vassouras (Estado do Rio, 1858), Quebra-Quilos (Pernambuco, 1873), Revolta Muckers (Rio Grande do Sul, 1874), Revolta do Vintém (Rio de Janeiro, 1880), Canudos (Bahia, 1874-1897, massacrada pelas forças da República). Estes são alguns exemplos mais conhecidos até o século XX (GOHN, 2000, p. 15).

Após esse período, com o início da República e a substituição da mão de obra escrava pela assalariada, os objetivos e realidade das classes mudaram e com isso as reivindicações por direitos também. A este respeito a autora supracitada afirma que:

Nas duas primeiras décadas do século ocorreram revoltas da população reivindicando serviços urbanos, ou protestando contra políticas locais como a Revolta da Vacina (Rio de Janeiro, 1905), Revolta da Chibata (Rio de Janeiro, 1910), Revolta do Contestado (Paraná, 1912), ligas contra o analfabetismo (1915), ligas nacionalistas pelo voto secreto e expansão da educação (1917), revoltas contra o preço do pão, por feiras livres, contra a inspeção de bagagens nas estações de trens, contra a colocação de trilhos para os bondes (que retiravam o emprego dos carroceiros e quebravam os cascos das patas de seus cavalos), atos contra o desemprego e a carestia em São Paulo e Rio de Janeiro, etc. (GOHN, 2000, p. 16).

Gohn (2000) demonstra que nos anos 1920 surgiram movimentos das camadas médias da população urbana e revoltas de militares, também movimentos messiânicos e de cangaceiros na região nordeste do Brasil. O movimento articulado

pelas elites marcou a chamada Revolução de 1930, que objetivava um novo rumo para o país, visando torná-lo importante produtor agrícola. O período entre 1945-1964 foi marcado como o momento de regime populista e, a partir de iniciativas do Estado com objetivo de expandir economicamente, surgiu um novo e importante setor na classe operária, os metalúrgicos. A este respeito Gohn (2000) aponta que:

O Estado altera suas políticas e passa a criar condições para a instalação de indústrias multinacionais no país. Inicialmente, desenvolve políticas para o setor de energia, cria a Petrobrás; estradas, silos, armazéns, portos e usinas hidrelétricas são patrocinados pelo Estado. Constrói-se Brasília e inauguram-se as primeiras fábricas de automóveis. Um novo setor da classe operária surge no ABCD paulista: os metalúrgicos. Setores da burguesia industrial brasileira fizeram alianças com capitalistas internacionais (GOHN, 2000, p. 17).

A partir disso, ocorreu um período de intensas greves e mobilizações por parte desses trabalhadores e de outras classes originadas da pressão da época. No período da ditadura empresarial militar (1964-1985), os movimentos sociais se intensificaram a partir da organização de grupos de oposição a esse regime, principalmente a força estudantil, operária e os sindicatos (SCHERER-WARREN, 2005).

Em resposta a essas mobilizações, o regime militar sempre foi muito violento e repressor, com prisões ilegais, torturas, assassinatos, etc. A partir disso, os movimentos sociais vão se moldando, o que influenciou também na construção da Constituição de 1988, com destaque para outros importantes movimentos sociais no Brasil, nos anos 1990 como: [...] “dos indígenas, dos funcionários públicos – especialmente das áreas da educação e da saúde – e dos ecologistas” (GOHN, 2011, p. 343).

Para Ricci (1999), no meio camponês, as lutas foram e continuam sendo intensas e, juntas aos movimentos sociais conquistaram força. Um dos exemplos foram as Ligas camponesas, que surgiram por volta de 1945, num contexto marcado por um sistema de dominação que produzia a marginalização política e social do campesinato brasileiro.

Durante toda a história do Brasil, os camponeses foram mantidos à margem da sociedade, sobretudo por meio da violência e da expropriação da terra, que foram intensificados a partir do golpe militar de 1964. Como aponta Fernandes (2000):

O golpe significou um retrocesso para o País. Os projetos de desenvolvimento implantados pelos governos militares levaram ao aumento

da desigualdade social. Suas políticas aumentaram a concentração de renda, conduzindo a imensa maioria da população à miséria, intensificando a concentração fundiária e promovendo o maior êxodo rural da história do Brasil. Sob a retórica da modernização, os militares aumentaram os problemas políticos e econômicos, e quando deixaram o poder, em 1985, a situação do País estava extremamente agravada pelo que fora chamado de "milagre brasileiro". No campo, o avanço do capitalismo fez aumentar a miséria, a acumulação e a concentração da riqueza. Esse processo transformou o meio rural com a mecanização e a industrialização, simultaneamente a modernização tecnológica de alguns setores da agricultura. Também expropriou, expulsou da terra os trabalhadores rurais, causando o crescimento do trabalho assalariado e produzindo um novo personagem da luta pela terra e na luta pela reforma agrária: o bóia fria (FERNANDES, 2000, p. 5).

No campo, um movimento importante e atuante, é o Movimento Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), que surgiu no final da década de 1970 e é fruto do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro, o qual se espalhou por todo o país. De acordo com Fernandes (2000):

De 1979 a 1985, os trabalhadores sem-terra reuniram as principais lutas e fundaram o MST. Essas lutas foram realizadas no Centro-Sul e representaram o processo de formação do Movimento. Em janeiro de 1984, no município de Cascavel - PR, os sem-terra fundaram o MST e partiram para a construção de um movimento nacional. Com a realização do Primeiro Congresso em 1985, na cidade de Curitiba, abriram caminhos para a organização do Movimento nas regiões Nordeste e Amazônia, territorializando a luta pela terra. Nesse período de reconstrução da democracia no Brasil e início da Nova República, os camponeses sem-terra definiram a ocupação da terra como forma de resistência da luta camponesa (FERNANDES, 2000, p. 6).

O movimento tem como pauta principal a luta pela terra e por Reforma Agrária, pelo direito de produzir e de viver e, é resultado de duras e violentas reivindicações de trabalhadoras e trabalhadores sem-terra. Conforme demonstra Fernandes (2000):

Na década de 1990, principalmente desde a segunda metade, o MST tornou-se conhecido nacionalmente, bem como em diversos países. Todavia, infelizmente, esse conhecimento foi resultado muito mais dos massacres que os sem-terra sofreram do que necessariamente pela efetivação das reivindicações do Movimento. Em 1995, o massacre de Corumbiara em Rondônia e em 1996 o massacre de Eldorado dos Carajás no Pará, projetaram a questão agrária brasileira e seus principais protagonistas: os sem-terra. Por outro lado, o MST também se tornou conhecido pelas ocupações massivas de terra e pelo processo de ressocialização de parte da população excluída pelo modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária (FERNANDES, 2000, p. 34).

A expansão da atuação do movimento do MST foi essencial para a o acesso a conquistas no meio camponês, mesmo de forma lenta e desigual. Caldart (2001) salienta que:

A trajetória do MST foi sendo desenhada pelos desafios de cada momento histórico. À medida que os sem-terra se enraízam na organização coletiva que os produz como sujeitos, passam a viver experiências de formação humana encarnadas nesta trajetória (CALDART, 2001, p. 214).

Um outro exemplo de movimento de luta pelos direitos dos camponeses é a Comissão Pastoral da Terra - CPT. Foi fundada em 1975, em plena vigência da ditadura empresarial militar, como resposta à grave situação vivida pelos camponeses. Teve seu apoio na Igreja Católica, por isso o vínculo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e a se manter no período em que a repressão atingia agentes de pastoral e lideranças populares. Logo, porém, adquiriu caráter mais ecumênico, tanto no sentido dos trabalhadores que eram apoiados, quanto na incorporação de agentes de outras igrejas cristãs. (CASTELANO, 2015).

A CPT ainda hoje exerce um papel fundamental na luta pelos direitos dos trabalhadores do campo e, também, da permanência na terra. Prestando suporte por meio de cursos, oficinas e outras ações que tratam temas recorrentes ao dia a dia dos camponeses, como por exemplo, o cuidado com a produção de quintais agroecológicos, recuperação de nascentes, produção de adubos naturais, técnicas de plantio e colheita, etc. A assistência técnica que, muitas vezes, o camponês não recebe do órgão público responsável, acabando vindo de entidades como a CPT.

Na situação atual, ano 2022, temos encarado a deslegitimação e criminalização dos movimentos sociais, apresentando-os como “desordeiros”, muitas vezes, de cunho “terrorista”. Infelizmente, a maioria dos movimentos sociais, só se tornam manchetes na mídia quando ocorrem confrontos violentos.

3.2 Representatividade feminina na luta pela terra e divisão sexual do trabalho no campo

A expansão capitalista no campo, cuja lógica baseia-se na exploração privada da terra, da água e da força de trabalho, intensifica as contradições e as desigualdades sociais. Seus ideais refletem na concentração de riquezas e, no caso do campo, significa terra nas mãos de poucos. “O desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual” (OLIVEIRA, 1991, p. 18)

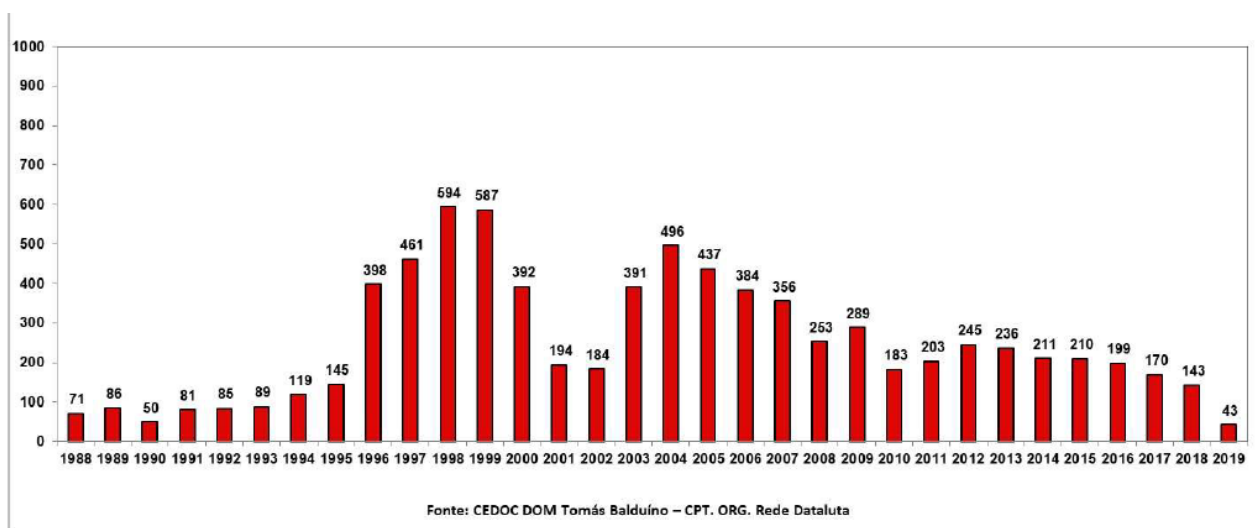
Para Fernandes e Girardi (2008), a ocupação de terras se tornou a principal estratégia dentro da luta pelo acesso à terra. Essas áreas ocupadas são principalmente latifúndios, terras devolutas e imóveis rurais onde leis ambientais e trabalhistas foram desrespeitadas, ou seja, as propriedades que, geralmente, são ocupadas não cumprem a função social da terra. Como apontam Fernandes e Girardi (2008):

A luta pela terra através das ocupações e a consequente criação de assentamentos rurais é uma forma de recriação do campesinato, o que pode ocorrer também através de arrendamento, meação, parceria ou compra da terra. As ocupações constituem um momento da luta pela terra. Como resposta às ações dos movimentos socioterritoriais, os governos criam assentamentos rurais que, em princípio, constituem a conquista da terra. Os assentamentos significam uma nova etapa da luta: o processo pela conquista da terra. Ainda é necessário conquistar condições de vida e produção na terra; resistir na terra e lutar por um outro tipo de desenvolvimento que permita o estabelecimento estável da agricultura camponesa (FERNANDES; GIRARDI, 2008, p. 77).

Fabrini (2001) também considera que os assentamentos e a efetivação do acesso à terra por famílias de trabalhadores são alcançados por meio da organização e mobilização social, as quais pressionam o Estado para atender suas reivindicações, ou seja, essas ocupações reforçam a luta pelo acesso à terra. Para Martins (1989), a resistência camponesa é mais do que a composição da luta pela terra, mas uma luta pela preservação do modo de vida particular do camponês.

A partir disso, quando analisamos os dados relativos a quantidade de ocupações no Brasil nos últimos anos, na Figura 19, percebemos que ocorre uma intensa diminuição nos números a partir das ações governamentais de base neoliberais e de repressão aos movimentos sociais. Esses números chegaram a apenas 43 ocupações no ano de 2019, vindas já de um histórico de queda nos últimos anos.

Figura 19: Número de ocupações de terra e retomadas (Brasil 1988-2019)



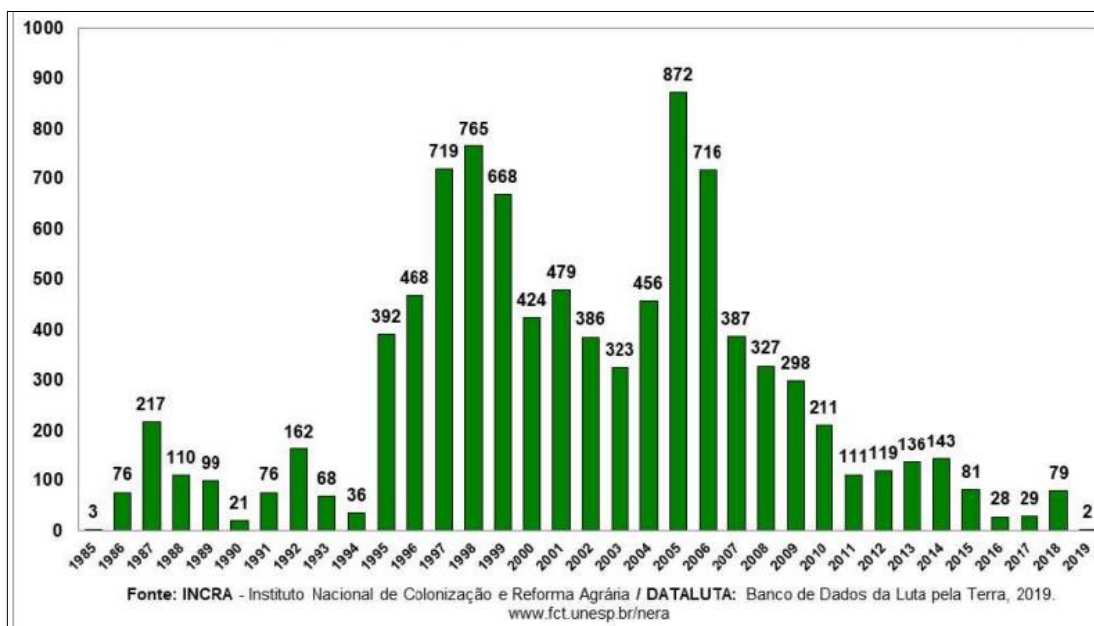
Fonte: Relatório DATALUTA (2019).

A presença de ocupações e assentamentos em todo o território brasileiro revela a trajetória das lutas no campo, afirma o debate a respeito da estrutura fundiária desigual. É importante ressaltar a desigualdade que existe no campo e no país como um todo, hoje o Brasil voltou a estar no Mapa da Fome²⁰ e vive tempos de insegurança alimentar para grande parte da população, o que se intensificou ainda mais durante a pandemia de COVID-19.

A implementação de novos assentamentos, conforme a Figura 20, no Brasil, desde a redemocratização, segue um padrão que aponta para uma maior efetividade nessas ações nos inícios de governos, seguindo-se a vertiginosa diminuição, além disso em muitos governos a criação foi extremamente baixa. Isso demonstra a relação dialética entre as demandas sociais no campo e a pressão política da elite agrária brasileira, que resulta na manutenção do *status quo* no campo.

Figura 20: Número de assentamentos rurais no Brasil – assentamentos criados entre 1985 – 2019

²⁰ O Brasil havia deixado o Mapa da Fome das ONU em 2013, quando apenas 3,6% dos brasileiros estavam em situação de insegurança alimentar grave. O IBGE confirmou que, em 2018, voltamos a ter 5% da população em estado de fome. Desde que a FAO-ONU publica o Indicador de Prevalência de Subalimentação, há pouco mais de 50 anos, somente durante o curto período de 2013 a 2017 o país esteve fora da relação dos países com 5% ou mais de sua população padecendo de fome. O estudo aponta que, em dezembro de 2020, a insegurança alimentar atingiu 59,4% dos domicílios brasileiros. 31,7% estão em situação de insegurança alimentar leve, 12,7% moderada e 15% em situação de insegurança alimentar grave. A situação é preocupante. (CARTA CAPITAL, 2021)



Fonte: Incra/ Relatório DATALUTA, 2019.

Sem dúvidas o ano de 2019 marcou a descontinuidade e a verdadeira extinção de políticas de desenvolvimento da agricultura camponesa. Houve a criação de apenas 2 assentamentos no território brasileiro. Percebemos então que as ações do governo atual agiram – e continua agindo, no sentido de barrar as conquistas dos movimentos sociais e socioterritoriais.

O uso e apropriação da terra para as ações para a expansão da agricultura capitalista, impulsionam as disputas territoriais. A partir disso, a CPT dispõe dados a respeito desses conflitos no campo, sendo ocasionados pela disputa por água, terra, direitos trabalhistas. Os dados levantados pela CPT foram divulgados no Caderno de Conflitos no Campo²¹ 2020, e apontam um ambiente de “guerra” no campo brasileiro, rodeado de violência e de insegurança. De acordo com este documento, [...] “os últimos dez anos totalizaram 10.077 ocorrências de conflitos por terra. Na década anterior – 2001 a 2010 –, foram registrados, no total, 6.050.” (CHAVES, 2021, p. 26). O ano de 2020 atingiu o recorde de 2.054 conflitos no campo, sendo a maioria por causa da disputa pela terra. Esses conflitos resultaram também em 18 assassinatos – dos quais sete das vítimas eram indígenas.

²¹ Caderno de Conflitos no Campo é organizado pela CPT, traz informações a partir de dados registrados pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CEDOC). Cada caderno é dividido por ano, ou seja, cada período compreende a um caderno, que é organizado em conflitos por terra, conflitos pela água, conflitos trabalhistas, violência contra a pessoa e manifestações.

No contexto interno da luta pela terra, encontramos o homem, a mulher, a criança, o idoso, ambos caminhando em busca da conquista desta. Mas precisamos atentar para os lugares ocupados por cada indivíduo nesta luta. Por exemplo, a figura da mulher constantemente é ligada apenas aos serviços domésticos e submissa, como esposa e mãe, sendo que, todavia, são capazes de desenvolver inúmeras funções e posicionamentos, tanto dentro do território do acampamento ou assentamento, quanto perante a sociedade política. Além disso, as decisões intrafamiliares e nos grupos coletivos, em geral, são comandadas e dadas pelos homens, relegando ao papel da mulher a condição de subalternidade.

A discussão de igualdade de gênero no meio camponês ainda não atingiu a mesma magnitude já atingida no meio urbano. São enraizados em um modelo tradicional, com costumes e cultura patriarcais, em que a mulher é considerada hábil apenas para atividades domésticas, conforme enfatiza Franco García (2004):

A separação entre homens e mulheres em distintas ocupações relaciona-se com as expectativas sociais em questão de gênero. As mulheres são vinculadas às tarefas relacionadas à reprodução e ao cuidado de outras pessoas e os homens àquelas atividades que demandam forma física e destreza ou habilidade analítica destacada e poder de mando. (FRANCO GARCÍA, 2004, p. 146).

“O ingresso da mulher na luta pela terra colocou-a não apenas diante da luta de classes, mas também diante do enfrentamento da questão de gênero. Isso se evidencia na questão do acesso à terra.” (SWEDHELER, 2015, p. 209) A mulher não quer uma posição especial, quer igualdade de direitos, sejam legais ou sociais. Isto também se estende à mulher camponesa, aquela que milita e reivindica seu direito a terra, que muitas vezes são as mais afetadas pelo preconceito no meio camponês. Rua e Abramovay (2000) descrevem:

As populações marginalizadas – principalmente os grupos mais pobres das áreas rurais, entre eles as mulheres rurais – são as que enfrentam maior dificuldade de acesso aos serviços de saúde, assistência, informação e educação, tornando-se mais vulneráveis, devido à exclusão social em que se encontram (RUA; ABRAMOVAY, 2000, p. 25).

Nesta situação, observa-se que para as mulheres, além da luta contra a marginalização e a pobreza, também há a luta contra o machismo e a subalternidade, que por sua vez, também redundam em desigualdade e injustiças para estas. Para Schwendler (2015), quando tratamos do papel da mulher, não nos referimos apenas

ao feminismo que se encontra cada vez mais em ação, mas sim à discussão de gênero dentro da luta social pela terra, já que as mulheres têm se tornado fundamental dentro do espaço de luta e também nos assentamentos ou acampamentos e, cada vez mais, têm ganhado voz para debater sua posição social e política.

Para Pinto e Fabrini (2021):

A unidade de produção familiar camponesa tende a manter o homem como chefe da família e responsável pelas tarefas produtivas, enfim, o homem aparece como o responsável pelo sustento da família, como se a existência da agricultura camponesa devesse ao homem. Às mulheres cabem tarefas reprodutivas, como o trabalho na casa, quintal, produção de alimentos para o sustento da família (PINTO; FABRINI, 2021, p. 219).

A verdade é que no campo reproduz-se as relações sociais e as divisões sexuais do trabalho presentes em outras dimensões da realidade. Franco García (2004) trata a questão da opressão de gênero dentro do aspecto da luta pela terra e, ressalta o quanto ser mulher é conflitante dentro de um sistema em que o papel do homem é dominante:

A opressão de gênero dificulta, e muito comumente impossibilita a plena participação das trabalhadoras na vida pública e política dos acampamentos e assentamentos rurais. Se bem que como classe a mulher é explorada igual a seus companheiros de luta, no entanto de forma desigual. O capitalismo se apropriou desigualmente da divisão sexual do trabalho e, à mulher, longe de emancipá-la. Assim, as mulheres assentadas e acampadas que vendem sua força de trabalho o fazem em condições desiguais em relação aos homens. A subvalorização da sua participação nas atividades produtivas implica remuneração inferior para as mesmas atividades. A evidência disso é que as diárias das acampadas que trabalham em assentamentos e fazendas, ou das assentadas que trabalham na roça em lotes vizinhos, são inferiores às recebidas pelos trabalhadores que desempenham as mesmas atividades durante as mesmas horas de serviço. A percepção do trabalho produtivo da mulher como complementar e subalterno é mais uma das barreiras de gênero que as assentadas e acampadas vivenciam no seu cotidiano (FRANCO GARCÍA 2004, p. 50, 51).

Esta estrutura social cria dificuldades para a participação das mulheres e reforça a dominação patriarcal. À medida que apresenta bloqueios para a formação de opiniões diferenciadas, impede a criação de espaços nos quais as mulheres possam discutir seus problemas. Apesar de que, na última década, as mulheres camponesas, assentadas, acampadas, ribeirinhas, indígenas e quilombolas, têm se organizado e conquistado seus lugares na luta pela terra. Sendo assim, é de grande importância investigar a trajetória de lutas destas mulheres, em específico as mulheres assentadas de reforma agrária, que a pesquisa trata em questão.

Para a concretização da discussão de gênero e o papel da mulher no âmbito da questão agrária no Brasil, um número considerável de trabalhadoras rurais, militantes do MST, se articularam numa estrutura organizativa específica, no caso o Coletivo de Gênero, que se define um espaço de poder que as identifica e impõe coletivamente, ganhando voz no meio de um movimento social liderado predominantemente por homens, é a luta por dentro da luta. Toda esta movimentação encoraja mulheres de todo os cantos a se mobilizarem e ganharem espaço no meio camponês. O departamento rural da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) foram as primeiras organizações em mobilizar as mulheres sob as bandeiras de reconhecimento e defesa dos seus direitos. Os movimentos femininos dentro da reforma agrária ganharam visibilidade com a concretização do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC-Brasil) (BONI, 2003). Boni (2003) ainda afirma que:

O Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) possui uma história de luta de quase três décadas. Neste percurso, muitas foram as suas reivindicações e bandeiras de luta, como as militantes camponesas costumam se referir. Percebemos, neste espaço de tempo, conquistas importantes no campo dos direitos trabalhistas, especialmente inserção das mulheres camponesas como seguradas especiais da previdência. (BONI 2003 p. 68)

Além desta forma de participação em movimentos sociais, as trabalhadoras rurais no Brasil incrementaram a sua visibilidade coletiva através do sindicalismo oficial, que também se tornou uma via de expressão da causa feminina, muitas vezes entrando em confronto com os próprios pares de gênero oposto.

Uma leitura feminista deste fenômeno nos leva a pensar o caráter discriminatório desta segregação dentro do movimento e da sociedade em geral. Conforme Boni (2003), o MMC - Brasil indica a vontade de superação desta segregação, que se apresenta de forma complexa na prática diária dessas militantes. A discussão nos faz pensar sobre papéis específicos gerados a partir do gênero, homem e mulher. As relações de poder, o preconceito com a mulher, o conservadorismo e a cultura do machismo são oriundos da imposição destes papéis. Por conta disso, no campo, onde observamos uma organização familiar baseada no patriarcalismo, existe uma resistência para abordagem do tema e, neste caso, discutir relações de gênero se torna algo superficial.

Uma outra importante mobilização das mulheres camponesas brasileiras é a Marcha das Margaridas, que ocorre desde o ano 2000 e reúne mulheres de todo o país. O evento acontece em Brasília, e, abrange temas do cotidiano feminino no meio camponês. Pelas ruas de Brasília, milhares de mulheres e homens, dos mais diversos setores da sociedade, sejam camponeses ou não, e de todo os lugares do país, “marcham junto às margaridas”.

Por conta pandemia, a marcha de 2020 aconteceu de forma remota, sendo a de 2019, na Figura 21, a última presencial, até então. Esta edição teve como lema “*Da luta nós não fugimos!*” Trazendo referência a grande inspiração e exemplo que foi Margarida Maria Alves, uma paraibana que lutava junto aos movimentos sociais reivindicando os direitos dos povos do campo e que foi brutalmente assassinada na porta de sua casa. Margarida foi uma de tantas mulheres que perderam suas vidas na luta.

Figura 21: Marcha das Margaridas (2019)



Fonte: Trabalho de campo (2019) Autor: Anna Lígia Alves Coelho.

As mulheres trabalhadoras do campo exercem papel fundamental na produção da agricultura, pois quando analisamos o contexto a divisão sexual do trabalho no campo percebemos as tarefas domésticas geralmente não são reconhecidas como

trabalho e mesmo a mulher participando do trabalho produtivo, isso é muitas vezes visto somente como uma “ajuda” (SCHWENDLER, 2015). A este respeito Quaresma (2015) afirma que:

As mulheres não se reconhecem nem são reconhecidas como trabalhadoras, pois essa divisão invisibiliza o trabalho feminino nas atividades produtivas, sempre considerado como uma “ajuda” ao trabalho do homem na roça, além de não reconhecer o trabalho doméstico, que permite a reprodução da força de trabalho familiar, principal característica da agricultura familiar camponesa (QUARESMA, 2015, p. 36).

Para Pinto e Fabrini (2021):

O trabalho reprodutivo da mulher é considerado na família camponesa uma colaboração ou ajuda ao homem, principalmente porque possui valor-de-uso. Mas, a produção de valor-de-uso, não tipicamente capitalista, se comunica com a produção de valor-de-troca do trabalho produtivo. Portanto, o trabalho reprodutivo das mulheres que possui valor-de-uso, um trabalho não-capitalista, é fundante para geração de valor-de-troca, produção de mercadorias e acumulação de capital (PINTO; FABRINI, p. 219, 2021).

É preciso acrescentar ainda que o trabalho feminino é fundamental na reprodução social e na manutenção da família e, por extensão, da unidade de produção camponesa. A divisão sexual de papéis nesta realidade, não aparece apenas na questão do trabalho, mas no conjunto do cotidiano, ou seja, nas relações sociais que se estabelecem no território. A este respeito, Paulilo (2006) afirma que:

La categoría "trabajo", sea remunerado o no, ha sido relevante para el pensamiento feminista. Considerar como trabajo las numerosas actividades desarrolladas por las mujeres en el hogar y en las pequeñas propiedades agrícolas fue una forma de volverlas visibles y más valorizadas. En relación con el trabajo remunerado, éste fue considerado fundamental, pues, en una sociedad donde casi todo se compra, el acceso de las mujeres a alguna forma de ingreso propio podría hacerlas más independientes del marido y otros participantes en las decisiones que atañen al grupo doméstico y a la sociedad (PAULILO, 2006 p. 176).

Federici (2019) salienta a importância da terra para o trabalho das mulheres e o quanto a produção do campo é essencial para a manutenção de ciclos alimentares em todo o mundo. A este respeito a referida autora ressalta que:

A terra é a base material para o trabalho de subsistência das mulheres, que por sua vez é a principal fonte de “segurança alimentar” para milhões de pessoas no planeta. Nesse contexto, volto-me para as lutas que as mulheres estão realizando em todo mundo não somente para se reapropriar da terra,

mas também como forma de impulsionar a agricultura de subsistência e o uso não comercial dos recursos naturais (FEDERICI, 2019, p. 279).

As camponesas exercem papel de destaque na produção de alimentos, no manejo e conservação da biodiversidade no campesinato e contribuem decisivamente na geração de renda familiar. Representam a resistência da mulher trabalhadora do campo que, mesmo vivendo sob às contradições da sociedade patriarcal, buscam exercer seu lugar de fala e representa idade na luta pela terra.

3.3 A implementação e o acesso a políticas públicas específicas para as mulheres do campo

Gelinski e Seibe (2008) consideram as políticas públicas um conjunto de programas ações desenvolvidas a partir do Poder Público e que devem ser criadas para atender a sociedade como um todo, sem seleção de grupos. Rapozo (2019) aponta que a luta das mulheres no campo não é algo recente, que sempre existiu por meio de levantes populares, como por exemplo, marchas, movimentos socioterritoriais, manifestações, greves, dentre outros. Dentre as estratégias adotadas por esses grupos no enfrentamento das desigualdades de gênero, destacam-se a luta pela sindicalização. A autora ainda destaca que:

Ainda no período da ditadura civil-militar algumas mulheres assumiram o protagonismo da luta contra os latifundiários e por direitos sociais, políticos e trabalhistas no campo e na cidade. Mulheres camponesas como Elizabeth Teixeira, Margarida Maria Alves, Maria da Penha, entre outras deixaram um legado de luta contra os fazendeiros, latifundiários e por direitos a Reforma Agrária, sindicalização para mulheres, luta contra a violência, e por direitos políticos e melhores condições de vida no campo. Desde a década de 1980 as mulheres camponesas, em escala nacional, protagonizam um movimento de ressurgência tendo inicialmente como pauta a participação política, sindicalização como trabalhadora rural, documentação e direitos previdenciários. A Constituição de 1988 quanto instrumento da democracia cidadã garantiu e ampliou direitos políticos e seguridade social através da aposentadoria (RAPOZO, 2019, p.5).

A partir disso, houve alterações nos aspectos legais no período de redemocratização do Brasil, com a inclusão do direito das mulheres camponesas aos direitos na Constituição Federal de 1988. “Pode-se afirmar que foi a primeira vez que as mulheres rurais foram incluídas em um marco normativo que traduz direitos específicos.” (FILIPAK, 2017, p. 153). Do ponto de vista histórico, a questão da mulher

camponesa nas ações institucionais do Estado, por meio da efetivação de políticas públicas, não ocupou muito a agenda pública antes dos anos 2003, praticamente nada. Filipak (2017) afirma que:

Foi em 2003 que foram criadas institucionalidades no Estado capazes de traduzir direitos conquistados pelas mulheres e demandas em agendas públicas através de políticas públicas. Nesse ano instituiu-se a Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República (SPM/PR). No mesmo período criou-se de forma descentralizada algumas poucas áreas específicas de gênero dentro de outros Ministérios do Governo Federal. No Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA foi criada uma área com o objetivo de articular e promover ações específicas para as mulheres rurais, colocando a meta da igualdade entre homens e mulheres como agenda na construção de um rural com desenvolvimento sustentável e solidário (FILIPAK, 2017, p. 153).

Sendo assim, as trajetórias de políticas públicas voltadas para as camponesas vão sendo direcionadas, inclusive em esfera municipal, estadual e federal. Como aponta Rapozo (2019):

Para articular as forças, vozes e trocas de experiências das mulheres camponesas, na região Nordeste, por exemplo, houve a ressurgência e criação de articulações, grupos e movimentos de mulheres rurais de identidades e territórios distintos que tinham em comum, a luta por melhores condições de vida para mulheres e homens no campo. Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MTR), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) esses e outros movimentos tinham como pauta o reconhecimento da mulher como sujeito político, luta por direitos e contra todo e qualquer forma de submissão, opressão e violência contra a mulher. Nesse contexto, os grupos e associações de mulheres camponesas na maioria dos casos são responsáveis pelo dinamismo da sociabilidade e por pautar e organizar a luta em escala comunidade/local (RAPOZO, 2019, p. 6).

Em 2003 foi criado junto ao hoje extinto MDA - Ministério Desenvolvimento Agrário e o PPIGRE - Programa de Promoção de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, que levantava o debate a respeito da garantia de que 30% dos recursos de crédito rural da Agricultura Familiar e Reforma Agrária fossem destinados, especialmente, às mulheres. Todavia, como resultado da falta de ações institucionais para as pautas relacionadas ao gênero, essa meta não se cumpriu nesse momento (FILIPAK, 2017, p. 153).

Butto (2011) aponta que, no âmbito do MDA, também foi criado o chamado Programa de Ações Afirmativas, o qual tinha ações financiadas internacionalmente e que resultaram na criação de uma assessoria voltada para a elaboração de medidas

para facilitar o acesso das mulheres às políticas de desenvolvimento rural. “As ações nesse período restringiram-se à edição de portarias voltadas para a ampliação da concessão do crédito às mulheres, a promoção de estudos, que não chegaram a se “efetivar” (BUTTO, 201, p. 16).

Também em 2003 foi criada uma nova linha de ação do PRONAF (Programa Nacional Agricultura Familiar), denominado PRONAF MULHER, que atendia interesses e ações nessa área no plano safra 2003/2004, com a instituição de um sobreteto de 50% sobre o valor total para o grupo familiar. Além dessa iniciativa, Butto (2011) ressalta que:

Como uma importante iniciativa para dialogar de forma permanente e qualificada sobre o tema entre governo e sociedade civil, instituiu-se o GT Gênero e Crédito. Nesse ambiente, diagnosticaram-se as limitações que as mulheres encontravam àquela época para ter um acesso ampliado e qualificado ao Pronaf, debatia-se a limitada autonomia econômica e a restrita possibilidade de gerenciamento dos recursos que são fruto do trabalho das mulheres, uma vez que estas não dominam os espaços de gestão e comercialização da sua produção, falta-lhes a documentação pessoal básica e tinham restritas possibilidades de oferta de garantias como contrapartidas ao crédito. Também se discutia o desconhecimento do endividamento da família e o consequente impedimento gerado para o acesso delas ao crédito. Além disso, instrumentos de operacionalização do próprio crédito Pronaf, tal como a Declaração de Aptidão – DAP, que vem a se constituir no cadastro da agricultura familiar e que habilita o acesso às políticas da área – foi diagnosticada como barreira poderosa ao acesso ao crédito pelas mulheres, já que instituíam apenas um titular como representante da família na habilitação para o crédito. Num contexto de desigualdades de gênero, essa medida acabava resultando na representação das famílias somente pelos homens (BUTTO, 2011, p. 17).

Logo o PPIGRE tornou-se a Assessoria Especial de Gênero, Raça e Etnia (AEGRE), que lançou em 2004 o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, voltado para o fornecimento gratuito de documentação civil básica para mulheres trabalhadoras rurais, indígenas e quilombolas. Outros programas também incluíram as trabalhadoras do campo, como o Programa Fome Zero, que deu às mulheres a preferência na titularidade do Cartão Alimentação e do Bolsa-Família (HEREDIA; CINTRÃO, 2006, p. 18).

Então, no período de 2003 a 2015 as mulheres ganharam mais espaço na agenda política do Governo Federal por meio da implantação de políticas públicas com enfoque de gênero. A este respeito, Rapozo (2019) aponta que:

O MDA e a DPMR em diálogo com os movimentos de mulheres e sociedade civil desenvolveram um conjunto de ações e políticas públicas voltadas

especificamente para as mulheres camponesas, tais como; Políticas de Participação Social no Desenvolvimento Territorial; Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR); Programa Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais; Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para Mulheres, Titulação Conjunta da Terra; Pronaf Mulher e outros. Para o acesso a direitos plenos como cidadã as estruturas organizativas do Estado, em instância diversas, tiveram que se adequar as novas necessidades das políticas inclusivas de gênero da agenda de políticas para as mulheres camponesas. Os formulários e sistemas foram do INCRA, por exemplo, tiveram que ser atualizados para incluir a mulher como beneficiária titular independentemente de sua condição civil (RAPOZO, 2019, p. 10-11).

E Butto (2011) também ressalta que:

Além disso, houve uma importante mudança no modo de gestão. Um caráter participativo passou a ser adotado nos programas, seja através da constituição de um Comitê Permanente de Promoção da Igualdade no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, seja através dos Comitês Gestores do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, e do Programa de Organização Produtiva, além do Grupo de Trabalho de Gênero e Crédito e da realização de inúmeros eventos nacionais, regionais, estaduais e municipais para promover a sua difusão e avaliação das políticas públicas, promovendo um reforço no modo de governar em permanente diálogo com as organizações dos movimentos sociais de mulheres e da sociedade civil de forma mais ampla (ONG's, redes de produção, acadêmicas, etc). Estratégia que se aprofunda com a gestão democratizada das políticas através do Programa Territórios da Cidadania (BUTTO, 2011, p. 18).

De acordo com Butto (2011), no que se refere à capacitação das mulheres, quando a assistência técnica e extensão rural passou a ser uma atribuição do MDA, em 2003 e que se constituiu a Política e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PRONATER, procurou-se acrescentar a discussão de gênero para a pasta. A partir disso foram criadas iniciativas e estratégias que atendessem às mulheres e suas necessidades de assistência técnica no campo, elas passaram a contar com representantes no Comitê de ATER do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), órgão consultivo do PRONATER. A partir disso, capacitaram-se mulheres rurais e extensionistas e foi criada a Rede ATER para Mulheres, a qual responsável pela articulação de representantes de instituições governamentais e outras organizações de mulheres que prestam serviços de assistência técnica e extensão rural. Butto (2011) ainda ressalta que:

Para fortalecer a organização da produção e a comercialização das atividades econômicas que envolvem as trabalhadoras rurais, importantes passos foram dados pelo Governo Federal. Os movimentos de mulheres, especialmente a segunda edição da Marcha das Margaridas, demandava a

elaboração e implementação de um Programa Nacional de Valorização e Melhoria da Qualidade da Produção das Mulheres com foco no gerenciamento, comercialização, legislação sanitária, inovações tecnológicas e crédito. Em resposta, o Governo Federal constituiu inicialmente o Projeto de Apoio aos Grupos Produtivos de Mulheres Rurais. Tratava-se de uma estratégia de elaboração de diagnóstico e plano de ação com apoio de assessoria técnica especializada e acompanhamento para acessar às políticas públicas do MDA. A partir da realização do I Encontro Nacional de Grupos Produtivos de Mulheres Rurais, durante a Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária – FENAFRA, em 2006, constituiu-se o Comitê Consultivo Nacional, que acompanhou uma ação piloto de apoio à projetos apoiados pela AEGRE e em 2007, já com uma ampliação de parcerias, outros foram apoiados, com um investimento que somou mais de 2 milhões de reais (BUTTO, 2011, p. 23).

A partir disso, como resultado de um conjunto de ações, reivindicações e movimentos, instituiu-se o Programa Nacional de Organização Produtiva de Mulheres Rurais. O mesmo tinha como objetivo fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, desde conhecimentos técnicos à troca de saberes e aspectos culturais. Esse programa integrava também as políticas ofertadas pelo Programa Territórios da Cidadania.

O Golpe de 2016, trouxe consigo medidas que prejudicaram os povos do campo, as quais atingiram de forma negativas assentados, acampados, ribeirinhos, comunidades tradicionais e indígenas, [...] “levando o país para tempos de insegurança e violência no campo” (CLEPS JR., 2018). Esse momento foi marcado por várias ações contra os povos do campo, conforme aponta De Paula (2020):

A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que era responsável por desenvolver políticas como o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), merece destaque ainda a extinção da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SPM) que, articulada com o MDA, era responsável pelo Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia, que elaborava e executava políticas de assistência técnica e documentação para as mulheres rurais (sem a documentação as mulheres não têm acesso aos direitos trabalhistas conquistados na década de 1990) (DE PAULA, 2020, p. 6).

Em 2018, com a eleição do governo Bolsonaro que, desde sua campanha, deixou claro sua posição contrária em relação ao povo camponês, já no governo concretizou esse pensamento por meio da paralisação total da implantação de Projetos de Assentamentos Rurais e da intensa perseguição e repressão aos movimentos sociais e socioterritoriais do campo. Entre os ataques impostos à classe trabalhadora está o desmonte das conquistas históricas em torno da Previdência Social.

A atual conjuntura política traz à tona as preocupantes iniciativas contra o trabalhador do campo, que vive da agricultura camponesa, e que colabora diretamente com a produção de alimentos do país.

CAPÍTULO 4

ARANDO A LUTA, SEMENADO A RESISTÊNCIA E COLHENDO OS FRUTOS DA TERRA: FORÇA E TRABALHO DA MULHER CAMPONESA NO PROJETO DE ASSNETAMENTO CAFÉ ABELHA

*Mulher camponesa
Desata a alegria
Do teu ventre
Que o teu silêncio grite
E espalhe sua semente!
Ocupa o ar
Com teu boné vermelho
E marcha
Sobre as terras
Que invadiu o latifúndio!
Não há maior vitória
Que dar à luz
Do outro lado
Da cerca derrubada
À luz das terras
Recuperadas!²²*

Neste capítulo busca-se compreender a vida da mulher assentada, a partir de sua experiência na lida com a terra e suas trajetórias de vida. A pesquisa de campo utilizou-se de fontes orais, ou seja, as entrevistas com as assentadas do Assentamento Café Abelha. Compreendeu-se este momento como uma oportunidade de entender o modo de vida das mesmas, tendo em vista que estudar esse tema é fundamental para analisar a questão da visibilidade das mulheres camponesas. Destaca-se neste capítulo as histórias contadas pelas assentadas, momentos de incertezas enquanto acampados e de esperança quando alcançaram a terra. Também averiguou-se como está o papel e a questão da mulher neste Projeto de Assentamento Rural situado no município de Doverlândia-GO.

4.1 Troca de saberes, lidas e trajetórias: as assentadas do Café Abelha

²² Poema 15, de Carlos Pronzato “19 Poemas Sem Terra”.

Uma das principais preocupações na execução desta pesquisa, além de contribuir com o meio científico, foi também buscar construir, um conhecimento acessível e que possa trazer maior visibilidade para a questão das mulheres assentadas. A partir disso, procurou-se conhecer e compreender as trajetórias de resistências destas mulheres, dando ênfase aos desafios que enfrentaram pela condição de serem mulheres e, simultaneamente, também trabalhadoras.

Nas longas conversas, distraídas e tomadas por lembranças, transpareceram as trajetórias de vida das assentadas do Projeto de Assentamento Café Abelha. As trocas de saberes e experiências estruturam a pesquisa aqui redigida.

E essas mesmas trocas estabelecem uma relação entre o meio científico e os povos do campo. As falas de fontes orais são fundamentais para entender a vida e histórias das assentadas. A este respeito, Almeida (2003) ressalta que:

Uma das premissas importantes no trabalho com fontes orais é a de que estas têm ainda se constituído no caminho por excelência da história das classes oprimidas, logo que as mesmas permitem às “pessoas comuns” contarem sobre fatos que, na maioria das vezes, são inéditos no tocante à história das classes não-hegemônicas, verdadeiras “áreas inexploradas”. Isto significa dizer que as classes dominantes têm uma tradição escrita que permite deixar um abundante registro, ao contrário das demais classes. Entendemos ainda que, embora o trabalho com fontes orais não seja para nós um instrumento de “conscientização política”, ele permite a superação da pretensa prática da neutralidade na pesquisa (ALMEIDA, 2003, p. 39).

A rotina da mulher assentada é sempre o tocante do trabalho camponês. A lida com a terra, animais, afazeres do campo, são comumente destacados. O termo lida é bastante utilizado entre os camponeses e tem uma multiplicidade e complexidade de significados e compreensões, de forma que aqui se refere a rotina e trabalho na roça, como apontam Ebling et.al. (2015):

O termo ‘lida’ remete às atividades rotineiras desenvolvidas pelas mulheres assentadas, as quais envolvem as tarefas domésticas e o trabalho rural (atividades de agricultura e pecuária) na busca de subsistência. Como essa foi uma expressão marcante ao longo das entrevistas e dos diálogos estabelecidos com as assentadas, fomos em busca de seus muitos significados. Lida pode ser compreendida como a ação de lidar, como labor, faina, trabalho prolongado, acúmulo de serviços, azáfama, pressa, grande afã. Essa multiplicidade de significados nos propiciou pensar sobre o cotidiano de todos os indivíduos na sociedade, em que nos vemos compelidos a ‘lidar’ cada vez mais para dar conta das numerosas demandas geradas pelo progresso científico e tecnológico, pela complexificação do mundo do trabalho, pela globalização. Enfim, o cenário contemporâneo configura-se pela complexidade de relações, em que as pessoas parecem estar em permanente corrida atrás de promessas sempre novas da indústria e da cultura (EBLING et.al., 2015, p. 585).

A resistência da mulher assentada é refletida de vários modos, até porque estas são marcadas por trajetórias múltiplas, como afirma Farias (2011):

Durante o contato com as mulheres de assentamentos, observamos muitas formas de resistência, desde as mais sutis demonstradas por meio de olhares, ou ainda, o controle da organização de festas, a feitura da alimentação, as reuniões entre mulheres para confecção de trabalhos manuais, a participação em reuniões organizadas por movimentos sociais ou outros grupos institucionais ou governamentais, dentre outros. Nesses momentos, elas se juntam, conversam, socializam experiências e saberes, isso porque, ao permanecerem juntas extrapolam os objetivos iniciais, como, por exemplo, fazer a comida. Os diálogos tomam rumos inusitados e, em várias ocasiões, trazem a intimidade para o grupo, pois as mulheres se sentem seguras entre outras mulheres com experiências comuns ou diferentes, podendo se aproximar ou demonstrar possibilidades não percebidas (FARIAS, 2011, p. 96).

As assentadas no Projeto de Assentamento Café Abelha chamam a atenção pela sua capacidade de organização e mobilização umas com as outras pelo fato de que muitas tomam frente à muitas mobilizações na liderança do grupo. Interagir com elas durante as visitas foi, de fato, ponto primordial desta pesquisa. Um dos pontos importantes a serem destacados a partir das entrevistas, são as origens das assentadas. Cada uma traz consigo sua própria trajetória de luta, a qual se encontra em algum momento dentro do território do assentamento. São mulheres que vêm da cidade, outras que já têm experiência com o campo, outras que passaram boa parte de suas vidas vivenciando a luta pela terra. A este respeito, uma das entrevistadas descreveu que:

Eu vim de Goiânia, com duas filhas pequenas e meu esposo, pra Doverlândia e então a gente foi pro acampamento, foi uma mudança e tanto... E lá a gente ficou acampado uns seis meses no Nossa Senhora Aparecida... Desde sempre eu tive o sonho de vir pro campo, mas acampar foi uma experiência bem difícil na nossa vida, mesmo que a gente tenha ficado por pouco tempo, em relação a outros que ficaram durante anos e anos nos acampamentos daqui ...²³

Informação verbal, Dona Maristela, 59 anos, pesquisa campo realizada em 2021.

A maioria das depoentes relatou que são de municípios próximos e revelam o desejo de permanecer vivendo, trabalhando e produzindo na terra. Mesmo as

²³ As reticências são utilizadas para indicar pausas, momentos de reflexão e de emoção demonstrados pela depoente. Ao realizarmos as transcrições dos depoimentos, optamos por corrigi-los parcialmente, priorizando o vocabulário das assentadas, mas, também, se atentando à compreensão do leitor.

mulheres que não estiveram acampadas por determinado período, demonstram o apreço a luta pela terra e entendem o sentido de estar acampada. Uma outra assentada descreve que:

Eu vim de Iporá pra Doverlândia e então conheci meu esposo, na época ele já era assentado aqui, logo eu vim pra cá também... Eu nunca fiquei acampada, mas acompanhei de perto a luta de muitos, inclusive aqui no assentamento. Quando cheguei aqui no lote tinha só uma casinha, com o tempo que a gente foi conseguindo mais coisas. Aí a gente alugou aqui o pasto e com o dinheiro a gente foi comprando mais animais e melhorando aqui, foi de pouquinho em pouquinho mesmo, nisso já tem 18 anos que tô aqui... Eu não penso em sair daqui, sempre gosto de viajar em excursão, mas sempre volto pro meu cantinho... Meu esposo nem gosta de sair pra viajar (risos)

Informação verbal, Dona Joana, pesquisa campo realizada em 2021

Já outra assentada, adquiriu a parcela por meio de compra, e descreve que:

Eu vim pro assentamento em 2009, a gente teve a oportunidade de adquirir a parcela aqui. Eu morava na cidade e era manicure, aí meu marido insistiu pra gente vir pra cá, eu ainda não tinha pensado nessa hipótese, apesar de que minha família sempre foi sem-terra... A senhorinha que morava aqui precisava ir pra cidade pra fazer um tratamento, aí vendemos a casa da cidade e compramos aqui.. Nós fomos de casa em casa pra pegar a autorização de todo mundo pra gente poder ficar aqui, acabou que conhecemos todo mundo e fomos muito bem recebidos. Meu pai já teve acampado com o pessoal daqui mas acabou indo pra outro assentamento... Quando eu era criança eu lembro dos meus pais carregando aqueles bacuris pra poder levantar o barraco no acampamento... lembro de pouca coisa, mas essas imagens parece que ficaram gravadas... hoje eu não sei se conseguiria acampar... ainda mais a gente que é mãe, é muito difícil... Eu tiro o chapéu pra quem ainda tá acampado!

Informação verbal, Dona Marisa, 49 anos, pesquisa campo realizada em 2021

Os períodos de acampamento são vivenciados de formas diferentes por cada depoente. Muitas relatam as experiências tensas que tiveram, fosse em confronto com policias ou com fazendeiros. Todas compartilharam da luta pela conquista da terra e isso se tornou um elo entre elas. Outra assentada relatou que:

Durante a minha vida eu fiquei uns dez anos acampada junto com meu marido. Aqui no nossa Senhora ficamos desde o começo, uns seis meses e foi até tranquilo... Já tive em acampamento de ter conflito direto com a polícia e com jagunço de fazendeiro... a gente vivia no medo e na incerteza. Aqui a gente as vezes mudava de lugar por conta dos mandatos, mas sempre resistindo... a gente sempre acreditou muito que essa terra ia sair pra nós...

Informação verbal, Dona Rita, 56 anos, pesquisa campo realizada em 2021.

Muitas assentadas ficaram durante muitos anos em situação e acampamento. São sempre momentos de lembranças tristes, marcantes, mas, também, de alívio pela conquista da terra. Uma das depoentes se emocionou ao relatar que:

Eu tô com 64 anos, tô pra fazer 65 já, e maior parte da minha vida foi na luta. Sou uma das primeiras assentadas aqui no Café Abelha. Antes daqui eu já tinha ficado acampadas em outros lugares... Já tive até em acampamento do MST, era bem organizado, mas foi em outro estado... Aqui em Goiás teve a oportunidade de vir aqui pro nossa Senhora Aparecida, e a gente aproveitou... Aqui a gente ficou até pouco tempo, comparado a muitos outros por aí, até aqui da região mesmo. Graça a Deus saiu essa terrinha... Mas olha, a vida no acampamento é difícil demais, chegar a ser triste quando lembro da época....

Informação verbal, Dona Rosa, 64 anos, pesquisa campo realizada em 2021

Outras mulheres tiveram a experiência de trabalhar para fazendeiros, geralmente acompanhando seus maridos no trabalho com a terra. A incerteza do que virá no outro dia em um acampamento é algo muito lembrado pelas depoentes, assim como ressalta uma delas:

A gente sempre trabalhou em fazenda dos outros, e então resolvemos lutar pelo pedacinho de chão pra viver, morar, produzir, trabalhar, foi quando ficamos acampados... Aqui no Nossa Senhora Aparecida a gente ficou uns seis meses e na luta. Mas no final conseguimos nossa vitória, que é nosso pedacinho de chão. Mas enquanto a gente tá acampado a gente vive na base da incerteza, sem saber se vai ter onde ficar no outro dia, enfim, era muito duro...

Informação verbal, Dona Cida, 61 anos, pesquisa campo realizada em 2021.

Todas as histórias, origens, trajetórias de vida, experiências, foram cruciais para compreender a vida das mulheres assentadas no Café Abelha. O cotidiano das relações no assentamento reflete a identificação de intensa luta e trabalho destas mulheres.

As visitas e os momentos de troca de saberes foram fundamentais para uma construção de base crítica e que dialoga com a estrutura social, neste caso, a partir da posição de mulher assentada. Essa condição, enquanto trabalhadora camponesa e ao mesmo tempo de mulher subjugada num universo patriarcal e opressor, reflete claramente o gênero da divisão do trabalho com a terra, afazeres domésticos e na renda familiar. Mesmo num ambiente de movimento social e assentamento as raízes patriarcais e opressão permanecem.

4.2 Da cerca ao lote: lutar não foi em vão

Os barracos de lona suspensos em pedaços de madeira, geralmente de troncos de árvores, são os elementos predominantes na paisagem comumente encontrada nos acampamentos de luta pela terra. A experiência de estar acampada é extremamente forte e significativa nas memórias das assentadas, já que a precariedade das condições da pessoa acampada impõe muitas restrições, desconfortos e dificuldades aos que lutam pela terra.

Para Caldart (2004), romper a cerca é um momento simbólico e de transformação para a camponesa e o camponês. É nessa transição que o indivíduo começa a se reconhecer como conquistador daquilo que era almejado: a terra. Deste modo, o indivíduo passa a ter a oportunidade de escrever um novo capítulo de suas histórias.

Nos acampamentos a divisão de tarefas a partir do gênero fica ainda mais visível. Geralmente, são os homens que saem para trabalhar nas redondezas do acampamento - no caso em fazendas vizinhas como diaristas ou trabalhadores temporários - enquanto as mulheres permanecem no território para “segurar a vaga” e se dedicar aos afazeres domésticos, como preparar a comida e lavar as roupas. Franco García (2002) reflete a respeito das condições do território do acampamento e ressalta que:

Nos acampamentos rurais a divisão das funções de gênero está condicionada pelo seu caráter temporal. Acampar significa ocupar coletiva e organizadamente um espaço visando conquistar a terra. O acampamento é o momento entre a ocupação e a posse do lote. E também é o território de barracos de lona e despejos, da organização e gestão coletiva, das assembléias, do trabalho comunitário, da militância ativa e da resistência. A sua dinâmica implica o desenvolvimento por parte de cada um dos seus membros de uma função. Isto faz que as acampadas exerçam diferentes papéis. A associação da mulher à esfera privada/doméstica/reprodutiva não é identificada na mesma medida que para a mulher assentada (FRANCO GARCÍA, 2002, p. 04).

A experiência dentro de um assentamento é sempre lembrada e tomada por inseguranças e medos, de acordo com os relatos das assentadas. Muitas estiveram acampadas em outros lugares com outros grupos de organização e, na maioria das vezes, retratam de forma clara as dificuldades vivenciadas. Uma das assentadas, que está desde o começo da luta pela terra que hoje pertence ao Assentamento Café Abelha, descreve que:

Eu tô aqui no Café Abelha desde o comecinho... fiquei acampada foi muitos anos antes de conseguir minha terrinha aqui. Foi uma experiência difícil demais pra gente, muito sofrida, sabe?! A gente ganhava umas cestas (cesta básica de alimentos), eu acho que vinha do INCRA... lá no acampamento ficava eu, meu esposo e meus três filhos... Em um barraco de lona... a gente ficou numa terra ali perto da Ponte Branca, mas logo saímos porque a gente viu que a terra não ia sair... então as famílias se espalharam e a gente veio aqui pro acampamento. Nesse aqui a gente ficou uns 7 meses.... lá a gente nunca chegou a ter conflito direto com polícia, mas era sempre difícil ficar lá porque a gente tinha medo né... dormia e acordava com medo do que podia acontecer, ainda mais a gente que tem filhos...

Ai quando a gente tava lá meu marido saía pra trabalhar nas roça perto, procurando bico pra fazer... Pra te falar a verdade, do fundo do meu coração, a parte mais doída de tá acampada é quando você tem que explicar pro seu filho que talvez não vai ter o que comer... era muito difícil pra gente ver nossos filhos ali naquela situação... e quando meu marido saía pra trabalhar eu achava perigoso pra gente ficar lá sozinhos também... a vida do acampado se resume em lutar, mas também em sentir medo. A gente já sofreu muito trabalhando pros outros na cidade, então a gente queria nossa própria terra, pra morar, plantar, criar nossos filhos... nesse meio tempo a gente pensou muitas vezes voltar pra cidade e tentar outra coisa, mas a gente conseguiu resistir e aconteceu de sair a terra aqui. Foi uma benção!

Informação verbal, Dona Flor, 70 anos, pesquisa campo realizada em 2021

Neste momento dos relatos, quando as assentadas buscam em suas memórias situações vividas durante o período de acampamento, é tomado por emoção e comoção. Uma das assentadas relata que:

Os barracos eram bem grudados e a gente ficava com medo de sair pra trabalhar e perder o lote, então a gente ficava lá direto. Tinha as reuniões que a gente precisava assinar a ata, pra provar que a gente tava ali mesmo... a gente passou muito dificuldade, só não passamos mais porque meu pai sempre ajudava, com o que podia. Aí de lá a gente veio aqui pro Recanto Sonhado... era muito difícil porque a gente tava passando de um lado pro outro... sempre que a polícia vinha a gente corria, nos outros acampamentos que participei também era assim, aqui ainda foi mais tranquilo... Teve uma vez que a polícia chegou de noite e foi pela mata, aí os homens que tava acampado foi também pra njo deixar a polícia chegar dentro do acampamento, porque depois que esses entra é sempre mais difícil né... já vi muitos casos deles derrubarem sem dó os barracos e tudo que tiver na frente... Quando chovia que era o mais difícil, lembro direitinho que os barracos enchia de água e descia tudo em cima da gente, isso tudo enquanto a gente dormia (risos). Hoje eu fico rindo, mas era triste demais. Lá a gente tentava sempre plantar uma hortinha, mas era ruim porque as tinha que ficar mudando, hora que tava ficando bonita, acontecia algum imprevisto... A gente vivia de ajuda mesmo, o prefeito já deu cesta, tinha dono de açougue que dava pele de porco e essas coisa assim... e foi passando desse jeito. Eu e meu marido já saímos uma vez, aí depois voltamos, a gente não podia desistir no meio do caminho...

Informação verbal, Dona Rosa, 64 anos, pesquisa campo realizada em 2021

O desconforto dos barracos de lona e as situações precárias para higiene pessoal são fatos muito lembrados pelas assentadas. Outra assentada conta sua experiência e destaca que:

Quando eu penso nessa época de acampada eu sempre lembro da dificuldade dos barracos de lona. Lembro que a enxurrada vinha e estragava tudo, quando chovia era difícil demais... Eu lembro do medo que a gente sentia, medo da polícia mesmo... teve uma vez que a gente teve que correr, mas nunca presenciei conflito muito agressivo não. Teve uma vez que saiu um comentário que o fazendeiro ia lá colocar fogo em tudo, foram dias sem dormir direito, pra falar a verdade a gente dormia sempre com medo... Lá não tinha muito jeito de plantar porque o lugar que ficamos era muito dura a terra e ainda tinha a dificuldade de conseguir água, hoje eu planto tudo que tenho direito (risos)

Informação verbal, Dona Maristela, 59 anos, pesquisa campo realizada em 2021.

Um ponto importante a ser destacado no período de acampamento são as reuniões e manifestações dos grupos de luta pela terra. Em sua particularidade, muitos se juntam em prol de suas demandas. A situação do acampamento limita o indivíduo a não poder produzir, trabalhar e sobreviver. Uma das assentadas relata que:

Nos acampamentos a gente sempre participava das reuniões e manifestações... sempre procurando nossos direitos.

A condições eram difíceis demais... Os barracos eram sempre bem próximos e o rio que servia de banheiro... o acesso a água decente era raridade... A gente chegou a receber algumas cestas básicas e o meu marido também procurava fazer uns bicos aqui perto mesmo. No acampamento nem tinha jeito de plantar, não tinha espaço e custava ter água pra gente né?! Quase impossível criar ou plantar alguma coisa...

Informação verbal, Dona Rita, 56 anos, pesquisa campo realizada em 2021

E essas condições precárias de sobrevivência são vivenciadas durante muitos anos por muitas destas mulheres. Uma delas relembra que:

Sempre é muito difícil ficar acampada, eu mesma fiquei foi muitos anos esperando sair minha terrinha, não me arrependo da luta, mas é muito duro. Lembro que meus filhos eram bem pequenos e não entediavam muito bem o que tava acontecendo, mas a gente que é mãe sofria demais... a gente não tinha acesso a coisas básicas, banheiro, água potável, um teto pra dormir... a gente só tinha a lona e o sonho de conquistar a terra.

Informação verbal, Dona Cleusa, 58 anos, pesquisa campo realizada em 2021.

O período da transição do acampamento para dentro da parcela conquistada é também muito marcante nas lembranças das assentadas. Muitas relatam o quanto foi

difícil começar uma vida. Todas as circunstâncias vividas por essas mulheres fazem parte de suas histórias de luta, as vezes solitária, outras vezes acompanhadas por quem compartilha do mesmo objetivo.

A organização dessas mulheres começou a ganhar certa visibilidade nas tomadas de decisão dentro do território. Mesmo que nenhuma destas mulheres exerça um papel formal de líder, elas sempre foram presentes ativamente nas organizações dentro do acampamento. Uma das depoentes descreveu que:

Olha, ser mulher dentro da luta pela terra não é a mesma coisa das mulheres da cidade grande. Lá elas podem caçar um emprego e dar um jeito na vida, eu sei que elas enfrentam dificuldades também, mas, aqui no campo a história é outra. Aqui a gente não teve estudo pra poder arrumar emprego não... aqui a gente trabalha muito mas não tem nosso serviço reconhecido não...

Quando tava no acampamento era ainda mais difícil, sabe? Muitos dos homens saíam pra trabalhar e as mulheres ficavam, a gente sempre se movimentava, mas na hora de decidir as coisas, se a gente não gritasse, ninguém lembrava da gente.

Informação verbal, Dona Cleusa, 58 anos, pesquisa campo realizada em 2021.

A partir da convivência dentro do acampamento, laços de amizade foram sendo criados entre elas, fazendo com que se encontrarem-se mais frequentemente. Com a conquista da terra, a distribuição das famílias nas parcelas e a distância entre as mesmas, as mulheres começaram a organizar encontros nas casas uma das outras, com intuito de confraternização, mas, também, com o objetivo de se firmarem como um grupo que as representasse, de alguma forma, nas tomadas de decisão.

4.3O cultivo da resistência: a conquista da terra, a rotina das assentadas e as práticas agroecológicas

A experiência de conquista da terra, representa um passo à frente no caminho percorrido na luta pelo acesso ao direito de trabalhar e produzir. Para as mulheres, especificamente, pode significar uma definição de limites e muitas vezes de isolamento. De acordo com Franco García (2002):

O assentamento rural é um passo à frente no processo de luta, a consumação do acesso à posse da terra. Neles as implicações de gênero se tornam evidentes na divisão sexual do trabalho no interior das unidades familiares de produção. Todavia, a configuração espacial dos assentamentos divididos em

lotes significa para muitas assentadas o seu isolamento social. Confinadas à produção e reprodução dos meios de subsistência na esfera privada os espaços de sociabilidade são muito reduzidos (FRANCO GARCÍA, 2002, p. 05)

As assentadas no Projeto de Assentamento Café Abelha, mesmo não tendo uma associação formalmente estabelecida, tentaram romper com essas limitações. Uma das alternativas foi marcarem encontros semanais, sempre revezando a parcela como local de reunião. Mesmo não tendo estabelecida uma associação, elas desempenham papel ativo importante na organização de ações no mesmo. Uma das assentadas descreve:

Aqui a gente sempre participa das ações do assentamento, reunião, confraternização, pra gente não participar é só se esquecer de chamar a gente... Gosto demais de tá junto com os outros assentados... Eu já me senti inferiorizada por ser mulher, em algumas situações, principalmente quando “tava” acampada, tem muita gente que é preconceituoso e acha que mulher não entende das coisas... hoje aqui no assentamento a gente tem voz e é ouvida. Nós que organizamos a maioria dos eventos que acontecem aqui, desde festa a cursos. Nós somos guerreiras! Meu lugar é aqui e eu não penso em sair daqui não, de jeito nenhum!
 Informação verbal, Dona Cleusa, 58 anos, pesquisa campo realizada em 2021.

Quando perguntadas sobre o que elas mais gostam de fazer, a resposta sempre envolveu o ato de “plantar”. A ocupação da maioria das depoentes é a lida com a terra, além da jornada com o trabalho doméstico, que a partir do gênero, via de regra, é preconceituosamente direcionado às mesmas. As práticas agroecológicas contribuem com a estruturação dos movimentos das mulheres dentro do assentamento, e isso é receptível no Projeto de Assentamento Café Abelha. Conforme aponta Borzone e Almeida (2019):

As mulheres que vivem no campo têm sido as grandes protagonistas dessas mudanças, pautando-se na agroecologia, que se revela um movimento político de muita resistência. Como responsáveis pela reprodução da vida (devido à divisão sexual do trabalho, e não a uma natureza materna cuidadora), as mulheres estão diretamente conectadas com as necessidades reais do núcleo familiar, mantendo-o saudável e coeso (BORZONE, ALMEIDA, 2019, p. 253).

No contexto da agroecologia as mulheres se destacam a partir dos ensinamentos herdados por gerações, seja a respeito do cultivo, semeadura, colheita, produção de remédios feitos com ervas medicinais, entre outros. A sabedoria popular se faz como um dos principais fundamentos, conforme afirma Santos (2012):

A plantação agroecológica tanto é de horticultura e leguminosas como de plantas medicinais, principalmente assim conservar a cultura popular do modo de produção, relação com a terra, educação (passando dos mais velhos para os mais novos), além dos remédios, chás, sabonetes medicinais, sem a necessidade frequente de remédios produzidos em laboratórios a base das próprias plantas que podem ter no quintal. E essa sabedoria popular não pode ser perdida (SANTOS, 2012).

Com o apoio da CPT, que sempre procura reforçar os fundamentos da agroecologia, do alimento saudável, da prática da agricultura camponesa, uma das assentadas relata que:

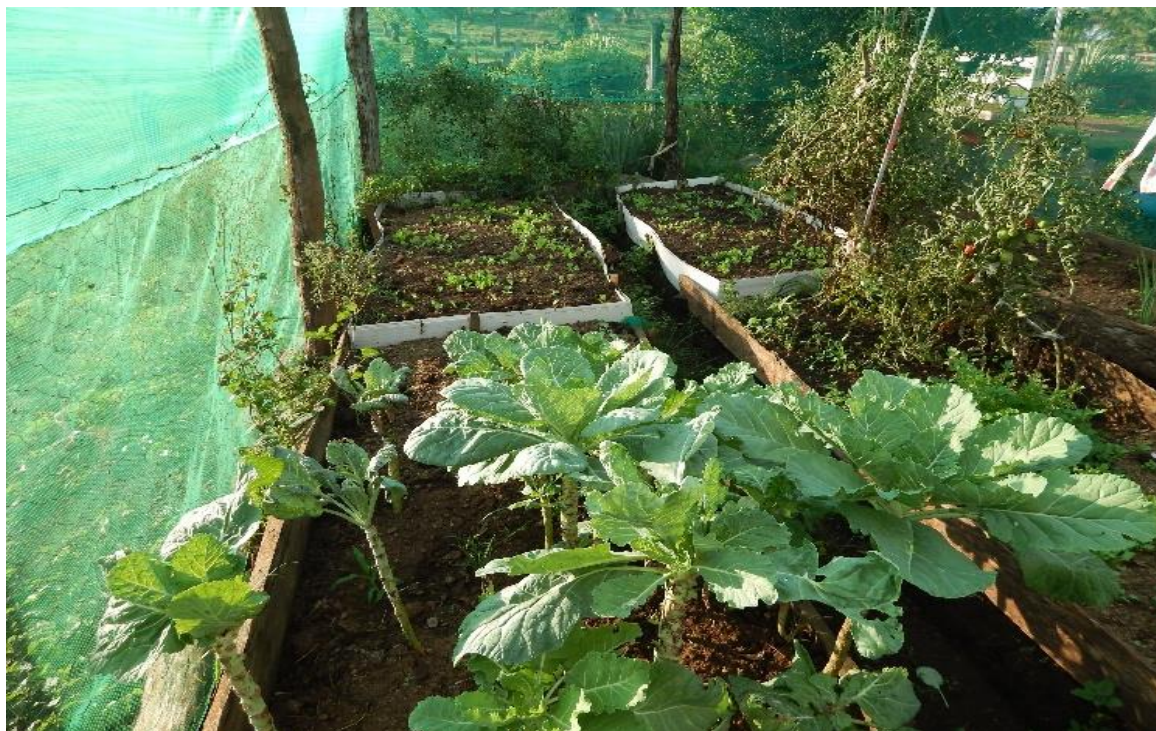
A CPT ajudou a gente bastante ensinando a cuidar melhor das nossas hortas... porque o povo acha que preciso tacar um monte de remédio pra poder brotar as coisas, mas a gente consegue fazer tudo do jeito natural e que não prejudica a gente que vai comer. Eles explicam isso pra gente direto... aqui a gente planta pra comer mesmo.

Hoje a minha vida é outra! Não desfaço do meu canto de jeito nenhum. A gente conquistou muita coisa durante esses anos. Construímos nossa casinha e cercamos tudo, ajeitamos uns animais que dão nossa renda por conta do leite, eu tenho meu quintal também, que é meu tesouro (risos) Aqui a gente se ajuda muito também... todo mundo é muito amigo. A gente sempre marca reuniões lá no barracão, as vezes pra conversar sobre coisa séria e as vezes é pra confraternizar mesmo. Nós mulheres nos encontramos mais... sempre reunimos lá pra poder interagir.

Informação verbal, Dona Flor, 70 anos, pesquisa campo realizada em 2021.

A agroecologia torna possível o trabalho e sobrevivência dentro da terra. A parcela de dona Flor atualmente é reconhecida pela variedade de hortaliças no assentamento, como representado na Figura 22.

Figura 22: Horta agroecológica de umas das parcelas do Projeto de Assentamento Café abelha, no município de Doverlândia-GO



Fonte: Trabalho de campo (2021) Autor: Anna Lígia Alves Coelho.

O momento de chegada na sua parcela de direito é mais um desafio vivenciado pelos camponeses, agora assentados. As demandas financeiras são demasiadas e muitos não têm condições de arcar com tantas despesas, os barracos de lona são novamente levantados por um período, agora dentro de suas parcelas. Uma das depoentes relembra que:

Quando a gente passou pra dentro da parcela foi outra luta também. Só tinha mato e mais mato. Foi eu e meu marido limpar e erguer nosso barraco aqui... depois a gente teve acesso a recurso e fomos levantando a casinha. Aí logo a gente foi plantando também, mandioca, cana, arroz, milho... um pouquinho de tudo. Porque se você tem uma terra é pra plantar e aqui a gente acredita muito nisso. Hoje eu me orgulho mesmo é do meu pomar, tem laranja, limão, manga, pitanga, acerola, jabuticaba, goiaba... E gosto muito de cuidar da minha horta também, planto alface, couve, beterraba, cenoura, rúcula...
 Informação verbal, Dona Cleusa, 58 anos, pesquisa campo realizada em 2021.

Hoje, com sua casa já estruturada e uma parcela produzindo alimentos e trabalho, como representado na Figura 23, a assentada reflete a respeito de quem continua na luta pela conquista da terra, em barracos de lona e em situações precárias. A produção agroecológica é uma alternativa acessível para os camponeses que pretendem produzir.

Figura 23: Quintal agroecológico de umas das assentadas no Projeto de Assentamento Café Abelha, no município de Doverlândia –GO



Fonte: Trabalho de campo (2021) Autor: Anna Lúgia Alves Coelho.

Para Santos (2012), os quintais agroecológicos resgatam a tradição dos cuidados com a terra e, contribuem para a manutenção da soberania alimentar. Além de possuir elementos principais que são a terra, o trabalho e a unidade família.

A organização desses espaços também reflete as particularidades das assentadas. Algumas assentadas relatam o quanto gostam de cultivar, além dos alimentos, flores em seus lotes, como se pode observar na Figura 24. Dona Rosa destaca que:

Quando a gente veio aqui pro lote, era só mato... limpamos um pouco e montamos um barraco de plástico mesmo e ficou morando até conseguir erguer a casa. Pra falar a verdade a gente não conseguiu terminar até hoje... no começo a gente plantou muito milho e arroz, criava porco e galinha, aí vendia e ajudava na despesa mensal. Hoje eu planto minhas coisas, tenho minha horta que eu gosto muito de cuidar, tem as galinhas também... Eu não abro mão das minhas rosas do deserto... quer me agradar? Me dá uma mudinha de rosa que fico feliz demais! (risos) Quando a gente tava no acampamento não tinha muito jeito de ter minhas flores, agora eu planto tudo o que eu ganho... é minha terra, meu cantinho encantado (risos)...
 Informação verbal, Dona Rosa, 64 anos, pesquisa campo realizada em 2021.

Figura 24: Flores de uma das parcelas das entrevistadas no Projeto de Assentamento Café Abelha, município de Doverlândia-GO



Fonte: Trabalho de campo (2021) Autor: Anna Lgia Alves Coelho.

A casa é uma das conquistas tão esperadas quando se obtm a parcela, Dona Cida relembra como foi a construção do espaço onde eles moram hoje e ressalta que:

A primeira coisa que a gente construiu foi a casa, era meu sonho sair do barraco de lona... fico até emocionada quando eu lembro das noites e dias que a gente passou lá, era chuva, calor, vento... a gente com criança pequena... Meu marido  pedreiro e então juntou nós dois pra construir. Tenho muito orgulho de falar que ajudei ele a construir a nossa casinha. Nisso tmbm fomos cuidando do pasto, limpando e plantando mais coisas. Por que antes era só mato mesmo. Na época da seca continua sendo uma luta, porque sempre t faltando água pra gente, pro gado... todo ano quando chega a época da seca é assim, mas gosto muito daqui, não troco por nada não. Hoje a gente planta pro nosso consumo e vende o polvilho, frango e o leite. Nossa rotina é sempre essa cuidar do lote, dos animais... Enquanto Deus me der saúde eu quero permanecer aqui.

Informação verbal, Dona Cida, 61 anos, pesquisa campo realizada em 2021.

A dificuldade dos primeiros momentos dentro de seus lotes foi algo marcante para muitas assentadas. Estas que continuaram passando por mais um período dentro de seus barracos de lona, porém, agora em seus lotes. Uma das assentadas descreve que:

Mas aí começaram outras lutas.... Quando entrou pra parcela a gente continuou um tempo no barraco de lona, mas meu marido queria tirar a gente

logo daquela situação, e então a casa foi a primeira coisa que a gente começou aqui. A água na época era só da cisterna, aí eu ia com meus três meninos pequenos pra beira do córrego lavar roupa e voltava com eles. Às vezes vinha caminhão trazer água pra nós. Depois a gente desmatou um pouco pra fazer o pasto, e aí teve um fazendeiro que ajudou a gente no começo, meu marido fazia uns bicos na roça dele, aí ele deu cinco vacas pra gente começar. Aí a gente vendia o leite, dava pros meninos e eu fazia queijo também pra vender. O dinheiro do PRONAF foi fundamental pra gente se estabilizar aqui e hoje nossa principal renda é o leite.

Informação verbal, Dona Flor, 70 anos, pesquisa campo realizada em 2021.

Quando chegamos à parcela de Dona Flor nos deparamos com ela e seu companheiro iniciando o processo de cultivo do arroz, conforme representado na Figura 25. As sementes estavam apoiadas em sua saia, enquanto seu esposo a acompanhava nos canteiros jogando as sementes. A lida com a terra dentro dos lotes conta com a presença assídua das mulheres, tanto que a maioria dos relatos demonstram que as mulheres passam boa parte do dia se dedicando ao trabalho na lavoura, com animais e ainda a jornada de afazeres domésticos. O cozinhar, lavar e assar ainda é, infelizmente, direcionado ao papel da mulher dentro de uma relação. Mesmo muitas destas não conseguindo enxergar, de fato, essas imposições sociais a parti do gênero, é algo muito presente no meio camponês. É claro que elas buscam ocupar o seu lugar de fala dentro do território do assentamento, porém, assim como dito anteriormente, as situações e particularidades das mulheres do campo são diferentes das mulheres urbanas, devido às circunstancia que elas são direcionadas, ao acesso à informação e na estrutura da unidade familiar imposta pela sociedade patriarcal brasileira. As mulheres do campo constantemente são submetidas à subalternidade nas reações dentro do território que pertencem, o que muitas vezes é repreendido pelas mulheres urbanas.

Figura 25: Casal de assentados plantando arroz, Projeto de Assentamento Café Abelha, em Doverlândia-GO



Fonte: Trabalho de campo (2021) Autor: Anna Lígia Alves Coelho.

Ao acompanhar de perto o dia a dia das assentadas, percebe-se que o trabalho da mulher dentro da parcela vai além dos cuidados e afazeres domésticos, a maioria divide o trabalho e cultivo de plantações com seus companheiros.

Ainda no contexto da rotina da vida no campo, outra assentada descreve sua rotina e destaca a sua prática na lida com a terra, cuidado com os animais, como está representado na Figura 26, e a sua participação na tomada de decisões dentro da parcela, Dona Joana relata que:

Eu planto minha horta, crio galinha e vendo os ovos, engordo porco também mas só pro nosso gasto mesmo, e crio nosso gadinho também, a venda do leite ajuda bastante na nossa renda do mês. Começamos com duas vaquinhas que meu filho ajudou a comprar... tem meus bezerrinhos também que eu cuido com muito carinho... Aqui a gente levanta de madrugada, primeiro eu cuido das galinhas e depois desço pro curral pra poder ajudar a tirar o leite e depois a gente leva pro resfriador aqui do vizinho... depois vou cuidar do meu quintal, fico o dia todo ajeitando minha horta e minhas plantinhas. E olha, uma coisa eu te falo, aqui sem mulher não vai nada pra frente não (risos) Eu falo isso por conta daqui de casa mesmo, a palavra final é minha (risos) aqui no assentamento tem um que é sozinho e você vê que a parcela parece que não melhora, o quintal não tem produção... a gente que é mulher do campo sabe a importância que tem... e eu peço sempre pra Deus me dá saúde porque quero continuar trabalhando aqui durante muito tempo ainda.

Informação verbal, Dona Joana, pesquisa campo realizada em 2021.

Figura 26: Assentada alimentando um dos bezerros de sua parcela



Fonte: Trabalho de campo (2021) Autor: Anna Lgia Alves Coelho.

A confraternização e a cooperação dos assentados entre si são algo marcante na organização do Projeto de Assentamento Café Abelha. O sentimento e visão de fraternidade entre os povos que almejam e protegem a cultura camponesa se destaca entre as depoentes. A partilha também é algo muito marcante dentro do assentamento, assim como relata uma das assentadas:

Quando chegamos no lote era tudo muito novo pra mim, mas eu gostei muito e acabei me adaptando bem rápido. Não tinha tanta coisa plantada, fui e organizei uma horta que eu cuido todos os dias. Direto chega um aqui perguntando se pode pegar alface e eu acho é bom, tem bastante... Aqui eu planto mandioca, laranja, bastante limão, café... tenho maior prazer de falar que aqui tomamos o café que é plantado no quintal, bem fresquinho, sabe?! Isso é privilégio! (risos) Também temos a renda do leite e frango caipira que a gente vende. Informação verbal, Dona Marisa, 49 anos, pesquisa campo realizada em 2021.

Além da produção dos lotes e quintais, as mulheres reforçam a resistência dentro das ações do projeto de assentamento. Uma característica importante da organização das mulheres são as partidas de futebol. Elas se organizam em equipes e fazem os campeonatos, conforme representado na Figura 27. Geralmente essas equipes são compostas por mulheres dos assentamentos vizinhos também. Conforme relata Dona Marisa:

*Aqui no assentamento a gente tenta ser bem organizado, principalmente as mulheres, sempre que temos oportunidade a gente tá reunida...
 Nós temos time de futebol das mulheres daqui e fazemos campeonatos entre as equipes de outros assentamentos da região. Nossos campeonatos sempre lotam de público pra assistir, é o nosso momento, sabe?! No começo teve gente que achou estranho, porque é um esporte mais pra homem... depois todo mundo á começou a gostar.
 Aqui a gente tem umas companheiras que jogam muito bem. Elas arrasam! Eu já não sou tão boa assim, mas sou esforçada... (risos)
 Eu acho muito importante que nós mulheres se organizem e faça movimentação aqui no assentamento.
 Informação verbal, Dona Rosa, pesquisa campo realizada em 2021.*

Figura 27: Partida de futebol no Projeto de Assentamento Café Abelha, município de Doverlândia-GO



Fonte: Arquivo pessoal. Autor: S. G. P.

Outras ações contam com o empenho e a participação das assentadas, como por exemplo, cursos oferecidos ou intermediados pela CPT na região. Muitos desses cursos representam mais que aulas, mas sim a oportunidade de quem sabe uma nova fonte e renda, como por exemplo, a produção, armazenamento e comercialização de doces, como está representado na Figura 28, além de sabão, conservas, artesanatos, entre outros. Esses que são opções produzidas dentro de suas parcelas a partir da produção agroecológica. Outra assentada destaca que:

Eu acho muito importante a gente (assentadas) se organizar pra buscar melhoria, sabe! Sempre que tem alguma coisa que podemos participar, estamos presentes... Direto tem curso aqui pra gente... E tem que aproveitar, porque são conteúdos muito bons.

A gente á fez curso pra aprender a cuidar no nosso quintal, mata as pragas sem ter que usar remédio; fiz curso de doces, que pra mim foi o melhor, a gente aprendeu a preparar e depois o jeito certo de manter. E isso é bom porque gera um dinheirinho a mais pra gente...

Teve uma vez que teve curso de recuperação de nascentes, foi cansativo, mas essencial pra muitos aqui...

Informação verbal, Dona Maristela, pesquisa campo realizada em 2021.

Figura 28: Produção de doces no Projeto de Assentamento Café Abelha, no município de Doverlândia



Fonte: Arquivo pessoal. Autor: S. G. P.

No Projeto de Assentamento Café Abelha as mulheres conseguem se organizar de uma forma espontânea. Porém, a ausência de uma associação formalizada de mulheres dentro do assentamento limita muitas ações e debates necessários nesse meio, devido ao fato de que a mobilização formal delas possibilitaria acesso a programas e políticas voltadas para os seus interesses e, também, o reconhecimento e empoderamento das mesmas no território camponês.

Muitas relataram que já participaram de associações anteriormente e que sentem falta dessa movimentação, porém, não se tornam disponíveis para a criação da mesma. Uma das assentadas descreveu:

Aqui a gente não tem uma associação formal, sabe? Mas a gente tem o grupo das mulheres e sempre marcamos nossas reuniões. Às vezes é pra comemorar aniversário, outras vezes a gente reúne pra passar informações importante, por exemplo, quando vai ter algum curso aqui no assentamento ou aqui próximo. No começo, eu lembro que tinha homem que não gostava de ver a gente se destacando não, depois eles foram acostumando, eu acho (risos)

Eles tinham e têm que aguentar a gente, né?...

Não sei direito porque a gente nunca criou essa associação, acho que falta de oportunidade, não sei...

Informação verbal, Dona Marisa, pesquisa campo realizada em 2021.

Uma outra assentada explica que:

Então, aqui cada uma já trabalha muito, seja dentro de casa, limpando, cozinhando, mas também na roça. Aqui a gente passa o dia todo trabalhando, nossas reuniões acontecem em momentos que dá certo pra todas, mas é algo informal... eu acho que se a gente criasse essa associação ia ser mais uma responsabilidade e isso assusta um pouco...

Aqui a gente participa de tudo que tá ao nosso alcance, mas nossa vida também é muito cansativa, a rotina no campo não é só ficar balançando na rede, a gente pega no pesado igual os homens e isso, na maioria das vezes, não é reconhecido. O ruim é que muitas vezes a gente se acomoda com essa situação.

Informação verbal, Dona Cleusa, pesquisa campo realizada em 2021.

Perguntadas a respeito da condição da mulher dentro do projeto de assentamento, algumas depoentes perceberam que nunca haviam parado para refletir a respeito desse contexto. Uma delas descreveu que:

Eu nunca tinha parado pra pensar nisso. Agora refletindo acho que a gente sempre sofreu muito pela nossa condição enquanto mulher, porque sempre colocam a gente na posição de fraca e nós não somos. Se a gente fosse fraca mesmo não aguentava a vida no campo não...Ainda mais aquele período de acampamento. Não é qualquer pessoa que aguenta não.

Informação verbal, Dona Cida, pesquisa campo realizada em 2021.

Os diálogos e troca de experiências foram essenciais para a estruturação do objetivo da pesquisa. Conhecer de perto essas trajetórias e as contradições impostas sob essas mulheres, complementa o entendimento da situação da mulher enquanto assentada, trabalhadora do campo, mãe, avó, dona de casa, estudante e tantas outras particularidades que as mesmas possuem.

As assentadas no Café Abelha possuem suas histórias individuais, suas próprias lutas e dificuldade e, além disso, se juntam à luta do movimento pela conquista e permanência na terra. Constatou-se que elas conseguem se organizar enquanto um grupo, porém, não formalmente e que elas se acomodaram quanto a essa posição. Mesmo com isso elas exercem o sentido de empoderamento feminina,

a partir do contexto de que buscam seu lugar de fala dentro das ações do projeto de assentamento. As várias experiências aqui demonstradas trazem em suas linhas o sentido de resistência, força e luta feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade tem sido marcada por um contexto histórico-geográfico de uma sociedade capitalista assentada no patriarcado e numa divisão sexual do trabalho desfavorável à mulher, que recorrentemente se encarrega dos serviços domésticos, criação e cuidados com a prole, além de jornadas em emprego fora do lar ou no caso das assentadas, em atividades produtivas dentro do lote, assumindo assim dupla ou até mesmo tripla jornada. Constata-se que este trabalho é desvalorizado social e financeiramente, visto que no seio familiar, via de regra, a mulher é oprimida e não toma as principais decisões, além de não ser paga de forma justa pelos seus trabalhos, relegando a ela uma função subalterna. Frente ao crescimento do movimento feminista na luta por direitos e reconhecimento das mulheres, infere-se que isso tem causado conflitos, acirrando dissensos e contradições que devem ser analisados. Sendo assim, partimos da hipótese de que o fato de ser mulher e suas especificidades lhes impõe um tratamento específico no meio agrário e na luta pela terra.

A análise do movimento de luta pela terra compõe a pesquisa, isso engloba os diversos aspectos presentes nessa mobilização. Quando se analisa estrutura fundiária brasileira percebe-se a intensa concentração e a desenfreada exploração das terras em território nacional. As constantes ameaças contra os povos do campo revelam as contradições existentes nas relações de trabalho no campo versus a agricultura capitalista. A partir disso, com a concentrada produção do resultado do agronegócio, estado de Goiás ganha destaque. Em contrapartida ao avanço da monocultura observa-se o embate entre os grandes proprietários de terras e a presença dos pequenos agricultores e camponeses. Nesse contexto, é importante ressaltar a importância dos camponeses na produção de alimentos agroecológicos e no reforço da soberania alimentar.

As políticas públicas voltadas para os camponeses servem de apoio à estruturação de suas parcelas, seja, para a construção de casa, acesso à energia e água potável, até os auxílios para custear a produção dentro das parcelas.

No município de Doverlândia-GO, identifica-se a presença dominante da pecuária bovina em sua estrutura fundiária e, além dos assentamentos, a concentração de terras é algo evidente quando feita análise dos dados. Essa contradição revela, mais uma vez, o domínio dos grandes proprietários de terras que

as destinam para a expansão da agricultura capitalista, ou seja, o predomínio do patronato e do patriarcado do campo.

O papel da mulher dentro dessa análise da estrutura fundiária brasileira, aparece como um outro aspecto de luta. Elas, enquanto mulheres, enfrentam a condição dos papéis de gênero estabelecidos dentro da sociedade que, por si só, já tem suas raízes no patriarcalismo. Entender o papel delas enquanto participantes de todo esse processo de resistência, confirma a importância do reconhecimento de seu lugar de fala, neste caso, enquanto mulher assentada.

O Projeto de Assentamento Café Abelha interage com essa análise a partir da resistência de suas moradoras e processo de conquista pela terra. Mesmo com o avanço da discussão a respeito do gênero, inclusive no que tange a Geografia, as imposições do mesmo ainda refletem nas relações de poder dentro do território. Estendendo essa análise para os projetos de assentamentos rurais percebe-se a divisão clara do trabalho na manutenção dos lotes. Os vários relatos descritos pelas assentadas reforçam a sustentação do gênero como definidor de tarefas e serviços.

A movimentação e organização das mulheres no Café Abelha não conta com uma associação formalizada, porém, conseguem se organizar entre elas para que conquistem seu lugar de fala, este que é enquanto mulheres, assentadas e trabalhadoras do campo. Porém, é perceptível que a falta dessa estrutura formalizada limita o acesso das mesmas à certos benefícios direcionados para as associações, por exemplo, cursos, palestras, eventos, programas que atingem diretamente a independência financeira delas, entre outros. Mesmo assim, em toda oportunidade que surgem as assentadas se mobilizam para que possam conquistar certa independência financeira e empoderamento feminino.

O cuidado com a terra, colheita e produção agroecológica funcionam como base para o sustento das famílias assentadas, essas atividades são, em grande parte, desempenhadas pelas mulheres em parceria com seus companheiros. Percebe-se que a discussão acerca da divisão sexual do trabalho ainda se encontra despercebida para muitas trabalhadoras do campo. O trabalho não remunerado, a partir dos relatos das assentadas, não tem sido pauta das discussões do grupo, justo elas que encontram o desempenho de suas funções direcionado socialmente aos afazeres domésticos e à reprodução da unidade familiar.

Em suma, acredita-se que os resultados apresentados na pesquisa são importantes e colaboram com a leitura geográfica que busca interpretar as complexas

formas de organização, luta, contradição e conflito tecidas na formação econômica e social do território agrário de Goiás e do Brasil. Afinal, mesmo com o predomínio da cultura patriarcal, muitas mulheres têm tomado a linha de frente nos espaços de ocupações, assentamentos, manifestações, sindicatos e reivindicações por seus direitos. Espaços que refletem, além das questões de gênero, as interseccionalidades presentes na construção dos sujeitos históricos. Porém, essas mulheres encaram a luta na busca pelos seus direitos de um lugar em que o trabalho é extremamente desvalorizado, isso ficou claro nas ações internas do projeto de assentamento. As mulheres possuem empoderamento, porém, algumas pautas, principalmente a respeito do trabalho não remunerado, ainda não está presente nas discussões e posicionamento das mesmas.

O avanço da discussão feminista no campo ainda se estabelece num processo lento, porém, presente. Sigamos juntas!

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. 4 ed. São Paulo: **Ateliê Editorial**, 2007.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. Progressos e retrocessos na conquista da equidade de gênero no Brasil, **Revista USP**, São Paulo, n. 122, p. 11-26, jul./ago./set., 2019.

ALMEIDA, R. A. de.. "Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul." **Tese de Doutorado**, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, Brasil. 2003

ARAÚJO, D. C. de. **MUCB (Mulheres unidas contra Bolsonaro): gênero e ativismo feminino e político em coletivo do Facebook1**. III Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais. PPGCC-Unisinos. São Leopoldo, RS – 6 a 10 de maio de 2019.

ARRAIS, T. P. A. **Novas Regiões, ou novas formas de olhar velhas regiões**. Observatório Geográfico de Goiás, Goiânia, 2002.

ARRUZZA, C; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. **Feminismo para os 99%**: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BATISTA, E.E.; MATTOS JUNIOR, J. S. de. Importância da Produção de Grãos para a Atual Estrutura Produtiva Agrícola do Município De Rio Verde-Go. **Revista Formação**, n.14, vol. 2, p. 35-47, 2007.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**: fatos e mitos. 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BESTER, G. M. A Luta Sufrágica Feminina e a Conquista do Voto pelas Mulheres Brasileiras: aspectos históricos de uma caminhada. **Revista Argumenta Journal Law**, Jacarezinho – PR, Brasil, n. 25. jul./dez., p. 327-343, 2016.

BONI, V. Movimento das Mulheres Camponesas: Um movimento camponês e feminista. **Revista Grifos**, Chapecó-SC, n 34-35, p.67-88. 2013.

BORGES, R. E. Modernização, Agroindústrias e transformação do espaço no sudoeste de Goiás: da criação de gado aos complexos agroindustriais de soja e de carnes. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 7, n. 2, p. 139-163, ago. 2013.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BORZONE, C. V.; ALMEIDA, R. A. de. Protagonismo das mulheres assentadas no Território Rural do Bolsão-MS: gênero, território e resistência camponesa. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía* 28 (2): 241-254. 2019.

BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais - Autonomia e cidadania: Políticas de organização produtiva para as mulheres no meio rural. Ministério Desenvolvimento Agrário – MDA. Brasília-DF. 1ed, p. 11- 35. 2011.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. *Estudos Avançados*. 15 (43), p. 207-224, 2001.

_____. (2004). *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: **Expressão Popular**.

CARDONA, D. V.; FILHO, J. S. Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares. *Revista NERA*. Presidente Prudente – SP, ano 19, nº. 30 p. 148-168, jan-abr, 2016.

CASTELANO, M. J. Lineamentos sobre a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e sua atuação junto aos movimentos sociais rurais durante a ditadura militar. **XXVIII Simpósio Nacional de História**, Florianópolis-SC, 2015.

CHAVEIRO, E. F. A Urbanização Do Cerrado: Espaços Indomáveis, Espaços Deprimidos. *Revista UFG*, dez., ano XII nº 9, 2010.

CHAVEIRO, E. F.; BARREIRA, C.C.M.A. Cartografia de um Pensamento de Cerrado. *Cerrados: perspectivas e olhares / Márcia Pelá, Denis Castilho (orgs.)*. – Goiânia: **Editora Vieira**, 2010.

CHAVES, P. R., “Fala Parente!” “Fala Comadre!” “Fala Vizinho!” “Fala Irmão!” – Resistência Camponesa, Indígena e Quilombola em tempos de pandemia da COVID-19. **Caderno de Conflitos no Campo Brasil 2020**. P. 24-36 Goiânia-Go, 2021.

CLEMENTE, E. C.; CLEPS JR. Considerações acerca da expansão geográfica do capital e a luta pela terra na Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás. *Revista NERA*, v. 23, n. 53, p. 288-314, mai-ago., 2020.

CLEPS JÚNIOR, J. Geografia em debate, *Revista OKARA*. v.12, n.2, p. 649-663, João Pessoa-PB. 2018.

_____. Questão agrária, Estado e territórios em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: SAQUET, M, A.; SANTOS, R. A dos. (Org.). *Geografia agrária, território e desenvolvimento*. São Paulo: **Expressão Popular**. p.35-54, 2010.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. *Rev. Gênero*, Niterói, v.5, n.2, p. 9-35, 2005.

DATALUTA (Banco de Dados da Luta Pela Terra). **Relatório Brasil 2019**. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/rededataluta/relatorios/brasil/dataluta_brasil_2019.pdf Acesso em: 08 nov. 2019.

DE PAULA, F. F. As mulheres camponesas e a emergência da perspectiva feminista no mundo rural: avanços e retrocessos. **Cadernos de Agroecologia** - ISSN 2236-7934 – Anais do 3º Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia – v. 15, n. 3, 2020. Disponível em: <http://cadernos.abaagroecologia.org.br/index.php/cadernos/article/view/6337/2485>

DUARTE, G.; SPINELLI, L. M. Estereótipos de Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Dupla Jornada, **Revista Sociais & Humanas**, p. 26-45, vol.2 n. 2, 2019.

EBLING, S. B. D.; FALKEMBACH, Elza M. F.; NASCIMENTO, L. A.; SILVA, M. M. da; SILVA, S. de O.; MINUSSI, P. S. As mulheres e suas 'lidas': compreensões acerca de trabalho e saúde. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13 n. 3, p. 581-596, set./dez. 2015

EL PAÍS, Jornal. **Um milhão de mulheres contra Bolsonaro: a rejeição toma forma nas redes**. 2018 Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/09/12/actualidad/1536768048_321164.html

ESTÉS, C. P. Mulheres que correm com os lobos – mitos e histórias do arquétipo da Mulher Selvagem. **Rocco**. 1ed. 2018.

ESTEVAM, CAMPOS JR. Caminhando nos Trilhos da Ocupação Econômica de Goiás. **Revista CEPPG** - CESUC - Centro de Ensino Superior de Catalão, Ano XV nº 27, 2º Semestre, 2012.

FARIAS, M. F. L. de. A vida-travessia de mulheres assentadas rurais. **Retratos De Assentamentos**, p. 93-114, v.14, n.1, 2011

FABRINI, J. E. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Campus de Presidente Prudente/SP, 2001.

FEDERECI, S. **O patriarcado do salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

_____. Notas sobre gênero em O Capital de Marx. **Revista Movimento**: crítica, teoria e ação, 2017. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2017/09/genero-o-capital-marx-feminismo-marxista/>. Acesso em: 11 mai. 2020.

_____. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Elefante. São Paulo-SP, 2019.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (eds.). **Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. SP: Expressão popular, p. 197-216, 2009.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera** Presidente Prudente-SP, Ano 8, n. 6 p. 14 - 34 Jan./jun. 2005.

_____. **O MST e a luta pela reforma agrária no Brasil**. Osal, set. 2000.

FERNANDES, B. M.; GIRARDI, E. P. Luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a Reforma Agrária conservadora. **AGRÁRIA**, São Paulo, n. 8, p. 73-98, 2008.

FILIPAK, A. Políticas Públicas para Mulheres Rurais no Brasil (2003-2015): Análise a Partir da Percepção de Mulheres Rurais e de Movimentos Sociais Mistos. **Tese (Doutorado)**. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Filosofia e Ciências - Campus de Marília Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Marília- SP, 2017.

FRANCO GARCÍA M.; **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente-SP, 2004.

_____. Trabalhadoras Rurais e luta pela terra: interlocução entre gênero, trabalho e território. **Revista Geografia do Trabalho**. vol. 03, 2002, p. 04)

GELINSKI, C.R.O. G; SEIBE, E. J. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, EDUFSC, v. 42, n. 1 e 2, p. 227-240, abr/out, 2008.

GOHN, M. G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** v. 16 n. 47 maio-ago , 2011.

_____. 500 Anos de Lutas Sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e o terceiro setor. **Rev. Mediações**, Londrina-PR. v.5, n. 1, p.11-40, jan/jun, 2000.

HAESBAERT, R. Território e região numa “constelação” de conceitos. In: MENDONÇA, F. A.; LOWEN-SHR, C. L.; SILVA, M. Da. (orgs.). **Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ADEMADAM, 2009.

HEREDIA, B. M. A. de; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**. Presidente Prudente – SP, Ano 9, n. 8, p. 1-28, jan/jun, 2006.

HESPAHOL, A. N. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro Oeste brasileiro à economia nacional. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente: AGB, v.22, 2000, p.7-26.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Informativo Estatísticas de Gênero e Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil**. 2 ed. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=resultados>. Acesso em: 20 de novembro de 2021.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: < https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html |>. Acesso em: 15 ago. 2021.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/doverlandia/panorama>>. Acesso em: 15 e agosto de 2020.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>>. Acesso em: 15 de agosto de 2020.

IMB, Instituto Mauro Borges. **Estado e Goiás: Agricultura Familiar e Não Familiar. 2018**. Disponível em:<https://www.imb.go.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2313:estado-sobre-agricultura-familiar-no-estado-de-goias&catid=10&Itemid=212> Acesso em: 15 de agosto de 2021.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária. **Mudanças legais que melhoraram e apressaram as ações da reforma agrária**. Brasília: INCRA, 1998.

LACERDA, N. Brasil de Fato: **A mudança que vem das mulheres: liderança feminina protagoniza luta social 2020**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/06/a-mudanca-que-vem-das-mulheres-lideranca-feminina-protagoniza-luta-social>. Acesso em: 15 de junho de 2021.

MARTÍNEZ, A. S., MOYA J. R.; e MUNOZ, M. **Mujeres, Espacio y Sociedad – Hacia uma Geografía del Género**. Madrid: Síntesis, 1995.

MARTINS, M. M.; SANTOS, P. L. dos; DINIZ, F. C. de O. R. DE FÁBRICAS DE CALCINHAS A SALAS ROSAS: A Política da Violência Contra a Mulher a Ministra Damares Alves. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, vol. 4, Edição Especial, mar., 2020.

MENDONÇA, M. R. A Urdidura Espacial do Capital e do Trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano. **Tese (Doutorado)**. Presidente Prudente – SP, 2004.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e Política**: uma introdução.1 ed. São Paulo: Boitempo. 2014.

NOGUEIRA, C. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. **Rev. Psicologia & Sociedade**, v.13, n.1, p.107-128, 2001.

OLIVEIRA, A. U. de. Modo Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: **Labur Edições**, 2007.

_____. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: **Contexto**, 1991.

PAULILO, M. I. S. El género y la classe em los movimientos de mujeres agricultoras del Brasil. **Agricultura, Sociedad y Desarrollo**, v. 3, n.2, p. 175-196, jul./dic.2006.

PEREIRA, E. M. **A conquista da cidadania**: movimentos sociais na história do Brasil, Paraná: Unicentro. 2010.

PESSÔA, V. L. S. O Paradoxo da Revolução Verde no Cerrado. **Élisée, Rev. Geo. UEG** – Goiás, v.9, n.2, e922013, jul./dez. 2020.

PINTO, C. R. J. Feminismo, História e Poder. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba v.18, n. 36, p.15- 23, jun.2010.

PINTO, V. P.; FABRINI, J. E. Trabalho e poder de decisão das mulheres camponesas nos assentamentos de reforma agrária. **Formação (Online)**, v. 28, n. 53, p. 215-235, 2021.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAGO, M. Os feminismos no Brasil: dos “anos de chumbo” à era global. **Revista Labrys Estudos Feministas**. N. 3, janeiro/julho, 20003.

RAPOZO, B. M. da S. Programa Nacional De Documentação Da Trabalhadora Rural: Desafios para a Superação das Desigualdades de Gênero No Campo Brasileiro. XIII Enanpege. São Paulo-SP, 2019.

RIBEIRO, D. D. **Agricultura “cafi cada” no Sudoeste de Goiás: do bônus econômico ao ônus sócio- -ambiental**. 317f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2005.

RUA, M. G. ABRAMOVAY, M. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de painelas”?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SANTOS, L. R. S. Ensaio sobre o território do assentamento: Laiany Rose Souza Santos uma perspectiva da produção agroecológica realizada por mulheres. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 7, n. 14, p. 1-28, ago., 2012.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. 3 ed. Loyola. São Paulo-SP, 2005.

SCHWENDLER, S. F. O processo pedagógico da luta de gênero na luta pela terra: o desafio de transformar práticas e relações sociais. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 87-109, jan./mar. 2015.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, 20 (2), p. 71-99, jul./dez., 1995.

SILVA, E. B.; SOUZA, J. C. Modernização da agricultura e apropriação do cerrado: uma análise das microrregiões do Sudoeste Goiano e Quirinópolis no Estado de Goiás. **Encontro Nacional de Geografia Agrária**, 21. Anais. Uberlândia: UFU, 2012.

SILVA, J. M. da. **O Discurso de Bolsonaro sobre as mulheres: uma análise comparativa das Revistas Veja e Visão**. 125 f. Dissertação (Mestrado). Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação, 2020.

SILVEIRA, M. R. da. **A Dinâmica do Agronegócio no Estado de Goiás e a Centralidade do Município de Rio Verde**. 2016. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília - UNB, Brasília, 2016.

SOARES, G. A. de A. O avanço do Neoconservadorismo e a concepção do papel social da mulher no Brasil contemporâneo: uma breve análise dos significados das declarações e decisões políticas do Governo Bolsonaro e de sua Ministra Damares Alves. **Anais do 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais**, Disponível em: <https://brosequini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/issue/view/1> , 2019.

TIBURI, M. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

VALENCIANO, R. C.; THOMAZ JÚNIOR, A. O papel da mulher na luta pela terra: uma questão de gênero e/ou classe? **Scripta Nova. Revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales** (Barcelona), Universidade de Barcelona, v. 6, n. 119, p. 2-14, 2002.

ZDEBSKYI, J. de F.; MARANHÃO, Eduardo Meinberg de Albuquerque; Joana Maria PEDRO. A histórica e as belas, recatadas e do lar: misoginia à Dilma Rousseff na concepção das mulheres como costelas e dos homens como cabeça da política brasileira. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 38, P.225-250, jul./dez. 2015.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Identificação

Nome:

Idade:

Estado civil:

Parcela onde mora:

Nº de pessoas da família que residem no

imóvel:

Além das atividades agropecuárias, algum familiar desenvolve alguma outra atividade?

() sim () não

Quem e qual?

Frequentou alguma escola? () sim () não

Qual sua escolaridade?

Alguém da família recebe aposentadoria? () sim () não Quantas pessoas?

Durante o período de acampamento

Quanto tempo a senhora ficou acampada?

Em quais lugares?

Durante o período houve conflitos com a polícia/fazendeiro?

Como era a atuação das mulheres no acampamento? Exerciam alguma liderança?

Produziam alimento? Quais?

Como era a renda durante esse período?

Qual foi a maior dificuldade enquanto acampada?

Qual a primeira lembrança que vem a memória quando lembra que esteve acampada?

No assentamento Café Abelha

Como foi o processo de assentamento das famílias?

Todas famílias acampadas foram assentadas?

Quanto tempo está assentada?

Anteriormente residia onde? Campo ou cidade? Em qual município? Estado?

Quais foram as primeiras ações dentro do lote?

Como foi o acesso as políticas públicas voltadas para o campo?

Como foi o acesso aos programas de apoio do INCRA?

Hoje a senhora produz algum tipo de alimento? Quais?

A senhora comercializa esses alimentos? A venda ajuda no orçamento mensal? A senhora beneficia e/ou processa algum alimento – agroindústria artesanal, como queijo, doces, etc?

Como a senhora cuida do lote/quintal?

Como é a divisão do trabalho dentro do assentamento? Há trabalho coletivo? Se sim, qual a função das mulheres?

Como é a divisão do trabalho dentro da sua família?

Como é a divisão dos afazeres do dia a dia?

Já fizeram a senhora se sentir inferior pelo fato de ser mulher?

Aqui dentro do assentamento a senhora se sente discriminada por ser mulher?

Como a senhora vê a mulher dentro da luta pela terra? Elas têm conquistado os espaços de liderança?

Quais são as perspectivas da senhora para o futuro? Permanecer assentada ou ir para cidade ou outro lugar?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

A senhora está sendo convidada a participar, como voluntária, da pesquisa intitulada **“Experiências de luta e trabalho: papel da mulher no Assentamento Café Abelha no município de Doverlândia-GO”**. Meu nome é Anna Lígia Alves Coelho sou a pesquisadora responsável e minha área de atuação é em Geografia. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence à pesquisadora responsável. Esclareço que em caso de recusa na participação você não será penalizada de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas *sobre a pesquisa* poderão ser esclarecidas pela pesquisadora responsável, via e-mail (annaligiag@gmail.com) e, inclusive, sob forma de ligação a cobrar, através do seguinte contato telefônico: (64)98454-7363. Ao persistirem as dúvidas *sobre os seus direitos* como participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** – colegiado responsável por revisar todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, inclusive os multicêntricos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas – da Universidade Federal de Jataí, pelo telefone (64) 3606 8337 ou pelo e-mail do Comitê de Ética em Pesquisa cep.jatai@ufg.br.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

Esta pesquisa busca conhecer a história da senhora e das outras assentadas do Assentamento Café Abelha. As entrevistas serão realizadas individualmente a partir de perguntas semiestruturadas e em conversas informais, deverão ocorrer durante o período em que a pesquisadora estiver observando suas atividades diárias. As entrevistas serão gravadas por meio de gravador de voz no celular da pesquisadora e anotações ocorrerão durante as observações. A senhora deve se sentir à vontade para se recusar a responder questões que lhe causem desconforto emocional ou constrangimento. Essas atividades cotidianas da senhora serão fotografadas e filmadas. Portanto, ao assinar este termo, a senhora autoriza o uso destas imagens para compor o trabalho final de Dissertação desta pesquisa, que tornar-se-á pública, a senhora favorável ou não. Se a senhora preferir não ter seu rosto nas imagens, pode solicitar e seu pedido será atendido. A participação nesta pesquisa não traz complicações legais para a senhora. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios de Ética em Pesquisa com Seres Humanos de acordo com a Resolução no 196/96 do Conselho Nacional de Saúde. A pesquisa oferece riscos a partir do momento em que abordamos lembranças traumáticas e conflituosas, fazendo com que a senhora sinta algum desconforto, caso isso aconteça podemos parar a entrevista no mesmo instante, sem constrangimentos. Além disso, a senhora terá todo apoio e suporte da pesquisadora. A intenção é fazer com que a senhora se sinta à vontade em todos os momentos. A pesquisa será realizada respeitando os critérios de combate a pandemia do Novo Coronavírus, respeitando o distanciamento social de 1,5 metros, uso de máscara e álcool gel, que serão disponibilizados pela pesquisadora. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente a pesquisadora e o orientador terão conhecimento dos dados. Sua identificação na entrevista deve ser autorizada ou desautorizada e seguiremos com sua solicitação ao transcrevê-la para o trabalho. A senhora não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação. Lembrando que a senhora poderá entrar em contato comigo a qualquer momento por meio de ligação a cobrar. Os resultados obtidos com esta pesquisa serão divulgados em artigos científicos a serem publicados em revistas e eventos da área e ainda irão compor a dissertação de Mestrado. Ao participar desta pesquisa, a senhora não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes e que acrescentem às suas experiências dentro da luta pela terra. Reforçando que a sua

participação é voluntária e a senhora tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para a senhora, para os demais participantes ou mesmo para a pesquisadora responsável. A senhora pode pleitear indenização, reparação a danos imediatos ou futuros, garantida em lei, decorrentes da sua participação nesta pesquisa. A senhora terá acesso ao registro de consentimento sempre que for solicitado e poderá retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo algum; a senhora também terá acesso aos resultados da pesquisa sempre que necessário. Todos esses elementos citados anteriormente estão contidos nos incisos III, VI e IX do artigo 17 da Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Obs.: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

1.2 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu,, inscrita sob o RG/ CPF....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “Experiências de luta e trabalho: papel da mulher no Assentamento Café Abelha no município de Doverlândia - GO”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora responsável Anna Lígia Alves Coelho, sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

JATAÍ, de de

() Permito a divulgação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa;

() Não permito a publicação da minha imagem/voz/opinião nos resultados publicados da pesquisa.

Assinatura por extenso da participante

Assinatura por extenso da pesquisadora responsável

Testemunhas em caso de uso da assinatura datiloscópica